



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

MARCEL CALDEIRA DA SILVA

**AS SENTENÇAS DE IDENTIFICAÇÃO SOB UMA
PERSPECTIVA COGNITIVO-FUNCIONAL: UMA
ABORDAGEM MULTISSISTÊMICA**

**CAMPINAS,
2019**

MARCEL CALDEIRA DA SILVA

**AS SENTENÇAS DE IDENTIFICAÇÃO SOB UMA PERSPECTIVA
COGNITIVO-FUNCIONAL: UMA ABORDAGEM MULTISSISTÊMICA**

Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho

Este exemplar corresponde à versão final da tese defendida pelo aluno Marcel Caldeira da Silva e orientada pelo Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho

**CAMPINAS,
2019**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Leandro dos Santos Nascimento - CRB 8/8343

Si38s Silva, Marcel Caldeira da, 1988-
As sentenças de identificação sob uma perspectiva cognitivo-funcional : uma abordagem multissistêmica / Marcel Caldeira da Silva. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Ataliba Teixeira de Castilho.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Linguística. 2. Gramática comparada e geral. 3. Funcionalismo (linguística). 4. Cognição. I. Castilho, Ataliba Teixeira de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Identifying sentences from a cognitive-functional perspective : a multisystemic approach

Palavras-chave em inglês:

Linguistics

Grammar, Comparative and general

Functionalism (Linguistics)

Cognition

Área de concentração: Linguística

Titulação: Doutor em Linguística

Banca examinadora:

Ataliba Teixeira de Castilho [Orientador]

Rodolfo Ilari

Emilio Gozze Pagotto

Verena Kewitz

Sanderleia Roberta Longhin

Data de defesa: 29-05-2019

Programa de Pós-Graduação: Linguística

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-8603-4265>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/1203977479582530>



BANCA EXAMINADORA:

Ataliba Teixeira de Castilho

Rodolfo Ilari

Emilio Gozze Pagotto

Verena Kewitz

Sanderleia Roberta Longhin

**IEL/UNICAMP
2019**

Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós Graduação do IEL.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por ter apoiado a realização da pesquisa – Código de Financiamento 001.

Ao Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho, meu orientador de doutorado, que, ao longo do processo, me instruiu, incentivou e inspirou.

À Profa. Dra. Verena Kewitz e ao Prof. Dr. Emílio Gozze Pagotto, pelas sugestões e críticas apresentadas ao meu trabalho no exame de qualificação e na defesa da tese.

À Profa. Dra. Sanderleia Longhin e ao Prof. Dr. Rodolfo Ilari, também pelas sugestões e críticas feitas no momento da defesa deste trabalho.

À Flávia e à Janaina, pela parceria nas pesquisas de doutorado.

À Secretaria de Pós-Graduação, pela prontidão e eficiência em me auxiliar na execução dos diversos procedimentos burocráticos relacionados com a vida acadêmica.

À Nathalia, pelo apoio que me ofereceu nos momentos mais críticos.

A todos da Rep de Caras e da Rep do Steverson, que me forneceram uma boa dose de estímulo para completar este trabalho.

RESUMO

Este trabalho sustenta a hipótese cognitivo-funcional de que certas estruturas não predicativas (incluindo-se as chamadas sentenças equativas e similares) podem ser categorizadas por prototipicidade em um mesmo grupo de sentenças que têm como função principal a identificação. Essa função se cumpre pelo ato linguístico de asseverar a correspondência entre dois elementos conceptuais linguisticamente representados. A produção individual, a emergência diacrônica e a estrutura dessas sentenças resultam de demandas comunicativas implícitas e explícitas (demandas de identificação) e se fundamentam em estruturas cognitivas aparentemente comuns aos falantes de qualquer língua. Propomos uma hipótese para a emergência de tais estruturas cognitivas que considera o desenvolvimento ontogênico da cognição, mais especificamente, o período de aquisição da linguagem marcado pela comunicação gestual do apontar. Tal proposta abre caminho para uma investigação onomasiológica (função-forma), com a qual podem ser destacadas, para além das sentenças equativas formadas pelo verbo *ser*, outras sentenças especializadas em realizar o procedimento de identificação. A análise dessas estruturas se fundamenta teoricamente na Abordagem Multissistêmica da Língua, segundo a qual existem quatro sistemas envolvidos na produção de qualquer expressão linguística: a Gramática, o Léxico, a Semântica e o Discurso. Eles são independentes uns dos outros, no sentido de que não há relações de dominância entre eles, e sua operação simultânea obedece a um princípio de harmonia intersistêmica. A abordagem multissistêmica se filia aos estudos que concebem a língua como um sistema complexo e que entendem que as categorias linguísticas, como parte do conhecimento linguístico dos falantes, não se definem por limites rígidos, mas por similitudes que dão lugar a distintas operações. Em consonância com essa visão, este trabalho pretende argumentar que a produção, a compreensão e a emergência de novos tipos de sentenças de identificação decorrem da apreensão dessas similitudes pelos falantes. Nossa discussão se sustenta em dados de corpora históricos, gêneros discursivos propensos a exibir enunciados de identificação (como o dicionário) e estruturas linguísticas relevantes analisadas em outros estudos.

ABSTRACT

This study supports the cognitive-functional hypothesis that certain non-predicational structures (including the so-called equative sentences and similar ones) can be categorized, by prototypicality, into a single set of sentences whose main function is identification. This function is fulfilled by the linguistic act of asserting the correspondence between two conceptual entities, linguistically represented. The individual production, the diachronic emergence and the structure of these sentences result from implicit and explicit communicative demands (for identification) and are based on cognitive structures apparently common to speakers of any language. We explain the emergence of such cognitive structures by considering the ontogenetic development of cognition, more specifically, the period of language acquisition marked by the gestural communication of pointing. The proposal opens the way for an onomasiological investigation (function-form), making it possible to observe, in addition to equative sentences formed with the verb *be*, other sentences that perform the procedure of identification. The analysis of these structures is theoretically based on the Multisystemic Approach to Language, according to which four systems are involved in the production of any linguistic expression: Grammar, Lexicon, Semantics and Discourse. They are independent of each other in the sense that there are no relations of dominance between them, and their simultaneous operation follows a principle of intersystemic harmony. Such approach is related to studies that conceive language as a complex system and presume that linguistic categories, as part of speakers' linguistic knowledge, are not defined by rigid limits, but rather by similarities that give rise to distinct operations. In line with this view, this dissertation intends to argue that the production, understanding and emergence of new types of identifying sentences stem from the apprehension of these similarities by speakers. Our discussion is based on data from historical corpora, discourse genres inclined to show identifying statements (such as dictionaries) and relevant linguistic structures previously considered in similar studies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
A questão da identificação na Linguística	13
A questão da definição na Linguística	24
Objetivos de pesquisa	38
1. A ABORDAGEM TEÓRICA	39
1.1 Abordagem Multissistêmica da Língua	39
1.2 Cognição e linguagem	43
1.3 Categorização das entidades linguísticas	45
1.4 Estruturas de conhecimento e mesclagem conceptual	48
1.5 Sentenças e estruturas cognitivas subjacentes	51
2. A METODOLOGIA	53
3. ABORDAGEM MULTISSISTÊMICA DAS SENTENÇAS DE IDENTIFICAÇÃO	57
3.1 Explicitando os fundamentos da identificação	57
3.1.1 A escolha terminológica	57
3.1.2 Fundamentos cognitivos: origens da identificação linguística	60
3.1.3 Identificação: ato linguístico, epilinguístico ou metalinguístico?	66
3.2 IDENTIFICAÇÃO E LÉXICO	67
3.3 IDENTIFICAÇÃO E GRAMÁTICA	70
3.3.1 Estrutura gramatical dos elementos identificador e identificado	70
3.3.2 Reversibilidade entre X e Y na sentença de identificação	75
3.3.3 As funções sintáticas do elemento identificador e identificado	75
3.3.4 Identificacionais com “é quando”: o elemento Y	79
3.3.5 “é quando” e as sentenças subordinadas	81
3.4 IDENTIFICAÇÃO E SEMÂNTICA	86
3.4.1 A natureza das entidades na identificação; o papel da referência	86
3.4.2 Atribuição vs. Identificação: uma questão de prototipicidade	88
3.5 IDENTIFICAÇÃO E DISCURSO	93
3.5.1 <i>Quem, qual, o que</i> e a distribuição da informação sentencial	93
3.5.2 Uma conceituação linguística da definição	96
3.5.3 Aspectos discursivos da ordenação de constituintes	98
3.6 A constituição diacrônica de uma sentença de identificação: o caso de ‘trata-se de’	100
3.6.1 O verbo <i>tratar</i>	101
3.6.2 <i>Tratar</i> em “trata-se de”	107
3.6.3 “Trata-se de” e o “se” detematizador	110

3.6.4 “Trata-se de” e a função de apresentação	113
3.6.5 “Trata-se de” e a função de identificação	118
3.6.6 Ocorrências de “trata-se de” no <i>corpus</i>	121
CONCLUSÕES	124
BIBLIOGRAFIA / REFERÊNCIAS	128

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de estudo as sentenças de identificação, que se caracterizam por expressar uma relação de correspondência entre duas entidades conceituais linguisticamente representadas em uma estrutura do tipo [X (é) Y], na qual X equivale a uma dessas entidades, e Y, à outra.

Em algumas línguas, essa relação é intermediada por um verbo não predador, como o verbo *ser* ou um equivalente. Em outras, a simples justaposição dos elementos X e Y é suficiente para desencadear a interpretação de correspondência. Usaremos a estrutura metalinguística [X (é) Y] para representar esse tipo de construção, considerando os parênteses ao redor do verbo como uma indicação de que este pode não ocorrer em algumas línguas.

As sentenças de identificação podem ser exemplificadas com a seguinte construção, estruturalmente simples e familiar a qualquer falante de português: “O diretor da minha escola é o meu irmão mais velho”; também por meio de estruturas mais complexas, como “O que ele não sabia é que a chuva o pegaria de surpresa” e “O problema é quando começa a chover sem eu ter chegado em casa”. Outros exemplos são algumas estruturas definitórias, como “A amnésia é a perda total ou parcial da memória”, e as identificações de natureza biográfica: “Fernanda Montenegro é uma atriz brasileira do teatro, do cinema e da televisão e a primeira mulher indicada ao Oscar por uma interpretação em língua portuguesa”.

São raros, sobretudo em português, e com dados do português, os estudos que tratam das particularidades linguísticas dessas sentenças. Mais raros ainda são os trabalhos que as investigam sob uma perspectiva simultaneamente funcional e cognitiva. Trataremos dessas construções usando justamente esta abordagem.

Estudar as sentenças de identificação significa assumir a existência de diferenças relevantes entre construções do tipo [X (é) Y], e essas diferenças estão associadas, em parte, à natureza gramatical dos elementos que figuram nas posições X e Y (como os sintagmas nominais e os adjetivais). Destaque-se que nem toda relação do tipo [X (é) Y] corresponde a uma estrutura identificacional: por vezes, a relação constituirá uma sentença atributiva, em que o elemento Y *predica*, *atribui* uma propriedade a X.

Um exemplo básico dessa diferença está na oposição entre “O diretor da minha escola é o meu irmão mais velho” e “O diretor da minha escola é exigente”. Ao considerarmos os sintagmas que aparecem antes e depois do verbo *ser* nesses exemplos, vemos que, no primeiro caso, o elemento Y (“o meu irmão mais velho”) não serve exatamente para atribuir uma propriedade ao mencionado diretor, representado por X (“O diretor da minha escola”), e

sim para identificar o diretor ao irmão. No segundo exemplo, por outro lado, o termo Y (“exigente”) é uma expressão que predica X; ela atribui, de maneira mais clara, uma característica ao referido diretor.

Embora do ponto de vista funcional essas sentenças tenham motivações e efeitos distintos, é raro que se façam distinções teóricas sobre elas. Nas gramáticas tradicionais, os dois tipos de sentença são geralmente tratados como sentenças de predicado nominal, nas quais, quando há um verbo, este é classificado como *verbo de ligação*, ou *cópula*, e o elemento Y é tratado como um elemento predicativo – o chamado “predicativo do sujeito”.

Muitas vezes, essa interpretação única dos dois tipos de sentença é levada para as salas de aula, sobretudo nas abordagens de ensino de língua (materna ou estrangeira) que se prendem a nomenclaturas gramaticais tradicionais e pouco investem na contextualização dos usos linguísticos, nas funções comunicativas que as sentenças desempenham em textos específicos e em seu valor semântico.

Nas ciências da linguagem, ainda são escassos os estudos que exploram as diferenças entre esses dois tipos de sentença. Para os que fazem isso, as sentenças de identificação, ou pelo menos parte delas, são conhecidas como *sentenças equativas*, *identificacionais*, *especificacionais* ou *de identidade* e têm como característica comumente reconhecida o fato de seus elementos (X e Y) estarem em uma relação de igualdade, equação, correspondência ou identidade. Também se reconhece frequentemente que a correspondência entre X e Y está no fato de os dois elementos designarem um mesmo referente, uma mesma entidade no mundo.

Essa visão está ligada ao entendimento de que o significado de uma sentença decorre, em parte, da relação que as expressões linguísticas estabelecem com uma realidade extralinguística objetiva. Nesse sentido, X e Y seriam expressões que, embora distintas em seu sentido, espelhariam uma mesma realidade – uma mesma entidade ou referente.

Diferentemente dessa visão, descreveremos as sentenças identificacionais como estruturas em que X e Y representam entidades distintas, assumindo, de um ponto de vista linguístico e cognitivo, que elas correspondem a entidades conceituais, e não a um único referente pragmaticamente delimitável e identificável. Argumentaremos que, antes de produzir qualquer correspondência referencial, a sentença de identificação promove uma construção cognitiva de correspondência, uma *mesclagem conceptual*.

Ao longo do trabalho, veremos também que as sentenças de identificação podem ser de dois tipos: as definitórias e as não definitórias. Ambas estabelecem uma relação de

correspondência entre um elemento X e um elemento Y, mas diferem em certos aspectos funcionais. Para compreendermos essa questão, consideremos os seguintes exemplos:

- (i) A gripe é uma doença infecciosa, viral e contagiosa, que gera febre e congestionamento das vias respiratórias.
- (ii) A gripe que eu tenho hoje é a gripe que não tratei semanas atrás.
- (iii) Garfo é o que usamos para pegar a comida e levar à boca.

Se considerarmos, primeiramente, os exemplos (i) e (ii), veremos que, nos dois casos, identifica-se o que aparece antes do verbo *ser* (*é*) ao que aparece depois, mas, aparentemente, só o primeiro exemplo se aproxima do que se tem considerado uma definição.

O fato de (i) ser uma estrutura mais extensa que (ii) e conter informações detalhadas e científicas sobre a gripe talvez nos faça crer que a definição é determinada por um critério informativo. De um ponto de vista ontológico sobre o fenômeno, talvez seja esse, de fato, o aspecto determinante, mas, quando observamos as diversas manifestações linguísticas da identificação, encontramos exemplos que desafiam funcionalmente esse critério.

Se pensarmos, por exemplo, na situação em que um estrangeiro pergunta a um brasileiro “O que é garfo?” e obtém a resposta (iii) “Garfo é o que usamos para pegar a comida e levar à boca”, veremos que esta não descreve em detalhes um garfo – não diz, por exemplo, a que categoria de coisas ele pertence, como se faz em (i), quando se diz que gripe é uma doença. Ainda assim, a sentença (iii) é funcionalmente mais próxima de (i) do que de (ii). Tanto (i) quanto (iii) servem de resposta a uma pergunta do tipo “O que é X?” e podem ser tratadas como definições, mesmo que a última seja considerada incompleta, deficiente etc. Diferentemente, parece não fazer muito sentido assumir (ii) como uma resposta à pergunta “O que é gripe?” ou como uma definição.

Aquilo que caracteriza uma construção linguística como sentença identificacional, o que faz dela uma definição e o que a torna uma identificação que não define são algumas das respostas que este estudo pretende oferecer. Antes de apresentarmos, porém, nossa proposta, convém recuperar o estado de cada uma dessas questões nos estudos da linguagem, o que faremos a seguir.

A questão da identificação na Linguística

Com o termo *sentenças de identificação* ou *identificacionais*, referimo-nos às sentenças que, em diferentes abordagens da Linguística, recebem nomes como *sentenças equativas*, *especificacionais*, *identificacionais*, *de identidade* etc. Também a determinadas estruturas que, embora classificadas por alguns estudiosos como *predicativas* ou *atributivas*, exercem a função de identificação. Neste trabalho, quando o termo *identificação/identificacional* ocorrer sem que seu uso seja atribuído a outros autores, ele se referirá a todos esses tipos de estruturas.

As sentenças de identificação, entre as abordagens linguísticas que as distinguem, são geralmente sentenças de estrutura [X (é) Y] nas quais X e Y correspondem a sintagmas nominais (*a professora*, *a médica*, *o aluno* etc.) e se admite não haver entre eles uma relação de atribuição de propriedades semânticas, mas uma relação de identidade, igualdade, correspondência etc. (ex.: *O professor de português é o marido da diretora*). Elas se distinguem das sentenças atributivas, aquelas em que Y atribui uma propriedade a X, ou que predica X, entendendo-se por predicação o processo pelo qual um operador (predicador) estende seus traços semânticos qualificadores ou quantificadores ao seu escopo, e por operador, a classe que tem a propriedade de selecionar ou tomar outra classe como alvo, como escopo (CASTILHO, 2010).

Com pouca controvérsia, admite-se que este último processo ocorre entre um sintagma adjetival (SA), como predicador, e um sintagma nominal (SN), como escopo do predicador (ex.: *O aluno é esforçado*, em que *O aluno* é o escopo e *esforçado* é o predicador).

Apesar de já terem sido, há algum tempo, percebidas por alguns estudiosos como estruturas sentenciais distintas das sentenças atributivas, as sentenças de identificação, com este ou outros nomes, são ainda muito pouco destacadas nos estudos da Linguística. Em português, os trabalhos que lidam com esse tema são escassos, mas alguns podem ser citados, como o de Gomes (2007), Kato (2009), Mattos e Silva (2008), Ilari e Basso (2014) e Quarezemin (2014), que, embora não tenham todos como tema central as sentenças de identificação, consideram-nas na caracterização de alguns fenômenos.

Em diversas línguas, sentenças desse tipo são produzidas com um verbo copular, que pode corresponder (pelo menos em termos de forma de palavra) ao mesmo verbo usado nas sentenças atributivas – há, por exemplo, o verbo *ser*, do português, o verbo *être*, do francês, e o verbo *to be*, do inglês, que podem ser usados para formar sentenças atributivas e não atributivas que têm a mesma estrutura aparente: [X é Y].

O verbo usado na produção dessas estruturas atributivas e não atributivas costuma ser descrito por linguistas como um verbo que não dispõe de estrutura argumental, e que, portanto, não predica e não seleciona elementos. Essa característica comum acaba levando algumas pesquisas linguísticas e descrições gerais da constituição da sentença a abstrair as diferenças existentes entre esses dois tipos de sentença e a simplesmente pressupor que verbos desse tipo são verbos copulares, não predicadores, funcionais etc. – em oposição aos verbos lexicais¹, que selecionam seus argumentos e supostamente têm um papel mais ativo na organização da estrutura sentencial. Disso decorre que as chamadas sentenças copulativas acabam tendo um papel secundário na caracterização das estruturas gramaticais, sendo basicamente tratadas como estruturas que “fogem à regra” da predicação e definidas, em geral, por meio dos traços negativos do verbo, [-argumental], [-lexical] etc.

Alguns estudiosos, no entanto, já deram uma atenção maior às sentenças copulativas, estabelecendo pelo menos uma distinção básica entre sentenças de estrutura [X é Y] que servem para atribuir uma propriedade (Y) ao sujeito (X) e sentenças em que essa atribuição não ocorre. Entre os autores, essa distinção básica deu lugar a uma variedade de subdivisões decorrentes de diferentes pontos de vista na análise do fenômeno. Resultaram essas subdivisões em tipologias relativamente heterogêneas para as sentenças copulativas, especialmente quando se trata das não atributivas. Há de se destacar que a maioria dessas tipologias decorre de estudos das sentenças copulativas do inglês.

As tipologias em questão se baseiam em critérios (por vezes ligeiramente distintos) que transitam entre diferentes aspectos: gramaticais (como os tipos de sintagmas usados na posição pré-copular e pós-copular); semânticos (como a referencialidade ou a não referencialidade dos sintagmas e o fato de a sentença envolver uma atribuição de propriedades a um referente ou uma relação de identidade entre referentes); pragmáticos (como o fato de um ou outro tipo de sentença ser usado como resposta em um contexto específico – ex.: a resposta a uma pergunta do tipo *O que é isso?*, *Quem é o João?* etc.); e lexicais (como a possibilidade de diferentes cópulas constituírem diferentes tipos de sentença, podendo ser homônimas).

Halliday (1967a; 1967b; 1968) distingue dois tipos de sentenças copulativas, baseando-se em uma distinção entre duas classes de verbos *be*, cada uma correspondente a um significado lexical. O verbo da *classe-0* significa, para ele, algo como *pode ser caracterizado como / tem o atributo de ser*, e o verbo da *classe-2* significa algo como *identifica ou é*

¹ Embora o intuito desta seção não seja apresentar uma descrição das sentenças identificacionais a partir de nosso quadro teórico, cumpre incluir aqui a ressalva de que, da perspectiva multissistêmica do fenômeno, não assumiremos que uma expressão linguística seja desprovida de valor lexical.

identificável como / pode ser igualado a (há também o verbo *be* da *classe-1*, com o significado de *existir, acontecer* ou *localizar-se em*, que não é explorado por Halliday em seu trabalho).

Para esse autor, associados a distintas questões subjacentes, os verbos da classe-0 e da classe-2 originam, respectivamente, as sentenças *intensivas* e as sentenças *equativas* (que o autor divide em *sentenças equativas simples* e *sentenças identificadoras*). As intensivas (do tipo *Maria é competente*, *Maria é uma professora* e *Maria é muito inteligente*) exibem uma relação entre o sujeito (*Maria*) e um atributo (*competente / uma professora / muito inteligente*) e respondem, normalmente, a questões iniciadas por *o que*, – *O que é Maria?* (*Maria é uma professora*).

Note-se que, para Halliday, os sintagmas nominais iniciados com um quantificador indefinido (*uma professora*) não constituem sentenças equativas e que, por isso, a sentença *Maria é uma professora* é colocada na mesma classe que uma sentença na qual o elemento Y da relação é um adjetivo (*Maria é inteligente*).

Por outro lado, as sentenças que Halliday chama de *equativas simples* (*João é o líder / O líder é o João*) e as *identificadoras* (*Quem eu conheço é o João / O João é quem eu conheço*) envolvem a relação entre um elemento *identificador* e algo *a ser identificado*, podendo qualquer um desses elementos ocorrer antes ou depois do verbo. Assume-se, portanto, que os elementos das sentenças equativas podem ser invertidos.

Ambos os tipos de sentença respondem a uma questão de identificação, normalmente introduzida por *qual/quem*. A diferença entre os dois subtipos de sentença está em que, nas equativas simples, o elemento a ser identificado pode corresponder a qualquer um dos sintagmas nominais relacionados, enquanto nas identificadoras o elemento a ser identificado corresponde sempre à *nominalização* (termo usado por Halliday para se referir à sentença introduzida por *qual, quem, o que* etc.). Destaque-se que, para o autor, toda sentença equativa envolve um procedimento de identificação.

Seguindo a classificação binária de sentenças com verbos copulativos, Lyons (1977) distinguiu as sentenças atributivas (*ascriptive*) das equativas (*equative*). Para ele, em termos semânticos, as primeiras envolvem a atribuição de uma propriedade ao referente do sujeito, e as do segundo tipo envolvem uma relação de identidade entre os referentes das duas expressões. Numa relação do tipo [X é Y], Lyons denomina Y de *complemento equativo* e afirma que esse elemento só pode se manifestar como um nome próprio, um pronome ou um sintagma nominal definido – aquele cujo especificador é um artigo (definido).

Acompanhando Halliday, Lyons admite que sentenças atributivas (as intensivas de Halliday) não contêm, necessariamente, no elemento pós-copular, um adjetivo, mencionando

sentenças atributivas nas quais o elemento Y é introduzido por um quantificador indefinido, o que ocorre em *O João é um escritor* (*John is a writer*). Para ele, nesses casos, o *complemento atributivo* corresponde apenas ao substantivo (*writer*), e não a todo o SN (*a writer*). Note-se que, no inglês, o uso do quantificador indefinido *a* é obrigatório nesses casos – *vide* Beyssade; Dobrovie-Sorin (2005) –, enquanto em outras línguas, como o português e diferentes línguas românicas – *vide* Swart; Winter; Zwarts (2005) –, pode haver um nominal nu nessa posição (ex.: *O João é professor*). Segundo Lyons, a ocorrência do quantificador indefinido no inglês é uma simples consequência de o SN-sujeito ser um elemento singular (*John*) e de *writer* (o complemento atributivo) ser um nome contável. Em outras palavras, Lyons defende a ideia de que o fato de haver um substantivo na posição pós-copular não garante que o sintagma que ele constitui seja referencial, de modo a denotar o mesmo referente denotado pelo sujeito.

Apesar de ser comum a classificação binária das sentenças copulativas, foram sendo elaboradas, ao longo do tempo, tipologias que envolvem um número maior de divisões. O trabalho de Higgins (1973; 1979), por exemplo, um dos mais citados pelos autores que lidam com as sentenças copulativas, propôs para elas (no inglês) uma tipologia quaternária, que é descrita a seguir com exemplos em português:

- I - SENTENÇAS PREDICATIVAS
 - a. A cadeira é cara.
 - b. A cadeira que eu comprei é cara.
 - c. O que eu comprei é caro.
 - d. O João é um professor.
- II - SENTENÇAS ESPECIFICACIONAIS
 - a. O vencedor do duelo é o Anderson.
 - b. O único músico que eu conheço é o Luís.
 - c. Quem eu conheço é o Luís.
- III - SENTENÇAS IDENTIFICACIONAIS
 - a. Aquele (cara) é o João.
 - b. Essa (moça) é a Maria.
- IV - SENTENÇAS DE IDENTIDADE (EQUATIVAS)

- a. Fernando Pessoa é Alberto Caeiro. (HEYCOCK, 2012)
- b. A dona Lúcia é ela.

A proposta de Higgins, segundo o próprio autor, está associada a supostas “funções” que as sentenças copulativas desempenham (como identificar, especificar etc.). Trata-se de uma tipologia que decorre de certas intuições do autor sobre os contextos em que elas podem ser aplicadas (o que inclui as situações de resposta a questões como “Quem é o João?”, “Qual deles é o João?” etc.). Nesse ponto, seus critérios se aproximam dos de Halliday.

Nessa tipologia, as sentenças predicativas são aquelas em que se atribui uma propriedade ao referente do sujeito (a classe corresponde à das sentenças intensivas, de Halliday, e à das atributivas, de Lyons). Embora os exemplos mais claros dessa atribuição sejam aqueles nos quais um dos elementos ao redor da cópula é um adjetivo (o que ocorre em I-a, I-b e I-c), entende-se que sentenças como (I-d), nas quais um dos sintagmas nominais é indefinido, podem também ser predicativas (visão correspondente à de Lyons e de Halliday).

Todas as demais sentenças exemplificadas são tratadas por Higgins como não predicativas. No caso das sentenças especificacionais, o autor afirma que o elemento pós-copular especifica um valor para uma variável que é introduzida pelo elemento pré-copular. Tomando o exemplo (II-a) para a compreensão dessa proposta, devemos dizer que o sujeito da sentença introduz uma variável (o x tal que x venceu o duelo) e que o elemento pós-copular fornece o valor *o Anderson* para essa variável.

Por outro lado, Higgins chama de *sentenças identificacionais* aquelas que têm como sujeito um demonstrativo (*este, aquele, isso*) ou um sintagma nominal introduzido por um demonstrativo (*este homem, essa mulher* etc.), focalizando os demonstrativos de natureza dêitica. Note-se que, neste caso, o elemento introduzido pelo sujeito não corresponde a uma variável a ser preenchida, como ocorria com as especificacionais.

Considera-se, por fim, como *sentenças de identidade* aquelas em que os sintagmas nominais envolvidos denotam, inequivocamente, uma mesma entidade.

Apesar de dizer que sua tipologia se baseia em “funções” (com aspas toda vez que usa o termo), Higgins estabelece alguns padrões de *referencialidade* para as expressões que ocupam as posições X e Y em cada tipo de sentença copulativa, o que caracteriza um aspecto semântico das sentenças copulativas. Para ele, os elementos que podem ser usados referencialmente são os *sintagmas demonstrativos* (assim chamados por ele aqueles sintagmas cujo único elemento expresso é um demonstrativo ou que são introduzidos por um demonstrativo), pronomes pessoais, nomes próprios e sintagmas nominais definidos.

O conceito de referencialidade apresentado pelo autor fica relativamente claro quando se analisam as sentenças predicativas, nas quais o elemento pós-copular tem, em geral, natureza não referencial, sobretudo quando corresponde a um adjetivo. Nas demais sentenças, no entanto, a aplicação desse conceito não é tão clara: o autor considera como sentenças de identidade aquelas em que ambos os sintagmas nominais são referenciais, mas, ao tratar das identificacionais, diz que estas têm um sujeito referencial e um elemento pós-copular *identificacional*, mesmo que o segundo sintagma nominal seja um nome próprio ou outro elemento que geralmente é considerado referencial – o que ocorre em *Aquele cara é o João*. Recorrendo a sua ideia de “funções”, o autor acredita que sentenças como essa são normalmente usadas para “ensinar” a alguém um nome e que, nesses casos, o nome, aparentemente, não é usado referencialmente. Ele admite a similaridade entre as sentenças de identidade e as identificacionais, mas, citando Wiggins (1965), reconhece as de identidade como aquelas que, segundo os filósofos, expressam identidades *genuínas*, do tipo *A estrela da manhã é a estrela da tarde*, em referência a *Vênus*.

Embora haja algumas semelhanças entre a tipologia de Higgins e as tipologias anteriores, elas não são compatíveis, e não apenas por causa do número de divisões, que é desigual. A maior incompatibilidade envolve as sentenças não predicativas. Um exemplo dessa incompatibilidade é que, para Higgins, as *sentenças identificacionais* são aquelas em cujo elemento pré-copular há um demonstrativo, enquanto o termo *identificacionais* é usado por Halliday para se referir às sentenças com verbo *be* da classe-2 que contêm uma nominalização em qualquer posição. Estas sentenças, chamadas de *pseudoclivadas* por Higgins, não são por ele consideradas sentenças equativas ou identificacionais, sendo parte delas correspondentes às sentenças *especificacionais* (ver exemplo II-c) – note-se que, em (I-c), uma estrutura semelhante ocorre como predicativa, quando há um adjetivo na posição pós-copular.

A taxonomia de Higgins influenciou diversos estudos sobre as sentenças copulativas, muitos, de orientação gerativista. Dos novos tipos de sentença introduzidos por ele, as especificacionais são as que ganharam maior destaque. Alguns autores, no entanto, acreditam que certas categorias propostas por Higgins são desnecessárias e que poderiam se juntar a outras, o que levaria a uma redução da tipologia. Heycock e Kroch (1999), por exemplo, defendem que as sentenças especificacionais são um subtipo de sentença equativa²; semelhantemente, den Dikken (2006) acredita que especificacionais e equativas fazem parte de uma mesma categoria, mas prefere denominá-la de *especificacionais*. Numa nova proposta de

² Depois de Higgins, a maioria dos autores passou a se referir às sentenças que ele denominou *de identidade* (*identity*) como *sentenças equativas* (*equative*).

redução, Mikkelsen (2005) defende a dissolução das sentenças identificacionais, incorporando aquelas que têm um SN-sujeito nucleado por um demonstrativo (ex.: *Isso*) à classe das especificacionais e aquelas cujo SN-sujeito tem um demonstrativo em sua margem esquerda, sendo nucleado por um substantivo (ex.: *Este carro*), à classe das equativas. Esses autores mantêm a classe das sentenças predicativas. Birner, Kaplan e Ward (2007) propõem uma nova redução a uma tipologia ternária, incorporando apenas as sentenças identificacionais à classe das equativas.

Apesar das diferentes classificações, todas as propostas apresentadas até aqui têm em comum o fato de distinguirem sentenças predicativas (atributivas/intensivas) de sentenças não predicativas. Há, no entanto, alguns autores que acreditam que todas as sentenças copulativas são, no fundo, sentenças predicativas. A partir da perspectiva gerativista, Moro (1997), por exemplo, propõe que as sentenças copulativas, em estrutura superficial (ES), derivam de uma estrutura profunda (EP) predicativa (do tipo sujeito-predicado) em que o verbo copulativo se associa a uma minissentença (MS), como exemplificado a seguir:

- i. is [_{MS} [Anderson] [the winner of the battle]] (EP)
- ii. [Anderson] is [_{MS} t [the winner of the battle]] (ES)
- iii. [the winner of the battle] is [_{MS} [Anderson] t]] (ES)

O item (i) indica a estrutura profunda predicativa das realizações (em estrutura superficial) (ii) e (iii). Segundo essa proposta, estas últimas sentenças (tratadas por outros autores como equativas ou especificacionais) decorrem do alçamento de um dos constituintes da relação predicativa, da minissentença original (o sujeito ou o predicado) para uma posição mais alta. Tal transformação não anularia as propriedades do sintagma que atua na estrutura profunda como predicado (não sendo, portanto, anulada a predicação). Nos casos em que o segundo elemento da minissentença é alçado, fala-se em *predicação invertida*.

Há, no entanto, autores gerativistas, como Heycock (2012), que argumentam contra a ideia de que toda sentença copulativa envolva predicação, defendendo a existência das sentenças equativas. Outros acreditam que o sentido equativo só existe como um sentido derivado, secundário: tratando do português, Gomes (2007) defende que a predicação é a interpretação original de toda sentença copulativa (tanto nos casos em que o sintagma nominal pós-copular é indefinido quanto nos casos em que ele é definido). O sentido equativo surgiria complementarmente em certas leituras da sentença. Sua defesa de que toda sentença copulativa

envolve predicação se sustenta na ideia de que o verbo *ser* está sempre associado à noção de propriedade (*X tem a propriedade de ser Y*).

Mattos e Silva (2008) é outra autora que compreende as equativas como um tipo de realização das sentenças em que há atribuição, classificando-as como *atributivas*. Para ela, atributivas equativas são aquelas em que, do ponto de vista semântico, há equivalência referencial entre o sujeito e o elemento pós-copular. Note-se que, em seus exemplos, sintagmas nominais nus e sintagmas nominais introduzidos por quantificadores são tratados como referenciais e constituidores de sentenças atributivas equativas: “O filho de Deus *he* hua das três pessoas da trindade” / “A asna *he* animalha sem razón” / “Fe *he* fundamento das cousas” (MATTOS E SILVA, 2008, p. 15). As atributivas em cujo sintagma nominal pós-copular há um adjetivo são chamadas de *atributivas descritivas* (ex.: Sempre me temi d’ele mas ja agora *som seguro* que nunca me dará).

Um último trabalho tipológico das sentenças copulativas que cumpre destacar é o de Beyssade; Dobrovie-Sorin (2005), que se concentra na análise das sentenças predicativas e as classifica em dois tipos: as atributivas e as classificativas. Baseando-se na teoria de conjuntos, as autoras afirmam que, nas sentenças cujo sintagma pós-copular é um sintagma indefinido – ex.: *Jean est un danseur* (francês); *John is a man* (inglês) –, esse sintagma identifica uma classe (*danseurs, men*), e o indivíduo denotado pelo sintagma pré-copular (*Jean, John*) é apresentado como um elemento dessa classe, o que permite tratar essas sentenças como classificativas. Para as autoras, a função do quantificador indefinido é alterar a denotação do nome, que, enquanto sintagma nu (que pode ocorrer no francês e em diversas línguas românicas; ex.: *Jean est danseur*), denota uma propriedade atribuída ao referente do sujeito, assim como ocorre com os adjetivos (ex.: *John is intelligent*). Por essa razão, as sentenças em que o elemento pós-copular corresponde a um sintagma nominal nu ou a um adjetivo são chamadas de *atributivas*. Destaque-se que as intuições dessas autoras já estavam presentes nas conceituações dos demais autores para as sentenças predicativas; a diferença está em que, nos demais trabalhos, exceto o de Mattos e Silva, não se enfatiza a distinção entre procedimentos de predicação (atribuição).

A tabela a seguir apresenta um resumo das terminologias para sentenças copulativas mencionadas nesta seção.

	Sentenças Predicativas / Atributivas	Sentenças Não Predicativas / Não Atributivas		
Halliday (1967a;1967b;1968)	<u>Intensivas</u> Ex.: Maria é competente	<u>Equativas Simples</u> Ex.: João é o líder	<u>Equativas Identificadoras</u> Ex.: Quem eu conheço é o João	
Higgins (1973; 1979)	<u>Predicativas</u> Ex.: A cadeira que eu comprei é cara Ex.: A cadeira é cara Ex.: O que eu comprei é caro Ex.: O João é um professor	<u>Especificacionais</u> Ex.: O único músico que eu conheço é o Luiz Ex.: O vencedor do duelo é o Anderson Ex.: Quem eu conheço é o Luís	<u>Identificacionais</u> Ex.: Essa (moça) é a Maria Ex.: Aquele (cara) é o João	<u>De identidade (Equativas)</u> Ex.: A dona Lúcia é ela Ex.: Fernando Pessoa é Alberto Caeiro
Lyons (1977)	<u>Atributivas</u> Ex.: O João é um escritor	<u>Equativas</u> Ex.: A dona Lúcia é ela		
Heycock e Kroch (1999)	<u>Predicativas</u> Ex.: A cadeira que eu comprei é cara	<u>Identificacionais</u> Ex.: Essa (moça) é a Maria Ex.: Aquele (cara) é o João	<u>Equativas</u> Ex.: O único músico que eu conheço é o Luiz Ex.: O vencedor do duelo é o Anderson Ex.: Quem eu conheço é o Luís Ex.: A dona Lúcia é ela Ex.: Fernando Pessoa é Alberto Caeiro	

	Sentenças Predicativas / Atributivas	Sentenças Não Predicativas / Não Atributivas	
den Dikken (2006)	<u>Predicativas</u> Ex.: A cadeira que eu comprei é cara	<u>Identificacionais</u> Ex.: Essa (moça) é a Maria Ex.: Aquele (cara) é o João	<u>Especificacionais</u> Ex.: O único músico que eu conheço é o Luiz Ex.: O vencedor do duelo é o Anderson Ex.: Quem eu conheço é o Luís Ex.: A dona Lúcia é ela Ex.: Fernando Pessoa é Alberto Caeiro
Mikkelsen (2005)	<u>Predicativas</u> Ex.: A cadeira que eu comprei é cara	<u>Especificacionais</u> Isso é o cabo da tv	<u>Equativas</u> Ex.: Esse carro é o carro da Maria
Birner, Kaplan e Ward (2007)	<u>Predicativas</u> Ex.: A cadeira que eu comprei é cara	<u>Especificacionais</u> Ex.: O único músico que eu conheço é o Luiz Ex.: O vencedor do duelo é o Anderson Ex.: Quem eu conheço é o Luís	<u>Equativas</u> Ex.: A dona Lúcia é ela Ex.: Fernando Pessoa é Alberto Caeiro Ex.: Essa (moça) é a Maria Ex.: Aquele (cara) é o João

	Sentenças Predicativas / Atributivas		Sentenças Não Predicativas / Não Atributivas
Moro (1997)	<u>Predicativas</u> Ex.: Anderson é o vencedor da batalha Anderson é vencedor		
Gomes (2007)	<u>Predicativas</u> Ex.: A cadeira que eu comprei é cara Ex.: O único músico que eu conheço é o Luiz Ex.: O vencedor do duelo é o Anderson Ex.: Quem eu conheço é o Luís Ex.: A dona Lúcia é ela Ex.: Fernando Pessoa é Alberto Caeiro Ex.: Essa (moça) é a Maria		
MATTOS E SILVA (2008)	<u>Atributivas Equativas</u> Ex.: O filho de Deus <i>he</i> hua das três pessoas da trindade Ex.: Fe <i>he</i> fundamento das cousas	<u>Atributivas Descritivas</u> Sempre me temi d'ele mas ja agora som seguro que nunca me dará	
Beyssade; Dobrovie- Sorin (2005)	<u>Atributivas</u> Ex.: João é dançarino	<u>Classificativas</u> Ex.: João é um homem	

O levantamento que aqui fizemos das conceituações e das terminologias associadas às sentenças copulativas mostra o quão controversos e heterogêneos são os modos de tratar da equação/predicação nas construções com cópula. Note-se que, por vezes, parece não ficar claro a que aspecto da sentença (ou de sua produção) os termos *especificacional*, *identificacional*, *equativa* etc. se referem – a um aspecto semântico, gramatical, lexical, discursivo... – e que, por mais que os autores tentem estabelecer distinções precisas entre as sentenças, há sempre alguns obstáculos associados à interpretação da sentença ou à sua forma.

A questão da definição na Linguística

Como dissemos anteriormente, uma das manifestações da identificação linguística ocorre por meio das definições, que são enunciados muito pouco teorizados nos estudos da linguagem. Aqui, pretendemos discutir como as ideias sobre o que seja uma definição se manifestam, ainda que acidentalmente, em estudos e teorias da Linguística. Importa-nos, essencialmente, mostrar que a definição é mencionada ou usada nesses trabalhos como uma noção trivial ou como conceito importado da Lógica, e que essas atitudes fazem a Linguística carecer de um tratamento efetivamente linguístico para o fenômeno.

A QUEM INTERESSA O FENÔMENO DA DEFINIÇÃO

Quando Ferdinand de Saussure, em seu compilado *Curso de Linguística Geral*, introduz a tarefa da Linguística, enfatiza o fato de a ciência da língua estabelecer relações estreitas com outras áreas do conhecimento, e faz isso admitindo que as questões linguísticas, dada sua importância na vida dos indivíduos e das sociedades, justificadamente interessam a vários domínios.

Um século depois de serem divulgadas amplamente essas ideias, os linguistas continuam e continuarão testemunhando a dificuldade de delimitar certos objetos que, já do interesse de outras disciplinas, mostram-se ainda bastante disformes teoricamente para se integrarem ao conjunto de manifestações próprias do sistema linguístico, seja esse sistema concebido tal como Saussure o descreveu, seja ele um sistema cuja conceituação tenha sido reelaborada em novos desenvolvimentos teóricos.

Um desses objetos que não têm um lugar muito bem delimitado como manifestação da língua enquanto sistema é a definição, e é dela que trataremos aqui, uma vez que, como defenderemos, ela é uma das manifestações da identificação linguística.

Qualquer investimento em enquadrar a definição entre as manifestações do sistema linguístico deve levar em conta o fato de o item lexical *definição* ter uma natureza polissêmica e que seus sentidos, embora relacionados, podem indicar objetos distintos, ou, seguindo a clássica concepção de Saussure, diferentes pontos de vista para a observação de um “mesmo” fato linguístico.

Por meio de uma análise de caráter sincrônico dos sentidos de *definição*, é possível dizer que sua polissemia se organiza a partir de uma ambiguidade básica, geralmente indicada na primeira acepção elaborada para ela em alguns dicionários: ato ou efeito de definir(-se). Apesar de os dois hiperônimos que constituem essa definição designarem elementos imbricados, eles podem dar lugar a dois distintos pontos de vista para a observação da definição: um que focaliza a definição enquanto processo (ato) e outro que a focaliza enquanto produto (efeito).

Apesar dessas duas possibilidades de observação, o tratamento da definição tem, historicamente, se voltado para o objeto enquanto produto, sendo destacados os enunciados concretizados e as relações de sentido que eles veiculam. Em outras palavras, o que se prioriza na reflexão sobre a definição é seu aspecto informacional, deixando-se de lado o fato de ela envolver um modo específico de enunciar, cujas marcas são deixadas em todo e qualquer enunciado que se identifique como definição.

A definição não é um objeto reservado de antemão à Linguística ou mesmo por ela identificado claramente como tal; ela tem utilidade ou relevância para muitas disciplinas e a elas serve de ferramenta ou de objeto de reflexão. Há tempos, ela tem estado entre os interesses dos estudiosos. Platão e Sócrates tiveram especial interesse por ela e, para alguns pesquisadores do assunto, teriam sido eles os criadores do conceito (ROBINSON, 1968). O interesse pela definição frutificou na Filosofia e ganhou nos manuais de Lógica seções especiais, que explicitam os diferentes procedimentos para a construção e a avaliação de definições, concentrados, especialmente, na natureza informacional do *definiendum* (elemento a ser definido) e do *definiens* (elemento que define), termos que serão retomados ao longo deste trabalho.

Aristóteles se destacou em seu interesse pelo assunto, e seu método de definição por gênero próximo e diferença específica influenciou a construção de definições em diversos campos de atividade. O método de definição por gênero e diferença consiste em, ao definir uma entidade, indicar primeiramente a família (classe, categoria) da qual ela faz parte e, posteriormente, assinalar as propriedades que distinguem essa entidade dos demais elementos da mesma família – ex.: *humano*: animal (gênero) capaz de raciocinar (diferença).

Na Terminologia, a definição é uma ferramenta valiosa, dada a necessidade de determinar os conceitos das diversas ciências. Na Lexicografia, tratando-se mais diretamente de fatos da língua, foram desenvolvidas técnicas para a elaboração de definições, como a do uso de palavras de sentido geral para expressar conceitos básicos na definição de substantivos (BIDERMAN, 1984), procedimento equivalente à regra geral do gênero próximo e diferença específica mencionado anteriormente, como reconhece Borba (2003).

Ocorre que, neste último investimento no estudo da definição, o lexicográfico, em que a relação com o sistema da língua é inevitável, a definição propriamente dita não é considerada em sua realidade de fenômeno linguístico, isto é, enquanto fenômeno de língua natural, associada mas não restrita à atividade de produzir acepções lexicográficas. Em atividades como esta (atividades metalinguísticas), a definição é tratada como uma técnica que envolve a manipulação necessariamente refletida e controlada de elementos linguísticos, com a finalidade de produzir um enunciado (uma definição) que seja rigorosamente adequado ao contexto de sua produção. Nessas atividades metalinguísticas, sobressai na reflexão sobre a definição seu aspecto informacional e, a rigor, o foco recai sobre o enunciado, o produto.

O que se pretende argumentar aqui é que a definição, no campo da Linguística, deve ser conceituada de uma maneira própria, emancipando-se da herança conceitual associada a esse fenômeno que a Lógica aristotélica deixou para os diversos campos de estudo, não porque os pensamentos da Lógica sobre a definição, em seu conceito lógico, estejam equivocados (a definição por gênero próximo e diferença específica, por exemplo, é uma técnica herdada da Lógica pelos lexicógrafos que lhes serve muito bem em suas definições), mas porque os interesses da Linguística, como disciplina que investiga os fenômenos da língua natural, são distintos dos da Lógica.

À Linguística devem interessar não apenas as definições técnicas, como a lexicográfica e a terminológica, mas também aquelas que são produzidas por indivíduos enquanto falantes comuns. São poucos os estudos que já se dedicaram a esse último tipo de definição; alguns exemplos são os trabalhos de Martin (1990), Riegel (1990), que tratam da chamada *definição natural* ou da definição *como ato de linguagem ordinário*, e alguns trabalhos sobre as definições produzidas por crianças, como os de Litowitz (1977), Lopes (1992) e Benelli et al (2006). Neste segundo grupo de pesquisas, no entanto, observa-se uma tendência a considerar a definição aristotélica (gênero-diferença) como parâmetro ideal no estudo da habilidade de definir, de modo que o conceito de definição mobilizado corresponde, em geral, ao conceito clássico herdado da Lógica. Trata-se de estudos que, embora explicitamente linguísticos, não se pautam por uma definição essencialmente linguística do termo *definição*.

A falta de um conceito explicitamente linguístico do fenômeno da definição tem impedido o desenvolvimento de pesquisas que investiguem as peculiaridades de suas diferentes manifestações (enxergando essas peculiaridades como características que as façam, de fato, pertencer à categoria da definição em língua natural) e que não as tratem necessariamente como tentativas de definir, definições incipientes, definições inadequadas, incompletas etc., diagnósticos decorrentes de uma abordagem que toma como parâmetro uma única relação formal e semântica, a da definição aristotélica.

Mas qual seria, então, o conceito de definição como fenômeno linguístico? Trata-se de uma pergunta cuja resposta é de difícil obtenção, uma vez que, dentro e fora da Linguística, a noção é comumente mencionada sem que seja definida sistematicamente. O termo é amplamente usado como correspondendo a um conceito trivial, mas, como veremos adiante, ao discutirmos o tratamento que Saussure dá à definição no Curso de Linguística Geral, o recurso à suposta trivialidade dessa noção pode levar a inconsistências teóricas no que diz respeito à relação desse fenômeno com a conceituação do sistema linguístico.

Primeiramente, veremos, a partir das menções de Saussure ao ato de definir, que há uma relação histórica de oposição entre a definição formal e a definição como fenômeno abrangente da língua natural e que essa ideia adentra a Linguística de forma sutil e implícita. Em geral, a ideia está associada a uma trivialidade da noção de definição, que traz consigo a primordialidade das relações informativas entre o *definiendum* e o *definiens*. Posteriormente, proporemos uma mudança de perspectiva na observação da definição, que passa a considerar como primordiais para o tratamento linguístico do fenômeno suas propriedades funcionais e discursivas.

Ao longo dessa discussão, operaremos com o termo *definição formal* em referência às definições produzidas de modo extremamente refletido e que têm um aspecto instrumental, como as definições terminológicas e lexicográficas.

A DEFINIÇÃO PARA SAUSSURE

Ao concebermos a definição como uma manifestação do sistema linguístico, convém avaliar como esse fenômeno tem sido historicamente tratado na Linguística, e é no texto mais célebre de Saussure que podemos encontrar uma primeira menção a esse fenômeno, em meio a uma conceituação explícita da língua como sistema.

A visão de Saussure sobre a definição, apesar de pouco desenvolvida no Curso, pode ser identificada naquele mesmo ambiente de conceituações como uma potencialidade

teórica para a compreensão de certos aspectos do ato de definir. Veremos que essa potencialidade não decorre de um raciocínio muito bem elaborado pelo linguista, mas de uma série de inconsistências que envolvem as noções de signo, conceito, imagem acústica e outras.

A relação entre a definição e o funcionamento do sistema da língua que descreveremos nesta seção não foi, portanto, explicitada por Saussure, mas decorre de menções que, muito provavelmente, foram motivadas pelo entendimento geral do linguista dos conceitos de significação e valor linguístico, entre outros elementos do sistema que, reunidos, justificam, em alguma medida, a visão que ele esboça sobre o fenômeno da definição.

Quando o linguista discorre sobre a distinção entre língua e fala, chama atenção para o fato de, nas diferentes línguas, os sentidos associados a esses dois elementos da linguagem serem apresentados por termos ambíguos. Essa ambiguidade, segundo ele, deve ser contornada por um procedimento definitório que não parta das palavras para definir, e sim das “coisas”:

Il est à remarquer que nous avons défini des choses et non des mots; les distinctions établies n'ont donc rien à redouter de certains termes ambigus qui ne se recouvrent pas d'une langue à l'autre. Ainsi en allemand *Sprache* veut dire « langue » et « langage » ; *Rede* correspond à peu près à « parole », mais y ajoute le sens spécial de « discours ». En latin *sermo* signifie plutôt « langage » et « parole », tandis que *lingua* désigne la langue, et ainsi de suite. Aucun mot ne correspond exactement à l'une des notions précisées plus haut [langue et parole] ; c'est pourquoi toute définition faite à propos d'un mot est vaine ; c'est une mauvaise méthode que de partir des mots pour définir les choses. (SAUSSURE, 1967, p. 31)

Cumprе notar que definimos as coisas e não os termos; as distinções estabelecidas nada têm a recluir, portanto, de certos termos ambíguos, que não têm correspondência entre duas línguas. Assim, em alemão, *Sprache* quer dizer “língua” e “linguagem”; *Rede* corresponde aproximadamente a “palavra”, mas acrescentando-lhe o sentido especial de “discurso”. Em latim, *sermo* significa antes “linguagem” e “fala”, enquanto *lingua* significa a língua, e assim por diante. Nenhum termo corresponde exatamente a uma das noções fixadas acima [língua e fala]; eis porque toda definição a propósito de um termo é vã; é um mau método partir dos termos para definir as coisas. (SAUSSURE, 1975, p. 22)

Insistindo na inconveniência de produzir definições tomando como ponto de partida a palavra, o autor volta a mencionar diretamente a definição no seguinte trecho:

Évitant de stériles définitions de mots, nous avons d'abord distingué, au sein du phénomène total que représente le langage, deux facteurs : la langue et la parole. La langue est pour nous le langage moins la parole. Elle est l'ensemble des habitudes linguistiques qui permettent à un sujet de comprendre et de se faire comprendre. (SAUSSURE, 1967, p. 112)

Evitando estéreis definições de termos, distinguimos primeiramente, no seio do fenômeno total que representa a linguagem, dois fatores: a língua e a fala. A língua é para nós a linguagem menos a fala. É o conjunto dos hábitos linguísticos que permitem a uma pessoa compreender e fazer-se compreender. (SAUSSURE, 1975, p. 92)

O que mais chama a atenção nessas afirmações é que Saussure não está se referindo à definição de modo isolado; não aponta apenas a dificuldade de definir o termo *língua e fala* pelas ambiguidades que eles apresentam nas diferentes línguas, mas generaliza o problema, dizendo que o próprio ato de partir dos termos para definir as coisas é um método ruim.

A convicção de que as coisas podem ser definidas no lugar das palavras, à primeira vista, parece aproximar Saussure das visões *realistas* sobre a definição, para as quais sua função é indicar as propriedades essenciais das coisas, que existem e são dadas previamente.

Na história dos estudos sobre a definição, muito já se discutiu sobre a natureza do elemento que é definido, tendo-se estabelecido uma concorrência entre as ideias de *definição de palavra* e *definição de coisa*, inclusive entre os lógicos.

Para aqueles que defendem a ideia de que se definem as coisas, a definição representaria o ponto final no processo de aquisição do conhecimento e a expressão do mais importante tipo de saber que alguém pode ter. Trata-se do conceito de definição real, segundo o qual a definição corresponde à indicação da essência daquilo que existe (ROBINSON, 1968). Aristóteles concentrou suas reflexões sobre a definição no estudo da definição real, embora reconhecesse a existência de definições de palavra.

Em oposição à ideia de que as definições sejam definições reais, ou seja, definições de coisas, muitos acreditam que elas se caracterizam pela indicação do significado de uma palavra ou símbolo. Definições como essas são consideradas definições nominais, ou definições de palavra. Para alguns, as coisas sequer poderiam ser definidas; somente os símbolos teriam significados passíveis de explicação por um procedimento definitório (COPI; COHEN; MCMAHON, 2014).

Quando Saussure afirma ser um mau método definir as palavras e não as coisas, reconhece, como Aristóteles, a existência de dois tipos de definição. Tal pensamento, no

entanto, desde que se considere a definição como um fenômeno que envolve o sistema linguístico, não é compatível com o modo como Saussure conceitua a língua.

Há, porém, considerações a fazer a respeito dessa suposta incompatibilidade, que, pautadas por um cotejamento sistemático entre a concepção de definição mencionada e os conceitos basilares do Curso, podem revelar uma reflexão sobre a definição algo coerente com as propriedades do sistema descrito.

Das afirmações aparentemente contraditórias

A ideia defendida por Saussure de que é um mau método definir palavras no lugar das coisas aparentemente se choca com a rede de conceitos que o autor desenvolve ao longo do Curso para explicar o funcionamento do sistema linguístico.

Ao discorrer sobre a constituição do signo, Saussure afirma que este é uma entidade psíquica que une um conceito e uma imagem acústica, e não uma palavra e uma coisa: “le signe linguistique unit non une chose et un nom, mais un concept et une image acoustique.” (SAUSSURE, 1967, p. 98). A posterior substituição dos termos *conceito* e *imagem acústica* por, respectivamente, *significado* e *significante*, implica que signo e significante não devem ser tomados como elementos correspondentes, pois o significante é apenas uma das faces do signo.

Essa conceituação do signo contrasta o uso corrente, vernacular, de *palavra* e *coisa* (e, concomitantemente, a percepção comum de uma associação entre um elemento linguístico e um elemento do universo extralinguístico) com o uso específico, científico, de *imagem acústica/significante* e *conceito/significado*, implicando uma correção conceitual que indica que, no funcionamento da língua, a *coisa*, agora *conceito*, deve ser compreendida como integrante do sistema, uma vez que ambos os elementos estão unidos no signo.

A partir dessa compreensão, se a coisa a que Saussure se refere nas passagens sobre a definição corresponde a um elemento de realidade extralinguística, constata-se uma incoerência que só poderia ser resolvida com a identificação de um posicionamento explícito que excluísse a definição do conjunto de fenômenos que constituem a língua, o que não ocorre no Curso.

A sustentação desse posicionamento seria bastante difícil: ao definirmos, estamos inevitavelmente lançando mão de significantes. Caso contrário, teríamos de produzir apenas definições ostensivas nas quais as próprias coisas fossem apresentadas como elementos a serem definidos, o que seria tarefa árdua caso a língua (ou uma de suas diferentes manifestações) fosse(m) um desses elementos (como ocorre na definição de Saussure), uma vez que, apesar de

os signos serem, em alguma medida, tangíveis (SAUSSURE, 1967, p. 32; 1975, p. 23), eles operam fatos de linguagem que nem sempre são dados de antemão, fatos cuja identificação depende de um *ponto de vista* estabelecido por aquele que os investiga. A noção de ponto de vista aqui empregada é exatamente aquela usada por Saussure (1967, p. 23, 1975, p. 15), que equivale a um dos muitos ângulos a partir dos quais se pode observar um fenômeno linguístico e por meio dos quais se revelam fatos igualmente relevantes a respeito de uma mesma manifestação linguística.

É relevante, ainda, questionar por que Saussure teria, em suas passagens sobre a definição, empregado o termo *palavra (mot)*³, quando houve tão grande empenho ao longo de sua obra em assegurar a distinção entre palavra, signo e significante, tendo sido o primeiro item relegado à linguagem corriqueira. Talvez o feito resulte da interveniência de seus compiladores, porém essa possível “solução” não subtrairia dessas passagens a oportuna controvérsia sobre o funcionamento da definição, que mostra que o fenômeno, já um objeto de divergência para os lógicos, não tem também nos estudos da linguagem um lugar claramente identificado em termos de seu funcionamento.

Cabe cotejar a afirmação de Saussure de que são definidas as coisas, e não as palavras, com outros pontos do texto em que ele explicita seu posicionamento em relação à natureza do elemento não fônico com que se relaciona o significante:

Para Saussure (1967, p. 33; 1975, p. 24), a língua é um sistema de signos que exprimem *ideias*. Essa afirmação se coaduna com o desenvolvimento da noção de *conceito*, com a ressalva de que o conceito é tratado como uma das faces do signo, e não como um elemento externo, ao qual o signo se refira. Dessa afirmação, importa destacar que a língua não é encarada, na concepção de seu funcionamento enquanto sistema, como um instrumento para indicar diretamente os objetos, as coisas no mundo, havendo no texto uma posição clara sobre a significação segundo a qual o significante se relaciona com outra entidade psíquica e não com uma entidade no mundo, exterior àqueles indivíduos que constituem o *circuito da fala*.

É relevante, ainda, o fato de Saussure não considerar essa segunda entidade psíquica um elemento determinado e estável fora de sua relação com o significante. Há, em seu texto, afirmações explicitamente contrárias à ideia de estabilidade para a face dos conceitos: ao discorrer sobre como se dá a circunscrição das ideias, Saussure (1967, p. 155; 1975, p. 130) nega a existência de ideias preestabelecidas, sem a emergência da língua. Para ele, o

³ Note-se que, na versão brasileira do Curso de Linguística Geral, a palavra *mot* das referidas passagens foi traduzida por *termo*. Nesses casos, *termo* parece funcionar como sinônimo de *palavra*, e não na acepção mais restrita em que se refere aos itens linguísticos rigorosamente definidos em campos específicos do conhecimento.

pensamento teria uma natureza caótica, indeterminada, tão indeterminada quanto à do plano dos sons, e a delimitação tanto dos sons quanto das ideias só ocorreria pela união entre esses dois tipos de elementos, na constituição do signo linguístico.

Tal posicionamento se choca com a precisão conceitual a que Saussure se refere ao incentivar a definição de coisas. O que seria essa “coisa”, que é tomada como um elemento aparentemente bem delimitado e que recebe uma denominação (*linguafala*) sem envolver a relação natural entre os elementos do signo? Ao tratar dessa “coisa”, Saussure parece estar transferindo o *definiendum* de uma posição de instabilidade para uma posição mais estável, aquela em que há uma relação com um conceito preestabelecido e determinado.

A definição terminológica de Saussure

Os argumentos até aqui apresentados evidenciam um tratamento incoerente da definição por Saussure no Curso de Linguística Geral. No entanto, o levantamento desses pontos de incoerência cria condições para uma interpretação de suas passagens sobre a definição pela qual se podem enxergar pontos de coerência com a descrição que ele faz do sistema linguístico.

Nossa tentativa aqui não é absolver Saussure (ou seus compiladores) da inegável falta de consistência ou clareza conceitual/terminológica quando da menção ao ato de definir, mas mostrar que essa falta de consistência está associada à ocorrência de um modo específico de definição, que deve corresponder àquele ao qual o texto faz referência. Trata-se de um modo de definir que envolve procedimentos que, tendo em vista a rede de conceitos apresentada na obra, estão para além do funcionamento básico do sistema de signos convencionais.

Primeiramente, é preciso ressaltar que, aparentemente, a definição a que Saussure se refere em seu texto é uma definição terminológica, isto é, uma definição que tem como natureza a relação com objetos próprios de determinado campo de estudo (REY, 1995 p. 43). No caso em questão, esses objetos, relativos ao estudo da linguagem, são a língua e a fala.

Ao exemplificar a não correspondência entre as palavras *Sprache*, *Rede* (alemão) e *sermo* (latim) em sua menção ao ato de definir, Saussure (1967, p. 31; 1975, p. 22) deixa claro que nenhuma delas corresponde às noções de língua e fala que haviam sido apresentadas nos parágrafos anteriores. Isso mostra que havia uma preocupação terminológica na definição dessas noções. Note-se que, no segundo momento em que Saussure (1967, p. 112; 1975, p. 92) faz menção ao ato de definir, está em questão a mesma distinção entre língua e fala.

O que importa entender aqui é que *Sprache*, *Rede* e *sermo* (e mesmo *langue* e *parole*) são significantes que se associam, em cada língua, a um conceito cuja delimitação se dá nessa própria língua e que esses conceitos não são necessariamente compatíveis entre as línguas, assim como não o são os significantes. Dessa associação surge o signo em cada língua, que resulta de “delimitações recíprocas” entre as unidades do significante e do significado.

Le rôle caractéristique de la langue vis-à-vis de la pensée n'est pas de créer un moyen phonique matériel pour l'expression des idées, mais de servir d'intermédiaire entre la pensée et le son, dans des conditions telles que leur union aboutit nécessairement à des délimitations réciproques d'unités. La pensée, chaotique de sa nature, est forcée de se préciser en se décomposant. (SAUSSURE, 1967, p. 156)

O papel característico da língua frente ao pensamento não é criar um meio fônico material para a expressão das ideias, mas servir de intermediário entre o pensamento e o som, em condições tais que uma união conduza necessariamente a delimitações recíprocas de unidades. O pensamento, caótico por natureza, é forçado a precisar-se ao se decompor (SAUSSURE, 1975, p. 131)

É a partir da constatação dessa incompatibilidade entre línguas que Saussure deve ter sustentado suas afirmações de que não se parte de palavras para definir. O problema é que, nessas afirmações, ao indicar uma separação entre o que ele chama de *palavra* e o que chama de *coisa*, não deixa claro se *coisa* corresponde ao significado/conceito e se *palavra* se refere ao significante/imagem acústica.

Numa tentativa de compreender a argumentação do autor, tendo em vista a conceituação apresentada ao longo do texto, é plausível admitir que é a unidade *signo* que, representando em cada língua uma associação particular entre um significante e um significado, não deve ser tomada como o ponto de partida para as definições terminológicas, pois o problema em relação ao elemento tomado como *definiendum* não está apenas no significante, mas na associação que ele estabelece com determinado conceito.

No enunciado em que o autor diz que “as distinções estabelecidas nada têm a reear, portanto, de certos termos ambíguos, que não têm correspondência entre duas línguas”, a palavra *termos* é usada como sinônimo de *signos*, pois a não correspondência a que ele se refere é uma não correspondência de relações entre significante e significado (haja vista a posterior exemplificação dessas relações nas diferentes línguas, apresentada por Saussure). Por outro lado, quando, no mesmo parágrafo, o autor diz que “nenhum termo corresponde exatamente a

uma das noções fixadas acima [língua e fala]”, o item *termo* não pode mais ser entendido como signo, pois ele está sendo apresentado como um elemento independente (sem as duas faces), que se associa a uma noção. Aqui, provavelmente, se quis fazer referência ao significante, mas o modo de apresentação dos conceitos contrariou a descrição do signo linguístico feita em todo o Curso.

Embora não tenha dito isto de forma clara, a preocupação do linguista residia, provavelmente, em esclarecer que não importa quais significantes, e de quais línguas, são usados na definição das noções, mas importa, sim, que as noções com que se opera, a despeito de qualquer significante, sejam aquelas fixadas (*précisées*) no âmbito conceitual do Curso de Linguística Geral.

Essa observação faz crer que o fenômeno da definição a que se refere Saussure é o da definição terminológica e que talvez não inclua as definições não circunscritas num campo de conceituação científica.

Algumas considerações devem ser feitas sobre essas duas classes de definições (terminológicas e não terminológicas). Pode-se dizer que as definições não terminológicas, sobretudo aquelas que se realizam como práticas espontâneas de linguagem, operam com os signos linguísticos tal como conceituados no Curso: há uma convenção, de natureza social, para a associação entre conceitos e imagens acústicas, com a ressalva de que essa convenção escapa à vontade dos falantes (SAUSSURE, 1967, p. 104; 1975, p. 85). Trata-se de uma associação estável, mas que não se realiza conscientemente. O *definiendum* está, portanto, nesse caso, submetido ao *valor linguístico*: aquilo que é definido se delimita pelo jogo de oposições que ocorre dentro de um mesmo sistema, ou seja, numa mesma língua. Além disso, pela consideração da mutabilidade do signo, o *definiendum* está sujeito aos deslocamentos de relação (SAUSSURE, 1967, p. 109; 1975, p. 89) entre o significado e o significante, o que compromete, em alguma medida, a estabilidade da relação entre *definiendum* e *definiens*.

O funcionamento das definições terminológicas é consideravelmente diferente: os elementos que constituem o *definiendum* não correspondem aos signos linguísticos propriamente ditos. Em primeiro lugar, ainda que se possa identificar a delimitação precisa de um conceito e sua associação a uma substância fônica determinada, o que também pode ser considerado uma junção convencional, tal convenção não decorre de um pacto social semelhante àquele que ocorre corriqueiramente na língua. Todas as etapas de constituição dessa versão diferenciada de signo são realizadas conscientemente: (1) a delimitação do conceito, para que esteja coerentemente integrado ao campo de estudo; (2) a escolha de um significante,

que pode ou não provir de um signo da língua corrente; (3) a associação deliberada entre esses dois elementos.

Foi exatamente a etapa (2) desse processo consciente de constituição do *signo terminológico* que rendeu a Saussure a problemática em sua conceituação, e isso se deve ao fato de o linguista ter escolhido um significante proveniente de um signo da língua corrente para denominar o sistema (*langue*). Tal fato deve ter ensejado os comentários sobre a definição nas passagens em questão, já que um significante tão comum, associado a um conceito tão caro aos falantes, deve, evidentemente, relacionar-se com dificuldade a um novo conceito, imposto, não pelo corpo social, mas por um único indivíduo.

Esse “aproveitamento” de significante exemplifica, no entanto, uma atitude natural no processo de construção do conhecimento, haja vista o fato de a identificação de objetos de investigação e sua denominação depender de iniciativas individuais ou coletivas que se fundamentam na observação do mundo que se vivencia, e que é vivenciado por meio da língua. Ao produzir conhecimento, o objetivo final desses indivíduos é fornecer esclarecimentos sobre os fenômenos a fim de que se tornem acessíveis aos outros indivíduos que também os vivenciam. Lançar mão de um significante que não se associa, em nenhuma medida, ao fenômeno/conceito que constitui o signo na língua corrente pode ser um obstáculo à disseminação desses esclarecimentos.

Ao explicitar o interesse em definir coisas e não palavras, no contexto específico da conceituação de língua e fala, o texto do Curso implica que tais noções não devem ser consideradas em termos do funcionamento do sistema linguístico em si, mas a partir de uma visão consciente que extrapola a dinâmica natural do sistema. Em outras palavras, *langue* e *parole* são usados como *termos* e, portanto, definidos terminologicamente.

O problema na argumentação de Saussure está em que o linguista não explicita que está tratando de uma definição terminológica, mas se refere à definição pura e simplesmente como *definição*. Isso demonstra em seu discurso o resgate da trivialidade da noção, como elemento que deve ser produzido segundo procedimentos específicos e rigorosos, associados a uma atividade de natureza formal, refletida e técnica, que busca precisão. Essa precisão é a mesma que a Lógica privilegia em seus clássicos estudos sobre a definição, estudos estes que se tornaram referencial absoluto para várias disciplinas que pretendem tratar do fenômeno, ainda que a assunção irrefletida desse referencial leve a certas inconsistências, como ocorreu com Saussure.

A HABILIDADE LINGUÍSTICA DE DEFINIR

Essa trivialidade histórica da noção de definição (que leva em conta apenas as definições da Lógica) influenciou e tem influenciado estudos linguísticos posteriores a Saussure sobre o assunto, que tendem a reconhecer como *definições verdadeiras* as definições formais ou que se aproximam das definições formais em termos de estrutura e relação semântica entre o *definiendum* e o *definiens*.

Tal visão traz consigo a desvantagem de que a definição é encarada apenas indiretamente como um fenômeno da língua natural, pois a normatividade da definição tecnicamente construída antecede e se superpõe a uma manifestação definitória da língua natural, tenha ela a estrutura que tiver. Em outras palavras, uma manifestação linguística que se supõe ser uma definição passa, em geral, por uma avaliação que toma como parâmetro um modelo definitório. Este, em geral, corresponde à definição aristotélica. Assim, não são os dados linguísticos que, de fato, ensejam a conceituação do que seja a definição, mas um construto que abstrai manifestações reais da língua natural.

Esse tipo de procedimento é extremamente produtivo na Lógica, uma vez que seu interesse não está em compreender os fenômenos da língua natural *per se*, que, para vários lógicos, é encarada como um objeto que não serve à precisão de que necessitam. Em razão disso, cria-se uma linguagem lógica, que se desfaz das imprecisões da língua natural.

Ocorre que, em diversos estudos sobre a definição que se pretendem linguísticos, esse modelo de linguagem lógica se sobrepõe às plurais e reais manifestações da língua natural. Numa pesquisa sobre a habilidade de definir em adultos e crianças, por exemplo, Benelli et al (2006) associam a habilidade de definir às habilidades metalinguísticas dos falantes. Nesse estudo, entende-se que a definição se baseia em uma função autorreferencial da língua; no entanto, assume-se que essa função é exercida plenamente apenas pelas definições que têm o formato da definição aristotélica. O estudo apresenta uma escala em cujos níveis são enquadradas as diversas definições (ou tentativas de definição) produzidas por crianças e adultos em resposta à questão *O que X significa?*. Nessa escala, à medida que as estruturas gramaticais e as relações de sentido dos enunciados se aproximam do formato da definição aristotélica, mais eles se aproximam do que se considera ser uma definição.

Um exemplo de enunciados que, segundo esses autores, não constituem uma definição, e que integram a categoria “Quasi-definitional”, são aqueles nos quais o elemento que define é introduzido pela conjunção *when* (quando). Exemplos coletados no estudo são: to

emigrate → “when you move to another place”; innocent → “when you haven’t done anything”. Tais enunciados são chamados de “tentativas perifrásticas de definir”.

Semelhantes enunciados são apresentados por Litowitz (1977) em seu estudo sobre a construção de definições por crianças de 4 a 7 anos (nonsense → “when someone does lots of things bad”; “a knife is when you cut with it”. Também considerando a definição aristotélica como o modo mais adequado para a construção de definições, a autora trata esses enunciados como definições incipientes. O estudo de Lopes (1992), sobre a construção de definições por crianças em idade escolar, encontra definições semelhantes no português (ex.: “Alegria é quando acontece alguma coisa e você fica feliz”, F.C, 7 anos). O uso da estrutura “é quando” é por ela interpretado “em termos de que a criança parece ainda não ter domínio suficiente da linguagem para exprimir generalização em suas definições” (LOPES, 1992, p. 44). Tal afirmação toma como parâmetro também a definição aristotélica.

Em tais estudos, essas definições, não só em seu aspecto informacional, mas também gramatical, são consideradas impróprias ou incipientes. Avaliando as definições formadas com “when”, Benelli et al (2006) afirmam que as estruturas resultantes não podem ser consideradas enunciados completos e bem formados, sendo apenas “pedaços de sentenças”.

Essa afirmação não parece corresponder à verdade quando se consideram outros desses usos gramaticais no inglês, encontrados inclusive em textos formais, como exemplifica este trecho de um livro acadêmico: “Another example is when male chimpanzees who are in the mood for sex engage in leaf-clipping behavior” (TOMASELLO, 2008, p. 27). Também são usados em definições lexicográficas, como se vê a seguir:

absence *noun* NOT PRESENT

[C or U] when someone is not where they are usually expected to be⁴

disapproval *noun*

[U] when you feel that something or someone is bad or wrong⁵

⁴ ABSENCE. In: CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS. **Cambridge Advanced Learner’s Dictionary**. Cambridge: Cambridge University Press, 3ª ed. 2008. p.5.

⁵ DISAPPROVAL. In: CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS. **Cambridge Advanced Learner’s Dictionary**. Cambridge: Cambridge University Press, 3ª ed. 2008. p.398.

Esses exemplos nos mostram que diversas manifestações linguísticas, diferentes das definições por gênero e diferença (ou pelo menos de sua estrutura gramatical típica), estão sendo ignoradas nos estudos da linguagem como definições pelo fato de, neles, tomar-se como parâmetro apenas a definição aristotélica.

Neste trabalho, pretendemos usar uma abordagem diferente para tratar das definições. Levaremos em conta critérios associados à produção desses enunciados enquanto fenômenos da língua natural, realizados em diferentes estruturas gramaticais.

Objetivos de pesquisa

Tendo em vista nossa discussão inicial sobre as sentenças de identificação e suas diferentes manifestações (inclusive como definições), propomos neste trabalho responder a algumas questões associadas ao seguinte objetivo central: compreender o funcionamento das sentenças de identificação enquanto manifestações linguísticas que atendem a uma necessidade comunicativa e que, por serem produzidas e interpretadas por meio de processos da mente, devem ser estudadas em sua realidade cognitiva e funcional.

Como contraponto aos estudos mencionados sobre as sentenças de estrutura [X (é) Y], priorizaremos o entendimento de como e por que os falantes fazem uso delas, não nos restringindo a seu aspecto informativo e referencial. Ao longo do trabalho, interessa-nos responder às seguintes questões:

- a) O que é o fenômeno da identificação linguística?
- b) A identificação é um processo ou um produto?
- c) O que diferencia uma sentença identificacional definitória de uma não definitória? (O que é uma definição, do ponto de vista linguístico?)
- d) A identificação linguística é um fenômeno gramatical, semântico, discursivo ou lexical?
- e) Quais elementos gramaticais podem figurar como X e Y das sentenças de identificação?

CAPÍTULO I

A ABORDAGEM TEÓRICA

Quando dizemos que a identificação na língua é um fenômeno cognitivo e afirmamos que as sentenças de identificação são motivadas por demandas comunicativas, há uma série de fenômenos e elementos teóricos pressupostos que precisamos explicitar. Apresentaremos, a seguir, uma descrição desses fenômenos e elementos teóricos, destacando aqueles que consideraremos em nossa investigação das sentenças identificacionais.

Nossa proposta teórica é usar aspectos descritivos e analíticos da Abordagem Multissistêmica da Língua (CASTILHO, 2010), associando-os a alguns posicionamentos gerais do conjunto de teorias aparentadas denominado Linguística Cognitiva. Com essa proposta, defendemos a possibilidade de a língua, enquanto sistema complexo e adaptativo, ser descrita pelos pressupostos do *experencialismo* e do *perspectivismo*, presentes nessas teorias, sem que se descarte a possibilidade de operação simultânea e autônoma, porém harmônica, dos sistemas constitutivos da linguagem.

1.1 Abordagem Multissistêmica da Língua

Não é raro que as sentenças (ou suas unidades constituintes) sejam tomadas como o ponto de partida das investigações linguísticas em diversas abordagens teóricas, e isso tem a ver com o fato de serem aquilo que de mais tangível e observável há no fenômeno da linguagem; aquilo que indiscutivelmente faz parte dela, independentemente do que, no entendimento de cada teoria, anteceda ou fundamente sua realização.

Embora o objeto de estudo desta tese seja uma sentença, pretendemos levar em conta o que está subjacente à realização de sua estrutura formal. Em outras palavras, interessamos o processo que torna uma identificação linguística (representada pela sentença identificacional) aquilo que ela é.

Poucas abordagens teóricas afirmam explicitamente que a língua tenha, ao mesmo tempo, uma natureza processual e uma natureza de produto, e ainda menos abordagens tratam desses dois aspectos da linguagem de forma integrada, compreendendo os dois como elementos complementares e estruturantes de um mesmo fenômeno. A Abordagem Multissistêmica da Língua, proposta por Castilho (2010, 2019), é uma delas, e nela fundamentaremos nossa investigação.

Para a Abordagem Multissistêmica, a língua é um *conjunto de processos e produtos reunidos em quatro sistemas complexos*, o Léxico, a Gramática, a Semântica e o Discurso. Tais sistemas operam simultaneamente, de maneira independente, mas harmônica.

Os quatro sistemas linguísticos atuam concomitantemente quando os falantes fazem uso de qualquer expressão linguística, e suas manifestações se fundamentam nos princípios que regem a conversação, entendida como “a atividade linguística básica” (CASTILHO, 2010, p. 79).

Essa abordagem se reconhece como uma abordagem funcionalista ao tratar a língua como uma competência comunicativa e assumir que as estruturas linguísticas são motivadas. Difere, entretanto, dos demais tipos de funcionalismo por propor que não existe determinação ou hierarquia entre os sistemas, e sim relações harmônicas, maleáveis e complexas, que têm como resultado a comunicação verbal eficaz. Diferentemente de outros funcionalismos, a Abordagem Multissistêmica não toma um dos sistemas (como a Semântica ou o Discurso) como central no funcionamento da língua, admitindo a independência entre eles e a possibilidade de cada um se configurar e operar de modo próprio e de seguir seu próprio caminho no processo de mudança, desde que seja assegurada a eficácia da comunicação e a manutenção harmônica dos demais sistemas.

O aspecto cognitivista dessa abordagem está na assunção de que a língua é uma das manifestações da cognição e que um *dispositivo sociocognitivo*, fundamentado nas estratégias da conversação, rege os quatro sistemas, em sua realidade de processos e de produtos. Entende-se também, relativamente a essa postulação, que a língua sempre se organiza por uma articulação que assegure a eficácia de seu uso, ou seja, a eficácia da comunicação entre os falantes. É por isso que a mencionada autonomia dos sistemas linguísticos não se refere a uma independência em relação à experiência que os falantes têm com o mundo e com os outros falantes.

Entre as diferentes ciências cognitivas, a Abordagem Multissistêmica dialoga com estudos da Linguística Cognitiva, especialmente ao admitir a existência de mecanismos de processamento associados à organização conceptual e a princípios de categorização baseados em prototipicidade.

Para a Abordagem Multissistêmica, as categorias linguísticas, organizadas nos quatro sistemas, não se constituem de membros que compartilham necessariamente propriedades compatíveis. Com base na Teoria dos Protótipos, entende-se que as categorias são *radiais* (Lakoff, 1987) e sem limites precisos. No centro da categoria estão os membros prototípicos, que compartilham muitos traços (propriedades ou características diversas

pertinentes a cada sistema), e nas regiões menos centrais estão os membros que compartilham um número menor de traços. Como não existem limites claros entre as categorias, há entre elas um *continuum* de limites imprecisos, que leva as expressões linguísticas a funcionarem transcategorialmente.

É preciso destacar que a categorização radial (por prototipicidade) é primordialmente uma categorização natural, e não metalinguística. Ela é um princípio de organização usado intuitivamente pelos falantes para identificar elementos linguísticos, associá-los e usá-los de diferentes modos nas diversas situações comunicativas. Esse processo de identificação consiste em localizar semelhanças nos diferentes usos linguísticos e criar generalizações a partir deles. A postulação de categorias nas metalinguagens, no entanto, deve tomar como base tal categorização natural:

É a similitude, e não a identidade, que deve ser buscada no processo de postulação de categorias. Seus traços definidores não devem ser estabelecidos a partir de propriedades necessárias e suficientes, ou a partir de seu valor de verdade, e sim a partir de semelhanças que os falantes percebem intuitivamente. (CASTILHO, 2010, p. 70-71)

As similitudes são identificadas pelos falantes no uso da língua, e isso significa que as expressões com as quais eles se deparam estão sempre associadas a alguma função.

A assunção da prototipicidade e da existência de diferentes graus de integração de um elemento linguístico a sua categoria são características que fazem a Abordagem Multissistêmica se filiar às ciências dos domínios complexos. Castilho (2010, p. 76-77) postula que a língua é um sistema dinâmico e complexo, afirmando que os processos que a organizam operam (i) simultaneamente, (ii) dinamicamente e (iii) multilinearmente. Com esses pressupostos, a abordagem em questão se distancia em boa medida das visões tradicionais da gramaticalização, que tendem a admitir que as modificações nas línguas naturais ocorrem unidirecionalmente.

Do ponto de vista diacrônico, a Abordagem Multissistêmica entende que a mudança linguística ocorre de modo multilinear e que não envolve necessariamente sequencialidade. Admite-se que, dada a autonomia entre os sistemas linguísticos, as modificações nas propriedades de determinada estrutura, em seu uso, podem ocorrer de modo desigual entre esses subsistemas, desde que se assegure a manutenção da funcionalidade do sistema linguístico como um todo.

As análises que serão apresentadas neste trabalho pretendem mostrar que, numa mesma expressão linguística, em que estão sempre em operação os quatro sistemas linguísticos, não há necessariamente correlações entre as operações de cada sistema. Em outras palavras, não se deve esperar que, em uma mesma expressão, as manifestações dos sistemas sejam simétricas e regulares. Constataremos isso pela observação de diferentes dados sincrônicos e diacrônicos no estudo das sentenças de identificação.

Apresentamos, a seguir, uma síntese de como a visão multissistêmica fundamenta nosso trabalho:

(i) Entendemos, em consonância com a Abordagem Multissistêmica, que a língua é um sistema complexo, formado por quatro sistemas igualmente complexos. Além disso, os sistemas linguísticos são adaptativos e predispostos à criatividade, no sentido de que sua estrutura e seus elementos são maleáveis e modificáveis em prol da resolução de demandas comunicativas.

ii) Apesar de compreendermos que o funcionamento da língua seja fortemente influenciado pela intencionalidade dos falantes, entendemos (por uma interpretação teórica particular) que determinados processos linguísticos, operados em alguns dos sistemas, não são plenamente controláveis pelos indivíduos. Isso se deve ao fato de tais processos constituírem regras relativamente estáveis. Colocados em funcionamento pelos falantes, em decorrência de necessidades comunicativas e da frequência com que são usados em uma comunidade de fala, tais processos tornam-se princípios, incorporando-se a sistemas mentais que passam a operar de maneira intuitiva. Essa operação, no entanto, se harmoniza com as intenções comunicativas do falante. Princípios desse tipo estão presentes, sobretudo, na Gramática, em fenômenos como a *estrutura argumental da sentença*, a *dependência* e o *encaixamento*⁶. Enquanto propriedades da Gramática, fenômenos como estes podem ser considerados em uma teoria linguística funcional e cognitiva à medida que sejam tratados como princípios de estabilidade maleável e socialmente compartilhada, e à medida que se compreenda que seus elementos são processados por uma mente cujos processos cognitivos ocorrem de maneira integrada, influenciados pelo ambiente sociocultural com que o falante interage.

⁶ O princípio da dependência se refere à relação entre elementos de um sintagma, de uma sentença simples ou de uma sentença complexa na qual um elemento da margem esquerda ou direita (p.ex., artigo/adjetivo, sintagma nominal, sentença subordinada) é dependente do núcleo sintagmático (p.ex., um substantivo) ou sentencial (um verbo ou outra sentença). O encaixamento se refere ao alto grau de coesão entre os elementos dependentes, ainda que constituam outra unidade gramatical (ex.: uma sentença adjetiva encaixada em uma sentença principal).

iii) Consideramos a língua como processos de produção e como resultados/produtos desses processos. A análise das sentenças, como entidades linguísticas, deve, portanto, ser realizada considerando-se o ato, a atividade linguística que as constitui.

1.2 Cognição e linguagem

Ao admitirmos que a identificação é uma atividade linguística intencional, assumimos uma posição teórica funcionalista que busca entender, na relação entre interlocutores fisicamente presentes ou idealizados, como essa atividade se constrói, tanto formalmente quanto conceptualmente.

Reconhecemos que as atividades linguísticas, por serem praticadas por indivíduos dotados de uma mente, devem ser estudadas considerando-se o modo como nela são produzidas e processadas, mas sem entender esses processos como exclusivamente internos e privativos, e sim como resultantes de ações conjuntas, realizadas, em alguma medida, individualmente. A Linguística Cognitiva, com que tem afinidade a Abordagem Multissistêmica da Língua, estuda a linguagem sob essa perspectiva, e fundamentará a análise de nosso objeto em sua realidade cognitiva.

Por “Linguística Cognitiva” entende-se o conjunto de teorias aparentadas que concebem a língua como um processo mental constituído em associação a outros aspectos da cognição, como a percepção espacial, a visão, a memória, o raciocínio, a categorização etc. Para elas, a linguagem se desenvolve com o indivíduo conforme as outras capacidades cognitivas vão também se desenvolvendo, e tanto as estruturas linguísticas quanto os significados decorrem das diversas experiências que os falantes têm com o ambiente (o que envolve a interação corporal com o mundo físico e a interação verbal ou não verbal com outros indivíduos).

Todo o conhecimento, seja ele linguístico ou não, se organiza em representações mentais constituídas em um indivíduo a partir de suas experiências com o mundo exterior, que é interpretado em virtude das particularidades corporais desse indivíduo e do modo como ele, situado em uma cultura, é motivado a interagir com o mundo. As representações mentais não são, portanto, inatas, mas construídas por intermédio da experiência.

Essa conceituação está associada à ideia de uma mente corporificada, segundo a qual a mente/cérebro só pode ser estudada(o) pela sua relação com o corpo, que, por sua vez, está sempre em interação com o ambiente, com os indivíduos e com a cultura.

É por esse e outros motivos que esse conjunto de teorias cognitivas defende a hipótese de que o conhecimento que temos dos sentidos é um conhecimento enciclopédico (que abrange diversos aspectos da experiência), e não um conhecimento de dicionário (que se concentra em traços semânticos necessários e suficientes). A evocação do sentido não consiste em recuperar pela memória a definição de uma palavra, mas as cenas abstratas contidas no conhecimento desenvolvido pelo falante a partir das experiências em que o conceito associado à palavra foi vivenciado. Isso faz a Linguística Cognitiva rejeitar “a ideia de um léxico mental que contenha o conhecimento semântico de forma separada de outros tipos de saber” (FERRARI, 2011).

Segundo Geeraerts e Cuyckens (2007), a Linguística Cognitiva considera a Semântica como elemento primordial para a compreensão de todo fenômeno linguístico. Isso decorre do fato de, para ela, a língua ser um sistema que serve, entre outras coisas, para categorizar o mundo. Essa categorização não é um espelhamento linguístico de uma realidade objetiva (exterior ao indivíduo) – a função categorizadora da língua impõe uma estruturação ao mundo, estruturação que passa necessariamente pelas experiências individuais e coletivas que os falantes têm com o ambiente. Assumindo que a linguagem como um todo está relacionada à Semântica, a Linguística Cognitiva a compreende a partir de uma visão *perspectivista*, no sentido de que “não reflete objetivamente o mundo, mas modela-o, constrói-o de determinada maneira ou perspectiva e, assim, de muitas perspectivas diferentes” (SOARES DA SILVA, 2008, p. 190).

Disso resulta que, na Linguística Cognitiva, a *referência* não é compreendida em seu sentido tradicional – enquanto uma relação objetiva entre um elemento linguístico e um elemento do mundo extralinguístico. As entidades (referentes) designadas pelas expressões linguísticas são cognitivamente construídas e representadas, e a partir disso podem ser categorizadas, recategorizadas, modificadas e associadas. Esse entendimento é extremamente relevante para compreendermos a natureza da relação de correspondência existente entre X e Y na estrutura identificacional [X (é) Y].

Cabe aqui fazer uma ressalva sobre a reunião que faremos entre pressupostos teóricos da Linguística Cognitiva e da Abordagem Multissistêmica da Língua. A Linguística Cognitiva afirma não existirem razões para separar Gramática, Léxico e Semântica, e assume que esta última propriedade das línguas é a determinante. Para a Abordagem Multissistêmica, por outro lado, Léxico, Gramática, Semântica e Discurso são sistemas autônomos, entre os quais não há relação de determinação. Ocorre que, como dito anteriormente, essa autonomia não se refere a uma independência dos sistemas linguísticos em relação à experiência que o

falante tem com o mundo e com outros falantes. Os sistemas, embora estáveis, são sensíveis às pressões do uso, à interação entre os indivíduos e às experiências gerais que eles têm com o ambiente. Nesse sentido, constituem-se de acordo com os princípios do experiencialismo defendidos pela Linguística Cognitiva. A mencionada autonomia dos sistemas se refere ao reconhecimento de que processos da Gramática, da Semântica, do Léxico e do Discurso podem ocorrer concomitantemente e de maneira independente uns em relação aos outros, sem que haja correlações obrigatórias, geradas pela determinação de um sistema sobre o outro. O que existe entre os sistemas são processos de harmonização, que ocorrem tanto sincronicamente quanto diacronicamente, e que podem criar e desfazer correlações, fruto da natureza dinâmica e adaptativa da língua.

Admitindo, portanto, a relação entre a linguagem e a experiência, assumiremos, ao tratar das sentenças de identificação, o pressuposto da Linguística Cognitiva de que o processamento da linguagem se dá de maneira perspectivada e de que as expressões linguísticas são processadas pela mente por meio de um conhecimento estruturado a partir da experiência.

1.3 Categorização das entidades linguísticas

Para a Linguística Cognitiva, a categorização é uma atividade mental processada por meio da percepção de protótipos – os exemplares mais representativos das categorias. Levando em conta que estas se constituem na mente em consequência das experiências ambientais e socioculturais vivenciadas por um indivíduo, ela assume que os diversos membros ou propriedades de uma categoria são agrupados na mente de acordo com as similitudes que esse indivíduo identifica entre os elementos de sua experiência. Tal agrupamento ocorre de maneira semelhante entre falantes de uma mesma cultura, uma vez que as experiências, apesar de individuais, são construídas e vivenciadas de maneira conjunta.

Esse entendimento provém dos estudos psicolinguísticos de Eleanor Rosch (ROSCH, 1978, ROSCH; MERVIS, 1975) sobre a categorização de entidades como as cores, as frutas e as aves. Eles mostraram que os indivíduos não as agrupam seguindo o princípio da categorização clássica, ou seja, identificando propriedades necessárias e suficientes compartilhadas entre as entidades. A partir desses estudos, começou-se a compreender que, ao categorizar, os indivíduos incluem em uma mesma classe elementos que de algum modo se associam a um mesmo aspecto da experiência – por terem função equivalente em eventos ou atividades específicas, um significado afetivo correspondente em determinada cultura ou uma junção entre esses e outros aspectos.

Essa visão, que ficou conhecida como Teoria dos Protótipos, teve repercussão na Psicologia, da qual Rosch é a principal referência, na Inteligência Artificial (SMITH; MEDIN, 1981; NEISSER, 1987) e na Linguística. Trabalhos como os de Lakoff (1987); Kleiber (1990) e Taylor (1995) exemplificam a aplicação dessa conceituação ao estudo da linguagem.

Quando falamos em categorização de “elementos da experiência”, tentamos dar conta do fato de que as diferentes ciências cognitivas lidam, a partir da Teoria dos Protótipos, com diversos tipos de entidades, inclusive aquelas que não costumam ser denominadas pelos falantes no uso comum da linguagem. São categorizados em termos de prototipicidade objetos e seres vivos, mas também entidades menos evidentemente categorizáveis, como atividades, estruturas, sensações etc. Isso nos leva ao fato de que, na Linguística Cognitiva, não são apenas estudadas em termos de prototipicidade as categorias lexicais, mas também as estruturas gramaticais.

Thompson e Hopper (2001), por exemplo, argumentam que as categorias de estruturas gramaticais (enquanto representações mentais) são formadas pelos mesmos tipos de processos pelos quais se constituem todas as outras categorias da vida cotidiana: pelas similitudes existentes entre os elementos da categoria e por seu grau de proximidade aos protótipos dessa categoria. Segundo esses autores, os falantes criam generalizações a partir das diversas estruturas com que se deparam frequentemente, agrupando construções de acordo com os semelhantes tipos de “problemas comunicativos” que elas permitem resolver. Em sua conceituação, a Gramática é compreendida como conjuntos *adaptativos*, *complexos* e *altamente inter-relacionados* de regularidades que emergem das tarefas comunicativas realizadas pelos falantes.

Nas abordagens gramaticais da Linguística Cognitiva, como a de Thompson e Hopper, a ideia de que as categorias de construções resultam da frequência de seu uso costuma entrar em choque com a tradicional visão de *estrutura argumental da sentença*⁷ e com o princípio da *composicionalidade*⁸ na formação de sintagmas e sentenças. O modo como os verbos se relacionam com os sintagmas nominais não seria uma propriedade dos itens lexicais (que projetariam argumentos), mas uma consequência de usos frequentes dessa relação nas construções, usos que são variáveis, apesar de recorrentes. Também os sintagmas (de qualquer natureza) não seriam necessariamente constituídos a partir de regras de constituição; poderiam,

⁷ A noção de estrutura argumental está ligada à saturação de uma sentença com argumentos, os elementos exigidos por determinado verbo. Essa exigência estaria lexicalmente prevista nos verbos independentemente da sentença em que fossem empregados.

⁸ Princípio segundo o qual o significado de uma unidade gramatical depende, em parte, da combinação sintático-semântica entre os elementos que a constituem.

inclusive, ter propriedades semelhantes às dos itens lexicais. Tal entendimento está relacionado ao fato de a Linguística Cognitiva em geral não estabelecer uma separação entre o sistema do Léxico e o da Gramática.

Complementarmente, costuma-se admitir que novas estruturas linguísticas surgem a partir de processos criativos de construção baseados em analogias entre estruturas e na combinação entre elementos que se complementam em termos funcionais. Estudos da Linguística Cognitiva sobre a aquisição da linguagem têm defendido isso. Tomasello (2003; 2006), por exemplo, em sua Teoria da Aquisição da Linguagem Baseada no Uso, afirma que, quando as crianças, por volta de um ano de idade, iniciam o processo de aquisição da linguagem, põem em funcionamento duas habilidades cognitivas: a leitura de intenções (*intention-reading*) e a identificação de padrões (*pattern-finding*). Esses dois fenômenos estão relacionados, pois a criança sempre associa uma expressão usada por um adulto a uma intenção (ou, em outras palavras, a uma função comunicativa). Em estágios mais avançados da aquisição da linguagem, não tendo a criança em seu inventário de construções uma expressão disponível para determinada situação comunicativa, ela evoca esquemas que já domina (por produção ou compreensão) e, num procedimento criativo, constrói uma expressão nova. Nessa construção, ela coordena as formas linguísticas e as funções comunicativas convencionais associadas a essas formas, de modo a criar uma expressão coerente.

São provavelmente procedimentos criativos como esses que, iniciados na infância, fazem surgir alguns dos membros não prototípicos das categorias linguísticas, uma vez que eles envolvem a combinação de estruturas que, num momento inicial, correspondiam a padrões distintos identificados pelos falantes; em outras palavras, tais estruturas já pertenciam a alguma categoria e, agora, estão associadas numa nova categorização.

As estruturas gramaticais também costumam ser compreendidas na Linguística Cognitiva pelo conceito de *esquemas de construção* (SOARES DA SILVA, 1997). Estes são estruturas complexas e convencionadas que representam o que há de comum no conjunto de construções específicas que as realizam.

Com a Linguística Cognitiva, assumiremos neste trabalho o pressuposto de que a categorização das entidades gerais, incluindo-se aí as estruturas gramaticais, ocorre por prototipicidade. Admitiremos também que a Gramática, mas também as demais propriedades da língua, é um sistema complexo adaptativo e criativo, que se constitui e se modifica pelas pressões do uso. Também entenderemos que as categorias linguísticas se organizam no conhecimento dos falantes segundo as demandas comunicativas que permitem resolver.

Ressalve-se, entretanto, que preservaremos a possibilidade de encarar o Léxico como um sistema independente da Gramática, conforme a Abordagem Multissistêmica, e que propriedades gramaticais como a estrutura argumental da sentença podem ser consideradas em uma abordagem cognitiva como a que temos apresentado, desde que sejam compreendidas como propriedades linguísticas resultantes do uso e sensíveis ao caráter dinâmico e criativo da língua. Trata-se de propriedades internalizadas na mente dos falantes, que se constituem, estabilizam e se alteram de acordo com as necessidades comunicativas do indivíduo em suas interações.

1.4 Estruturas de conhecimento e mesclagem conceptual

Embora todo o fenômeno linguístico seja estudado pela Linguística Cognitiva com base nas categorias da Semântica, existem hipóteses e modelos que se concentram de maneira mais contundente na questão do sentido (tanto em termos de produção quanto de compreensão linguística). Trataremos brevemente de alguns deles aqui.

As abordagens teóricas da Linguística Cognitiva entendem que o sentido armazenado e acessado na mente é um conhecimento organizado das experiências do indivíduo. Esse conhecimento se organiza em estruturas cognitivas que formam redes de conceitos e que são chamadas genericamente de *estruturas de conhecimento*. Segundo Ferrari (2011), essas estruturas estão associadas à memória permanente dos falantes e são acessadas por eles todas as vezes que precisam interpretar uma expressão linguística, cujos elementos constituintes funcionam como pontos de acesso à rede.

Dizer que as expressões servem como pontos de acesso à rede de conhecimento significa, por exemplo, que, quando ouvimos uma palavra como *comida*, ela nos faz acessar um conhecimento amplo e estruturado decorrente das situações em que o conceito *comida* esteve presente em nossas experiências. Esse conhecimento estruturado em rede contém outros elementos conceituais que podem ser acessados por essa mesma palavra, como prazer, cozinha, tempero, entre outros.

Um exemplo de estrutura de conhecimento proposto na Linguística Cognitiva são os chamados *frames*. Frames são esquemas cognitivos constituídos por cenas abstratas da experiência. Quando dizemos “cenas abstratas”, estamos nos referindo ao fato de os frames não corresponderem a uma cena específica, mas ao conhecimento geral de como funcionam cenas semelhantes, de como seus participantes interagem entre si, das atividades que eles realizam, dos objetos que estão nelas presentes, das sensações que essas atividades e objetos produzem e

de todos os outros aspectos presentes na experiência dos indivíduos quando vivenciam tais cenas.

O conceito de frame foi apresentado pelo linguista americano Charles Fillmore, que propôs a ideia de que eles determinam *a interpretação de palavras e outras construções* por meio de associações a situações familiares aos falantes (FILLMORE, 1975). Para ele, ninguém é capaz de compreender os sentidos das palavras e das sentenças se não tiver conhecimento de como funcionam as situações, cenas ou atividades que elas pressupõem (FILLMORE, 1987). Assim, em determinadas culturas, compreender o sentido de *comida* consiste em acessar um esquema cognitivo que associa esse conceito a prazer, cozinha, tempero, convivência etc.

Além de esquemas cognitivos presentes na memória permanente dos indivíduos, que lhes permitem compreender sentidos mais ou menos estabilizados, a Linguística Cognitiva propõe explicações para mecanismos que fazem o sentido se construir conforme o discurso é processado. Quando falamos, não usamos as palavras isoladamente, e as relações que estabelecemos entre palavras e construções nos fazem relacionar entidades mentalmente representadas e domínios de conhecimento, como os frames. Isso significa que o conhecimento estruturado e armazenado na memória permanente não é suficiente para que compreendamos os enunciados produzidos por nossos interlocutores e para que consigamos expressar os mais variados estados de coisas.

Para exemplificarmos essa situação, tomemos a seguinte linha fina de uma reportagem sobre uma empresa que faz entregas de comida brasileira: “Negócio vende comida brasileira no box e hoje tem mais de 100 unidades; mas no início ouviu que aquilo ‘não era comida de gente’”⁹. O conceito de “comida no box” tem se popularizado no Brasil, e a relação entre “comida” e “box”, este em geral como um locativo, é compreendida por grande parte dos brasileiros, em diversos enunciados. O sentido da palavra “box”, que se refere a um tipo de caixa, é associado a “praticidade”, “portabilidade” etc.

Embora a ideia de “comida no box” não agrade a todos, a compreensão do enunciado “Negócio vende comida brasileira no box...”, sem qualquer esclarecimento sobre a junção entre esses dois elementos, depende de que o leitor consiga criar uma relação coerente entre os elementos “comida” e “box”, que, a princípio, não têm muito a ver um com o outro. Em termos cognitivos, é preciso haver, portanto, algum mecanismo mental que, para além do

⁹ DESIDÉRIO, Mariana. **Eles ouviram a crítica de um cliente e hoje faturam R\$ 40 milhões**. Revista Exame. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/pme/eles-ouviram-a-critica-de-um-cliente-e-hoje-faturam-r-40-milhoes/>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

acesso às estruturas de conhecimento armazenadas na memória de longo prazo – realizado individualmente por cada palavra –, permita associar, em tempo real, as duas entidades.

A Teoria da *Mesclagem Conceptual* (FAUCONIER & TURNER, 2002) é um exemplo de teoria da Linguística Cognitiva que explica esse tipo de mecanismo. Baseada no funcionamento de *espaços mentais* (FAUCONNIER, 1994), a mesclagem conceptual é uma operação que integra elementos de dois ou mais domínios do conhecimento em uma estrutura cognitiva emergente denominada *espaço-mescla*, que entra em funcionamento à medida que o discurso se desenvolve.

Os espaços mentais são estruturas cognitivas estabelecidas em tempo real durante o discurso e armazenadas na memória de curto prazo dos falantes. Sua função é construir e interpretar sentidos por meio de relações conceptuais que estabelecem uns com os outros. Diferentemente das estruturas de conhecimento associadas à memória de longo prazo, constroem-se e se modificam com uma frequência muito maior, de acordo com as necessidades de construção e interpretação de sentidos.

Esses espaços, ao se constituírem no discurso, evocam estruturas de conhecimento da memória de longo prazo, e a operação simultânea de cada um deles, contendo cada qual determinada estrutura, produz uma mesclagem conceptual (um espaço-mescla). Na prática, o que esses espaços fazem é associar diferentes domínios da experiência cognitivamente estruturada dos falantes, permitindo-lhes criar e compreender sentidos pela mistura de significados fundados na experiência.

Integradas no espaço-mescla, as informações dos dois (ou mais) domínios fazem emergir uma nova estrutura conceptual, que pode inclusive constituir conhecimento na memória permanente e passar a integrar a rede de estruturas de conhecimento. Em uma mesclagem conceptual, frames distintos podem ser associados no espaço-mescla durante o processamento do discurso, relacionando conceitos, experiências, cenas e entidades. É o que parece ocorrer na relação entre “comida” e “box” no enunciado que apresentamos. Os sentidos e a experiência associados a comida misturam-se aos sentidos e experiência associados a “box”, que sugere praticidade, mobilidade etc. A mescla entre os domínios gera um sentido coerente aos falantes, que lhes permite compreender novas experiências, como a de pedir comida brasileira que pode ser levada e consumida em qualquer lugar.

O mecanismo de mesclagem conceptual também permite que o falante faça associações que resultam e/ou se baseiam em entidades extremamente abstratas, o que revela o caráter criativo e imaginativo da linguagem. Nesse sentido, a mesclagem conceptual é um dos mais significativos exemplos de que o processamento da linguagem não envolve uma descrição

ou decodificação objetiva do mundo, servindo, ao contrário, para atribuir sentido a ele a partir das experiências socioculturais que se estruturam e se misturam na mente dos indivíduos.

Com a Linguística Cognitiva, assumiremos que o processamento do sentido envolve o acesso a estruturas de conhecimento fundadas nas experiências ambientais e socioculturais dos falantes, e que no processamento do sentido de uma sentença há uma integração entre conceitos, enquanto *entidades mentalmente/cognitivamente representadas*, trazidos à memória de curto prazo por meio das expressões linguísticas. Estas atuam como pontos de acesso às estruturas que se integram nas mesclagens conceituais.

1.5 Sentenças e estruturas cognitivas subjacentes

Além de estruturas de conhecimento que permitem aos falantes interpretar, por meio da memória de curto prazo e da memória de longo prazo, os sentidos das expressões linguísticas, há estudos teoricamente filiados à Linguística Cognitiva e ao Funcionalismo que tratam das estruturas subjacentes às sentenças produzidas em uma língua. É o caso das chamadas *proposições-fonte*, apresentadas por Heine, Claudi e Hünemeyer (1991).

Segundo os autores, a emergência das formas linguísticas é cognitivamente motivada e se desenvolve a partir da necessidade de solução de um problema (*problem solving*), que geralmente consiste em uma demanda comunicativa pela implementação de uma estrutura gramatical. As estruturas gramaticais são a concretização de certas estruturas cognitivas compartilhadas pelos seres humanos, que emergem de experiências básicas que eles têm com o mundo e com a conceptualização.

As estruturas cognitivas que motivam a emergência das estruturas linguísticas são chamadas pelos autores de *estruturas-fonte* (HEINE, CLAUDI e HÜNNEMEYER, 1991, p. 32) e são de dois tipos: os *conceitos-fonte* e as *proposições-fonte*.

Os conceitos-fonte são as estruturas que motivam a lexicalização (de atividades humanas básicas, como *fazer* e *dizer*, de movimentos como *ir* e *vir*, além de elementos do vocabulário básico, como as partes do corpo, elementos e fenômenos da natureza etc.). Todos esses elementos lexicalizados decorrem de conceitos categorizados cognitivamente.

As proposições-fonte, por outro lado, são consideradas estruturas cognitivas mais complexas, que expressam estados ou processos que são aparentemente básicos à experiência humana. Elas basicamente descrevem:

- (i) onde algo / alguém está – (X está em Y);

- (ii) de onde ou para onde algo / alguém se move – (X se move de / para Y);
- (iii) o que algo / alguém faz – (X faz Y);
- (iv) como algo / alguém se relaciona com um outro algo / alguém – (X é parte de Y); (X é (como) Y); (X está com Y).

Os autores chamam a proposição-fonte “X é (como) um Y” – no texto original, “X is (like) a Y” –, em (iv), de *proposição equacional*, aquela que relaciona um conceito a outro conceito numa espécie de comparação. Entendendo essa relação como uma relação de correspondência, realizada via mesclagem conceptual, diremos que tal proposição-fonte é a base cognitiva das sentenças de identificação, que se realizarão de distintos modos em cada língua.

Não se deve deixar de destacar que a metalinguagem usada na indicação de tal proposição-fonte, baseada no inglês, está fundamentada em uma intuição própria dos falantes de línguas nas quais existe cópula. Há, no entanto, diversas línguas que dispõem de estruturas que concretizam a proposição-fonte em questão sem o uso da cópula. Stassen (2013) apresenta alguns exemplos dessas línguas, indicando aquelas em que definitivamente não há cópula – como a língua australiana Pitjantjatjara, na qual uma expressão como “*wait nglayayala*” (*homem médico*), corresponde a *o homem é (um) médico* –, e aquelas em que a cópula existe, podendo, no entanto, não ser usada em determinados contextos – o que ocorre em formas do tempo presente no maltês, como em “*Albert tabib*” (*Alberto médico*), correspondente a *O Alberto é (um) médico*.

Essa observação nos obriga a destacar o fato de a proposição-fonte em questão – *X é (como) um Y* –, enquanto metalinguagem, conter uma cópula apenas como recurso metalinguístico para indicar a relação conceptual que se estabelece entre os conceitos X e Y. Em cada língua, haverá a emergência de estruturas específicas que, em decorrência da identificação de padrões gramaticais associados a funções comunicativas gerais de identificação, se especializarão na expressão de tal proposição-fonte. Em português, uma dessas estruturas é a que relaciona dois sintagmas por meio do verbo copulativo *ser*.

As proposições-fonte, como estruturas cognitivas que decorrem da experiência, são ativadas na conversação, e a proposição equacional se associa aos contextos em que se faz necessário explicitar a correspondência entre entidades conceptuais, num procedimento geral de identificação.

CAPÍTULO II

A METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza predominantemente como uma pesquisa teórica qualitativa, fundamentada na articulação de estudos cognitivo-funcionais sobre a língua e na análise de dados de *corpora* do português, a fim de conceituar e descrever as sentenças de identificação em sua estrutura e funcionamento.

A argumentação sobre a origem e o funcionamento da identificação linguística como processo cognitivo sustenta-se na articulação de estudos teóricos e experimentais sobre as motivações cognitivas dos enunciados declarativos.

Para conceituarmos a identificação linguística enquanto processo e/ou produto, levaremos em conta os estudos mencionados no parágrafo anterior e a análise de dados dos *corpora*.

A explicação do que caracteriza as sentenças identificacionais como definitórias ou não definitórias, por sua vez, sustenta-se predominantemente na análise dos aspectos discursivos de dados coletados nos *corpora*.

O estudo da identificação linguística como um fenômeno que envolve a harmonização sincrônica e diacrônica dos sistemas sustenta-se também na análise dos *corpora*, com algumas especificidades: na descrição multissistêmica geral das construções de identificação, consideramos sentenças de diferentes estruturas, identificadas por meio da leitura contínua dos *corpora*; já no estudo multissistêmico diacrônico, pesquisamos especificamente as sentenças identificacionais formadas por *trata-se de*, para exemplificar a constituição relativamente recente de uma estrutura de identificação. Para esta parte do estudo, realizamos uma busca controlada da estrutura *trata-se de* com a ferramenta de pesquisa de um dos *corpora* (o Corpus do Português, usado de maneira exclusiva nesta etapa).

A descrição dos tipos de estrutura que constituem os itens X e Y da construção [X (é) Y] sustenta-se na transcrição e análise de enunciados coletados nos *corpora*.

Sobre os dados linguísticos

Para a conceituação das sentenças identificacionais e para a análise de seus aspectos multissistêmicos, usaremos dados provenientes de três *corpora* do português: o *corpus* do Projeto Para a História do Português Brasileiro – PHPB

(<https://sites.google.com/site/corporaphpb/>), o do projeto História do Português Paulista – PHPP (<http://phpp.fflch.usp.br/corpus>), ambos com dados referentes ao português brasileiro, e o *Corpus do Português* (<http://www.corpusdoportugues.org/>), que inclui dados do português brasileiro e do português europeu.

Os dados levantados foram usados na exemplificação das sentenças de identificação formadas com o verbo *ser* e na conceituação geral dessas sentenças a partir da Abordagem Multissistêmica; foram também usados na pesquisa diacrônica sobre a especialização da estrutura *trata-se de* como formadora de sentenças de identificação.

A identificação dos dados no *corpus* do PHPB e PHPP se deu pela leitura de textos de diferentes gêneros; neste trabalho, são apresentados dados provenientes de Cartas Particulares (CP), Cartas de Leitores (CL), Cartas de Redatores (CR), Editoriais (ED), Cartas de Administração Privada (CAP), Anúncios (AN) e Peça Teatral (PT).

Indicam-se, no texto, os dados desses dois *corpora* do seguinte modo: apresenta-se, entre parênteses, depois do dado, o gênero do texto, seguido da identificação (número do documento e/ou página), do século em que foi produzido, do estado brasileiro de origem e da sigla PHPB ou PHPP – por exemplo: (CL, s. XX, SP, PHPP) indica que o dado pertence a uma carta de leitor, é do século XX, provém do estado de São Paulo e está registrado no *corpus* do PHPP.

A identificação dos dados no *Corpus do Português* se deu pelo uso da ferramenta de pesquisa do próprio Corpus, que exhibe os dados em contexto e facilita as buscas.

A indicação dos dados desse *corpus* no texto ocorre do seguinte modo: apresenta-se, entre parênteses, depois do dado, o código do dado fornecido nos resultados de pesquisa, o século em que o dado foi produzido, a variedade de português (brasileiro – BR – ou europeu – PE) e o nome do *corpus* – por exemplo: (19N:Br:Cur, s. XX, BR, Corpus do Português).

O estudo diacrônico da estrutura *trata-se de* baseou-se em consultas ao *Corpus do Português*. Os dados disponíveis na coletânea quando da realização da pesquisa contemplavam o período dos anos 1300 aos anos 1900 (assim identificado no Corpus), incluindo dados do Português Europeu e do Português Brasileiro.

O Corpus se constitui de mais de 45 milhões de palavras, de textos de diferentes gêneros, sendo 1.316.268, 2.875.653, 4.435.031, 3.407.741, 2.234.951, 10.008.622 e aproximadamente 20.000.000 de palavras para, respectivamente, os períodos seculares de 1300, 1400, 1500, 1600, 1700, 1800 e 1900. Embora haja dados provenientes do Brasil a partir dos anos 1500, o Corpus informa apenas para os dados de 1900 o fato de estarem igualmente divididos entre textos de Portugal e do Brasil.

A busca teve como alvo os resultados em que coocorrem a forma verbal *trata* – em qualquer de suas variantes ortográficas e incluídos os casos de flexão plural –, o clítico *se* e a preposição *de*.

Definiu-se nas configurações de pesquisa o valor de 1000 para # HITS e para # KWIC¹⁰. Todas as outras opções de pesquisa coincidem com as configurações-padrão do *Corpus do Português*.

Para o retorno direto da estrutura *trata-se de* pela ferramenta de pesquisa, as buscas devem ser construídas do seguinte modo (note-se que * é um caractere-coringa que substitui um número indefinido de letras ou de sinais como o hífen):

- (i) Busca por estrutura enclítica:
trat*se d*/traut*se d*/trauct*se d*/tract*se d*/trait*se d*;
- (ii) Busca por estrutura proclítica:
se trat* d*/se traut* d*/se trauct* d*/se tract* d*/se trait* d*.

Observou-se, no entanto, que os resultados das buscas assim construídas não incluíam os dados coincidentes com a estrutura *trata-se de* para os anos 1300 a 1700, cuja existência foi posteriormente constatada em buscas isoladas com apenas um caractere-coringa – apenas os resultados dos anos 1800 e 1900 eram exibidos pelos procedimentos (i) e (ii).

Em decorrência dessa constatação, realizou-se uma nova busca com a entrada *trat** (em todas as variantes ortográficas), que retornou resultados para os outros séculos. Em seguida, foram selecionadas, na lista de palavras coincidentes com a busca, todas as formas do verbo no presente do indicativo.

Na listagem das ocorrências em contexto, selecionadas individualmente em cada período de 100 anos (colunas de 1300 a 1700), procedeu-se à busca manual da coocorrência do verbo *trata* com a preposição *de* e o clítico *se* (proclítico e enclítico), que não havia sido filtrada automaticamente por essa nova busca. Com esse procedimento, foi possível analisar as ocorrências da estrutura em todo o período representado no Corpus (1300 a 1900).

O objetivo dessas buscas foi identificar (i) o século da primeira manifestação da estrutura *trata-se de* enclítica ou proclítica registrada no Corpus; (ii) o século da primeira realização da estrutura com argumento externo e (iii) a variedade do português em que houve

¹⁰ No Corpus do Português (disponível em: <http://www.corpusdoportugues.org/hist-gen/>) as opções HITS e KWIC (*keyword in context*) referem-se, respectivamente, ao número de resultados a exibir para a estrutura consultada e ao número de ocorrências da estrutura em contexto a serem exibidas a partir da pesquisa.

mais ocorrências da estrutura com argumento externo (Português Europeu – PE – ou Português Brasileiro – PB). Para este último item, foi realizada uma quantificação dos dados.

A leitura das ocorrências identificadas fundamentou a descrição dos aspectos multissistêmicos da estrutura que serão discutidos nas seções seguintes, a fim de sustentar a hipótese diacrônica de que os dois usos do verbo *tratar* como verbo funcional decorrem da atuação histórica do clítico *se* como elemento detematizante nas estruturas em que é empregado.

O Corpus do Português também foi utilizado para a exemplificação de outros usos do verbo *tratar* e de outras estruturas relevantes, mencionadas ao longo da tese. Os dados são identificados, entre parênteses, pelo código, pelo século e pelo nome do Corpus: (15:Couto:Decada8, s. XVI, Corpus do Português).

Ao longo de todo este texto, são também aproveitados exemplos provenientes de sites da internet, de obras de outros autores, de dicionários, além de exemplos criados para demonstrar algum aspecto da argumentação.

CAPÍTULO III

ABORDAGEM MULTISSISTÊMICA DAS SENTENÇAS DE IDENTIFICAÇÃO

3.1 Explicitando os fundamentos da identificação

3.1.1 A escolha terminológica

Como vimos anteriormente, os estudos sobre as sentenças copulativas costumam fazer pelo menos uma divisão entre elas, separando as *predicativas* das *não predicativas*. Um dos grandes problemas desses estudos, tomados em conjunto, está na subclassificação das não predicativas. Estas são, por critérios nem sempre correspondentes, chamadas de *identificacionais*, *equativas*, *especificacionais*, *de identidade*.

Mikkelsen (2011) chamou a atenção para o fato de que, nos diversos estudos classificatórios, não fica claro a que se referem as taxonomias das sentenças copulativas. Remetendo-se ao trabalho de Higgins (1979), diz ser um tanto vaga a explicação de que a taxonomia quaternária trata de “funções”. De fato, em sua formulação, Higgins expressa com pouca clareza o que esse termo significa: usa-o constantemente entre aspas e, ao descrever as sentenças, associa aspectos gramaticais, pragmáticos e semânticos, não se limitando às supostas “funções” mencionadas. O autor inclusive previne o leitor de que enfrentou dificuldades de conceituação que não foram totalmente resolvidas.

Em sua reflexão sobre essa dificuldade, Mikkelsen identificou, pela leitura de diferentes autores, três tipos de resposta à questão *A que aspecto linguístico se refere a taxonomia dessas sentenças?*. Uma primeira resposta defende que a taxonomia categoriza variedades semânticas de sentenças copulativas, sendo que cada variedade se distingue (i) pelo significado da cópula (na visão de apenas alguns autores), (ii) pelo significado de suas partes (elementos pré e pós-copulares) e/ou (iii) por sua composição semântica. Para uma segunda visão, a taxonomia é uma classificação de configurações sintáticas (que incluem a ordem dos elementos na sentença, suas funções sentenciais, entre outros aspectos). A terceira visão identificada indica que tal taxonomia se refere a diferentes alinhamentos sintático-semânticos, que são condicionados por estruturas de informação. A questão do significado da cópula, na primeira visão, e a das estruturas de informação, na última, permitem-nos identificar dois aspectos não explicitados, um lexical e um discursivo.

Acreditamos que as dificuldades classificatórias e terminológicas mencionadas podem ser contornadas pela assunção de que as sentenças copulativas são expressões que, como

qualquer outra, exibem características dos quatro sistemas linguísticos: o Léxico, a Gramática, a Semântica e o Discurso. É, e provavelmente sempre será, difícil, de qualquer forma, escolher um termo para designar as sentenças que contemple a manifestação de todos os sistemas, ou que, referindo-se a uma função comunicativa, não contemple indiretamente a operação de apenas um deles.

Há, na Linguística, diversos casos em que isso ocorre. Pensemos, por exemplo, nas sentenças que recebem a denominação de *sentenças apresentacionais*. O rótulo *apresentacionais* se refere a uma função dessas sentenças, função que é, inclusive, considerada na definição do termo: “Presentational sentences are functionally defined as those which introduce the referent of the noun phrase into the universe of discourse” (SUÑER, 1982). Uma definição como essa privilegia a função da sentença e a associa a dois dos sistemas linguísticos, a Semântica e o Discurso. Evidentemente, uma mesma sentença apresentacional tem propriedades de outros sistemas, como (no caso da Gramática) a de ser construída com um verbo monoargumental, geralmente anteposto ao argumento verbal. No entanto, a propriedade de destaque para sua identificação é sua função comunicativa.

No caso das *sentenças de identificação* – compreendidas por esse termo todas as sentenças [X (é) Y] não predicativas/não atributivas/não intensivas etc. –, o mesmo procedimento pode ser usado, destacando-se uma função básica desempenhada por elas. Embora Higgins (1979), ao tratar de modo vago das “funções” das sentenças copulativas, tenha expressado certas intuições sobre a motivação comunicativa das sentenças não predicativas (ao demonstrar, por exemplo, que algumas delas são usadas em contextos em que se faz uma pergunta introduzida por “which one”), ele não destacou uma função básica para todas essas sentenças, mas criou uma denominação para cada “função” aparentemente distinta (especificar, identificar etc.).

Neste trabalho, tratando de todas as sentenças copulativas não predicativas como *sentenças de identificação*, entenderemos que todas elas devem ser definidas funcionalmente como sentenças que asseveram, declaram a correspondência entre duas entidades (destaque-se nessa definição os itens *asseverar/declarar*, pois, diferentemente de outras abordagens, entendemos que o que caracteriza a sentença identificacional é ser a expressão de uma correspondência, e não a própria correspondência, identidade etc.). Essa expressão pode estar associada à identificação, à especificação ou a qualquer outra operação, desde que se entenda que tais operações são categorizadas pelos falantes por meio da identificação de similitudes funcionais, e não por princípios de categorização rigorosamente refletidos.

Para nós, a multiplicidade de terminologias para as sentenças não predicativas e a incompatibilidade entre elas são sintomas da categorização natural baseada na similitude: os autores, ao usarem de sua intuição linguística para analisar tais sentenças, e ao tentarem, por meio da categorização clássica, estabelecer os limites entre as funções, acabam deixando transparecer em sua descrição os limites imprecisos das categorias linguísticas (isso se verifica pela observação das tipologias como um todo, que, apesar de aparentadas, apresentam diferentes graus de incompatibilidade, mas também se verifica na descrição de um mesmo autor, que, em certos momentos, encontra dificuldades em classificar algumas estruturas com seus próprios critérios de categorização metalinguística).

Uma sentença de identificação corresponde a uma *operação de identificação*. A escolha deste termo se deve às seguintes razões:

(i) Pretendemos deixar claro que a caracterização geral das sentenças de identificação não se baseia em um critério informacional, ou, em outras palavras, semântico – as propriedades semânticas, como características de apenas um dos sistemas que estão em funcionamento quando se opera a identificação, são variadas e nenhuma delas é rigidamente tomada como condição para que uma sentença se caracterize como identificacional.

(ii) Como reconhece a Abordagem Multissistêmica, as expressões linguísticas não devem ser analisadas apenas enquanto produtos, mas também enquanto processos; levando isso em conta, notamos que, quando se observa o modo de enunciar as sentenças de identificação (atentando-se para a língua-enquanto-processo), percebe-se que se trata de enunciações assertivas (que se configuram, portanto, como atos de fala asseverativos). O termo *identificação* (entendido como o *ato de identificar*) recupera, em alguma medida, essa ideia de ação do falante, apontando para o *processo de identificar*, e não necessariamente para o produto. Com essa opção, destacamos um aspecto pouco estudado das sentenças de identificação, das quais costumam ser destacados os aspectos informacionais.

(iii) Outra razão para a escolha do termo é o entendimento de que, em qualquer circunstância de uso das sentenças de identificação, o falante estará respondendo a uma demanda comunicativa pela identificação de um

elemento qualquer. Essa demanda pode ser explícita, quando alguém pergunta, por exemplo, *Qual é a minha mesa? / O que é isso?*, ou implícita, quando, por exemplo, um escritor usa uma palavra pouco conhecida em seu texto e, posteriormente, apresenta uma definição para ela, por ter assumido que seu interlocutor não conhece o conceito ao qual ela se refere. A identificação pode envolver o desejo do próprio falante de explicitar ao seu interlocutor uma relação de correspondência, mesmo que seu interlocutor não demonstre a necessidade de conhecer essa correspondência (ex.: *Este é o João. Ele é o meu melhor amigo*). Cada sentença identificacional corresponde, portanto, à enunciação de uma identificação motivada por aspectos interacionais/conversacionais.

3.1.2 Fundamentos cognitivos: origens da identificação linguística

Na estrutura identificacional [X (é) Y], os elementos X e Y representam duas entidades distintas, conceptualmente processadas pelos falantes. Mesmo nos casos em que esses elementos permitem designar um mesmo objeto no mundo (ex.: “O vendedor da loja de calçados é o barman que trabalha às quintas na boate”), eles evocam personagens/entidades diferentes (individualmente processadas), que, associadas, permitem localizar no mundo um mesmo elemento. Note-se que *Vendedor de calçados* e *barman* evocam *frames* distintos, remetendo a cenas que caracterizam as entidades participantes de modos também distintos.

A maneira como são construídos os sintagmas, “o vendedor...” / “o barman...”, com a presença de um especificador, permite ao falante idealizar, para os dois, uma entidade individual (conhecida ou supostamente existente). O que há de mais relevante nesse fato é que a entidade única que ambas as expressões, em nível pragmático, designam, pode não estar presente quando o enunciado é produzido. Isso nos leva à conclusão importante de que as sentenças de identificação permitem ao falante tratar de entidades que não estão visíveis, presentes ou acessíveis no momento da enunciação.

Se imaginarmos, por outro lado, a situação em que dois amigos vão a uma loja de calçados, encontram o vendedor em questão, e um indivíduo da dupla aponta para ele dizendo “Ele é o barman que trabalha às quintas na boate” – uma sentença identificacional –, veremos que, neste caso, embora haja também a representação mental de duas entidades (*ele* e *o barman...*), a primeira (*ele*) está presente e notável no momento em que se enuncia a sentença. *Ele*, como um elemento dêitico, permite facilmente identificar um referente numa conversa (em

que podem ser usados outros recursos para delimitação da entidade, como o apontar). Por outro lado, o sintagma nominal *o barman que trabalha às quintas na boate*, considerado isoladamente, não identificaria diretamente uma entidade na situação mencionada (dois amigos e um vendedor numa loja de calçados). Se o interlocutor ainda não souber que o vendedor é o barman, esse sintagma o remeterá unicamente ao barman tal como conhecido por ele (a entidade *o barman da boate*, que não está presente, enquanto tal e exercendo tal papel, na situação em que a sentença identificacional é enunciada). A conclusão de que se trata da mesma pessoa se constrói na sentença identificacional, pela mesclagem entre as duas entidades conceptuais, o que resulta, pragmaticamente, na localização de um mesmo referente.

Esta última análise nos leva à segunda conclusão importante sobre as sentenças de identificação [X (é) Y]: a de que, entre as entidades representadas por X e Y, uma pode, eventualmente, estar fisicamente notável no momento da enunciação.

De apontar para um objeto/indivíduo, dizendo o que/quem ele é, a criar relações de correspondência via expressões que designam entidades fisicamente ausentes ou inacessíveis, sentenças como as mencionadas servem para atender a uma função de identificação, que consiste em identificar algo a algo para fazer conhecer ou para responder a um questionamento. Essa função tão básica à experiência humana é o que sustenta a existência da chamada proposição-fonte equacional – “X é (como) um Y” –, postulada por Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), o esquema cognitivo subjacente às construções gramaticais identificacionais.

Tal postulado nos leva à questão sobre o momento em que essa estrutura cognitiva se constituiria nos falantes, e, para ela, construiremos uma hipótese que passa necessariamente pelo desenvolvimento ontogênico da cognição, mais especificamente, pelo período pré-linguístico da aquisição da linguagem, marcado pela comunicação gestual do apontar.

Segundo Tomasello (2008), desde os primeiros meses de vida, as crianças já têm desenvolvida a capacidade motora para apontar, mas apenas entre os 9 e 12 meses começam a apontar de maneira comunicativa. A comunicação não ocorreria antes disso porque ainda não conseguiriam compreender os outros como agentes racionais. Não teriam desenvolvido ainda a capacidade de *atenção conjunta* e *intencionalidade compartilhada* que lhes permitiria fazer referência ao mundo de maneira significativa, direcionando-se aos adultos. Assim que começam a entender os outros como agentes intencionais e a interagir com eles, passam, entretanto, a apontar com propósitos comunicativos.

Citando estudos teóricos e experimentais, como os de Bates, Camaioni e Volterra (1975), Liszkowski et al. (2004) e Camaioni (1993), Tomasello aponta dois propósitos

comunicativos tradicionalmente considerados na literatura: um propósito declarativo e um propósito imperativo. Os atos de comunicação do apontar produzidos via propósito declarativo são os que nos interessam aqui.

Tomasello distingue duas classes de atos declarativos do apontar: (i) o apontar declarativo informativo, com o qual a criança busca fornecer ao adulto uma informação da qual este precisa ou que ainda não tem sobre um referente, e (ii) o apontar declarativo expressivo, com o qual a criança busca compartilhar uma atitude de entusiasmo com o adulto em relação a um referente comum aos dois.

O apontar declarativo informativo ocorre quando a criança tem o intuito de ajudar o adulto, fornecendo-lhe alguma informação que ela supõe ser relevante para ele. Segundo Tomasello, tal motivo para o apontar muito se aproxima das motivações subjacentes aos enunciados declarativos produzidos por quem já adquiriu plenamente a linguagem. Sugere-se que, para ter esse tipo de motivação, a criança deve ser capaz de discernir se os outros têm ou não o conhecimento de algo, além de terem uma motivação altruística para tomar a iniciativa de ajudar o outro com uma informação que considere necessária ou desejável a ele. Tais motivações surgiriam por volta dos 12 meses de idade.

Em um estudo experimental, Liszkowski, Carpenter, Striano e Tomasello (2006) criaram diversas situações propícias à realização do ato de apontar por crianças de 12 meses, com o intuito de testar se estas apontavam por uma motivação informativa. No experimento, as crianças observavam a situação controlada de um adulto perder de vista algum objeto e passar a procurá-lo. Apontavam, então, para o objeto que estava sendo procurado muito mais frequentemente que para objetos distratores presentes no ambiente. Nessa atitude, as crianças não demonstravam querer os objetos ou expressar suas emoções sobre eles. O estudo sugere, na verdade, que, ao apontar de modo declarativo, elas queriam ajudar o adulto, fornecendo-lhe a informação de que precisava.

Por outro lado, o apontar declarativo expressivo ocorre quando uma criança quer compartilhar com o outro seu entusiasmo ao ver determinado objeto. Estudos experimentais como o de Liszkowski et al. (2004) e Liszkowski, Carpenter, e Tomasello (2007a) reuniram evidências para essa motivação ao criar situações propícias à realização do ato, como fazer surgir no ambiente em que a criança e o adulto estão objetos que supostamente gerariam grande interesse na criança. Ao avaliarem a reação de crianças de 12 meses de idade a um objeto e também à reação experimentalmente controlada dos adultos ao ato de apontar, os pesquisadores concluíram que a intenção social da criança nessas situações era estabelecer uma atenção e interesse compartilhados pelo objeto. Em outras palavras, a criança desejava que o adulto

também se sentisse entusiasmado com o evento. Uma evidência disso é que, quando o adulto não correspondia dessa forma – ao olhar para o objeto, mas não olhar para a criança, ao reagir positivamente em direção à criança sem olhar para o objeto ou ao simplesmente ignorar o ato de apontar –, a criança se mostrava insatisfeita. Tal conclusão foi alcançada pelo fato de, nessas três situações, as crianças tenderem a repetir o ato de apontar, o que geralmente não ocorria quando o adulto olhava tanto para o objeto quanto para criança, compartilhando seu entusiasmo. Neste último caso, as crianças geralmente apontavam de maneira contínua para o objeto.

Um fato importante a destacar desses estudos é que não é possível determinar inequivocamente a quais tipos de manifestações linguísticas declarativas tais atos de apontar corresponderiam, embora alguns autores afirmem que o apontar declarativo seja análogo a uma sentença declarativa como “A bola está na mesa” (BATES; CAMAIONI; VOLTERRA, 1975 / TOMASELLO, 2008). O que os estudos experimentais nos mostram, de todo modo, é que a criança, aos 12 meses, já é capaz de, mesmo lhe faltando o domínio do léxico e das estruturas gramaticais, fazer referência ao mundo e a um estado de coisas, incluindo os participantes desse estado de coisas: se um adulto está procurando por um relógio que está sobre a mesa, e a criança, num ato declarativo de apontar, mostra a esse adulto onde está o objeto, é possível que sua declaração esteja evidenciando duas entidades (o objeto e o local onde ele está).

Situações como essa poderiam ser identificadas como os estímulos para a constituição da proposição-fonte locativa, “*X está em Y*”, proposta por Heine, Claudi e Hünemeyer (uma estrutura cognitiva que reflete o processo experiencial básico de indicar “onde algo/alguém está”). Algo importante a destacar, no entanto, é que as entidades X e Y dessa proposição-fonte corresponderiam, nos atos de apontar descritos, àquelas que estão fisicamente presentes na situação em que ocorre a declaração: no estudo experimental sobre o apontar declarativo informativo, quando a criança aponta para o objeto que o adulto procura, tanto o objeto quanto o lugar que ele ocupa estão fisicamente presentes.

Ocorre que, considerando nosso interesse em descrever as sentenças de identificação, parece não ser plausível entender que sua origem principal esteja em situações nas quais os elementos da proposição-fonte equacional “*X é (como) Y*” estejam fisicamente presentes durante o ato de apontar, uma vez que, mesmo entre falantes que já adquiriram plenamente a linguagem, se os elementos X e Y da sentença de identificação tiverem um referente perceptível, observável no mundo, sem qualquer necessidade de abstração, este será sempre um mesmo e único referente. Portanto, não haveria uma entidade fisicamente presente para X e uma para Y, mas apenas uma para ambos.

Essa constatação nos leva a fazer uma ressalva sobre a representação metalinguística da proposição-fonte equacional proposta por Heine, Claudi e Hünne Meyer: o “como” que aparece no esquema “X é (como) Y” só deve ser considerado enquanto artifício metalinguístico para indicar uma semelhança/correspondência, mentalmente apreendida ou construída, entre X e Y, e não como um “como” plenamente usado em uma sentença de valor comparativo (ex.: *Ele é como um leão*). Uma sentença desse tipo provavelmente envolve mecanismos cognitivos um pouco distintos, que poderiam estar associados a situações nas quais tanto X quanto Y correspondem a duas entidades plenamente observáveis no mundo.

Considerada essa ressalva, onde estaria então a origem cognitiva ontogênica da proposição-fonte equacional que subjaz às sentenças de identificação? Nossa hipótese é que essa origem também está no período pré-linguístico da aquisição da linguagem, por volta dos 12 meses de idade. E também está ela associada ao ato de apontar. Tal proposta se fundamenta nas seguintes observações:

Tomasello (2008), tratando do ato infantil de apontar, destaca a importante conclusão, experimentalmente evidenciada, de que crianças de 12-13 meses também já conseguem chamar a atenção dos outros para entidades ausentes, referindo-se a eventos que ocorreram em um passado próximo ou que ocorrerão num futuro próximo. Em um desses estudos (LISZKOWSKI, CARPENTER; TOMASELLO, 2007b), as crianças dessa idade foram expostas a objetos propícios a desencadear um apontar declarativo e, um tempo depois, faziam-se esses objetos desaparecerem. O resultado foi que a maioria das crianças, mesmo aquelas que não haviam apontado para o objeto quando ele estava visível, apontaram para o local onde a entidade, quando visível, estava, chamando a atenção do adulto para isso. A conclusão do experimento é que crianças por volta dos 12 meses já têm a capacidade de indicar a outras pessoas entidades não perceptíveis que estão em sua mente.

Reportando-nos à Teoria da Mesclagem Conceptual, de Fauconier e Turner (2002), podemos sugerir que já nessa idade a mente das crianças, durante o ato discursivo de apontar, opera com espaços mentais que permitem associar (mesclar) entidades conceptualmente representadas, mesmo que uma delas não tenha um correspondente imediato no mundo (como ocorre no último experimento mencionado).

As proposições-fonte, locativas, equacionais etc., como estruturas de conhecimento estabilizadas, surgiriam a partir das frequentes mesclagens realizadas nesses contextos, mas a proposição-fonte equacional “X é (como) Y” se construiria necessariamente a partir da capacidade de incluir nessa relação uma entidade representada apenas mentalmente, sem um referente distinto de X presente e perceptível no ambiente.

Note-se que, quando admitimos que a origem das estruturas-fonte (pelo menos a equacional e a locativa) está nesse período da aquisição da linguagem, não podemos precisar quando um ato declarativo, num contexto específico, corresponde a determinado tipo de proposição-fonte ou a outro, justamente porque as crianças estão em uma fase pré-linguística. Ao apontar o objeto que o adulto está procurando, por exemplo, o ato declarativo informativo da criança poderia corresponder à sentença “o relógio está sobre a mesa” (associada, portanto, a uma proposição-fonte locativa “*X está em Y*”), mas também podemos assumir a relação entre esse ato e uma proposição-fonte equacional, “*X é (como) Y*”, associada a uma sentença como “o que você está procurando é este relógio”. Neste último caso, o embrião da função de identificação já estaria presente: a criança perceberia a necessidade de associar a entidade *o que o adulto busca* à entidade *este relógio*, identificando uma coisa à outra.

Considerando-se essa possibilidade, é necessário admitir que, na mesclagem conceptual entre X e Y, durante o ato de apontar, uma das entidades seria exclusivamente conceptual, sem um referente perceptível (a saber, a percepção mentalmente representada de X como “aquilo que o adulto está procurando”); a outra, apesar de também mentalmente representada, teria um referente correspondente no ambiente (o relógio).

Cada proposição-fonte provavelmente se consolida como estrutura de conhecimento linguístico conforme a criança passa a substituir o apontar declarativo por sentenças declarativas, e isso significa que, no caso das sentenças de identificação, a proposição-fonte equacional se converte em conhecimento linguístico quando a criança é capaz de verbalizar os elementos X e Y em um ato declarativo não mais gestual, como o apontar, mas linguístico, materializado em um enunciado de identificação. Parece ser sustentável, no entanto, admitir os princípios dessa estruturação no período pré-linguístico mencionado, levando-se em conta que o conhecimento linguístico se desenvolve em associação ao desenvolvimento cognitivo como um todo.

Nossa intenção, com essa proposta, é mostrar que as sentenças identificacionais têm uma motivação cognitivo-funcional e que suas origens estão no período pré-linguístico da aquisição da linguagem. Com isso, defendemos que a linguagem, enquanto fenômeno cognitivo, não se constitui de maneira isolada de outros processos. A percepção, a abstração, a capacidade de atenção conjunta são todos fenômenos cognitivos que, em desenvolvimento simultâneo, contribuem para a constituição da língua de um indivíduo.

Destaque-se que, desde sua origem, o fenômeno da identificação envolve um ato declarativo / assertivo e que, por essa razão, é essencial que, ao ser estudado de um ponto de vista cognitivo, esse aspecto seja considerado.

3.1.3 Identificação: ato linguístico, epilinguístico ou metalinguístico?

Uma questão que o estudo das sentenças identificacionais pode suscitar é se representam um ato simplesmente linguístico, um ato epilinguístico ou um ato metalinguístico. Para respondermos a essa questão, consideraremos os conceitos de *conhecimento linguístico* e *conhecimento metalinguístico*.

O termo *conhecimento linguístico* se refere ao conhecimento implícito que todo falante tem do funcionamento de sua língua. Ele não tem a ver com saber dizer se uma palavra é um artigo ou um substantivo, por exemplo, mas, sim, com a capacidade que o falante tem de usar esses elementos adequadamente em determinada variedade da língua. Qualquer falante de português não usaria a construção *Ele comprou carro mais o caro*, que não faz parte da língua portuguesa, e sim *Ele comprou o carro mais caro*. Embora isso se explique pelo fato de, no português, o artigo ocupar a primeira posição da margem esquerda dos sintagmas nominais, o fato é que o falante usa as palavras nessa ordem sem precisar saber o que é um artigo ou um sintagma. Há um conhecimento linguístico implícito que lhe permite fazer isso. Nosso conhecimento linguístico é exercitado a todo momento, quando praticamos diferentes tipos de *atividades linguísticas*, como falar, ouvir, conversar, ler e escrever.

Esse tipo de conhecimento linguístico, apesar de implícito, pode também ser usado pelos falantes para refletirem sobre a própria língua, inclusive nos momentos em que praticam qualquer uma das atividades linguísticas mencionadas. Isso permite que eles julguem a adequação de certas estruturas ou mesmo aprendam intuitivamente novas estruturas a partir de seu conhecimento prévio. A atividade por meio da qual o falante reflete sobre a língua fundamentando-se em seu conhecimento linguístico intuitivo é chamada de *atividade epilinguística* (FRANCHI, 1987, p. 41).

Há, no entanto, outra forma de conhecimento sobre a língua, que está relacionada com a capacidade de usar um conjunto de nomenclaturas, modelos e procedimentos de análise para estudá-la de modo sistemático, o que chamamos de metalinguagem. Usamos uma metalinguagem, por exemplo, quando classificamos as unidades da língua e as analisamos por meio de termos específicos da disciplina de Gramática. Esse tipo de conhecimento linguístico pode ser chamado, de maneira mais objetiva, de *conhecimento metalinguístico*, e a atividade que se baseia nele é chamada de *atividade metalinguística* (FRANCHI, 1987, p. 42).

O procedimento linguístico da identificação, realizado por meio das sentenças identificacionais, pode envolver os três tipos de atividades linguísticas e, conseqüentemente, os dois tipos de conhecimento linguístico.

Quando alguém diz “O meu carro é o que está na esquina”, para identificar entre outros carros qual é o seu, está fazendo um uso comum da língua, exercitando seu conhecimento linguístico, que lhe permite ativar a proposição-fonte equacional e asseverar a correspondência entre as entidades X e Y. Não parece haver aqui uma reflexão sobre a própria língua. Trata-se de um ato puramente linguístico.

Já no caso em que um falante paulista diz “Pra paulista, *o que carioca chama de ‘biscoito’ é ‘bolacha’*”, podemos dizer que, por um lado, o falante está praticando uma atividade linguística como a anterior, pois, ao criar a sentença identificacional em destaque, está também formando uma estrutura a partir de seu conhecimento linguístico. Por outro lado, nessa situação também está usando o seu conhecimento linguístico para refletir sobre o modo como usa as palavras, o que nos leva a concluir que está também realizando uma atividade epilinguística.

Identificações linguísticas correspondentes a atividades metalinguísticas são frequentes em domínios discursivos instrucionais, sobretudo aqueles nos quais o objeto de instrução é a própria língua. É por isso que os enunciados de identificação, ou definições, presentes nos dicionários, devem ser associados a atividades metalinguísticas. A construção desses enunciados envolve uma reflexão linguística que leva em conta, além do conhecimento linguístico do lexicógrafo, uma metalinguagem específica para a produção de definições lexicográficas.

3.2 IDENTIFICAÇÃO E LÉXICO

Ao realizar a operação de identificação, o falante põe em funcionamento os quatro sistemas da língua, lançando mão de certos padrões depreendidos do uso. Cada sistema exhibe seus próprios padrões, que serão discutidos a seguir, iniciando-se a descrição pelo sistema do Léxico.

Ao mobilizar o sistema lexical, entendido como um inventário virtual e pré-verbal de categorias e subcategorias cognitivas, concretizado verbalmente pela *lexicalização* (CASTILHO, 2010, p. 110), o falante seleciona um item linguístico ou um conjunto de itens para atuarem como elemento a ser identificado e como elemento identificador – que correspondem, cada um, a um dos conceitos da proposição-fonte equacional. Vejamos um exemplo:

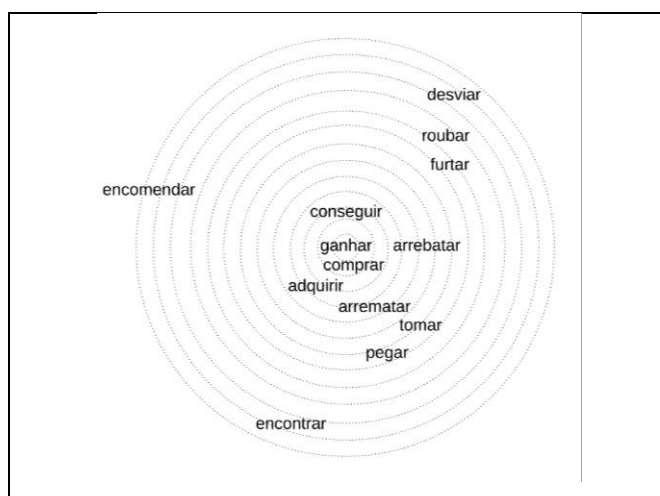
(1) *A minha distração* sam são *as tuas cartas* eu leio toda as noites antes de me deitar (CP 13-MJ, s. XX, RJ, PHPB)

Em (1), *a minha distração* atua como elemento a ser identificado, e *as tuas cartas*, como elemento identificador. A palavra *distração* está, pela convenção do uso, associada a um conceito, e a palavra *cartas*, a outro. Pela relação com os itens *a minha* e *as tuas* (também convencionalmente associados a determinados conceitos, como o de particularidade e o de posse), delimitam-se duas entidades conceptuais que são apresentadas como correspondentes. Como veremos na descrição da identificação no sistema gramatical, cada entidade pode ser representada na língua de diversas formas, em estruturas reduzidas ou de maior extensão, que se constituem pela combinação de uma série de itens do Léxico.

Há ainda de se destacar que, nas línguas em que a identificação se expressa com o uso de um verbo (em geral, a cópula), o falante mobiliza outro elemento de seu inventário lexical, que terá, em alguma medida, um significado identificacional.

Seguindo um procedimento onomasiológico, proporemos uma descrição segundo a qual os verbos (copulativos ou não copulativos) são itens cujo significado lexical se constrói por uma categorização radial. Esse tipo de categorização é exemplificado na Figura 1, a seguir. Trata-se da representação de uma categoria lexical não nomeada, que exhibe relações entre itens lexicais de sentidos próximos, em cujo centro estão os itens que compartilham mais propriedades.

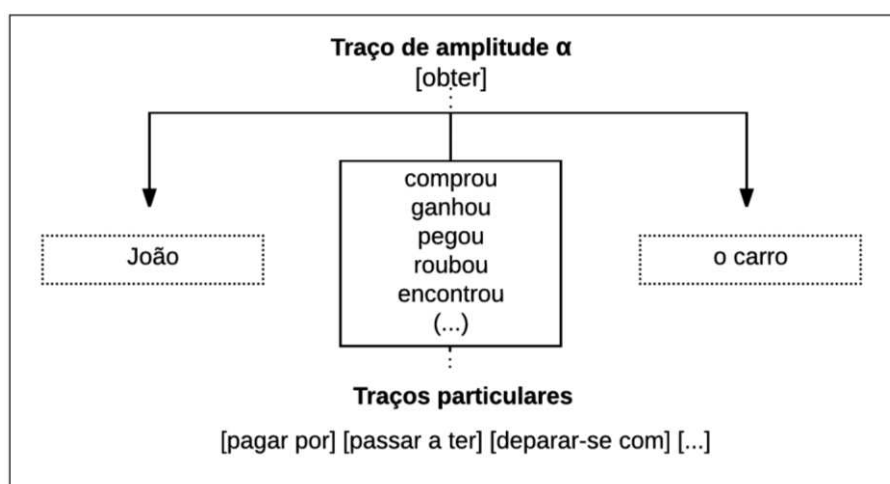
Figura 1. Representação de categoria lexical radial



A Figura 1 apresenta uma categoria radial de itens lexicais em cujo centro estão os itens que compartilham entre si um maior número de traços. Os itens que se distanciam desse centro representam membros menos prototípicos dessa categoria. Cada item tem seu próprio conjunto de traços que constituem seu significado lexical, sendo alguns desses traços compartilhados com os outros itens da categoria.

É possível supor que, pelo fato de representarem uma mesma categoria, todos esses itens lexicais têm em comum ao menos um traço. Considerado pela relação entre os elementos da categoria, esse traço é uma propriedade ampla, geral, que aproxima os significados lexicais desses elementos. Chamaremos esse traço de *traço de amplitude*, que, para os elementos da categoria em questão, pode ser esquematizado do seguinte modo:

Figura 2. Traço de amplitude α – [obter]



O esquema da Figura 2 apresenta [obter] como o *traço de amplitude*¹¹ dos itens lexicais pertencentes à categoria apresentada anteriormente. O significado lexical de cada item indicado no retângulo central se constitui desse traço de amplitude e de traços particulares, como [pagar por], no caso do verbo *comprar* e [deparar-se com], no caso do verbo *encontrar*.

¹¹ Optou-se, na descrição deste traço, pelo não uso da noção de *hiperonímia*, cujo entendimento tradicional pressupõe uma relação (do tipo genérico-específico) entre determinados *itens lexicais*, em que um item é tomado como mais genérico em relação ao outro. O que chamamos aqui de traço de amplitude é uma propriedade lexical que, apenas para fins de análise, é representada por uma palavra – [obter].

Seguindo o mesmo raciocínio, a análise onomasiológica dos verbos que constituem as sentenças de identificação deve supor a existência de um traço de amplitude que possibilite uma interpretação de identificação. Sugere-se aqui um traço de amplitude β , que pode ser aproximadamente descrito por (x) [*é identificável como*] (y)¹². Em português, o verbo *ser* é aquele que, prototipicamente, expressa a identificação por meio de tal traço de amplitude, mas, como veremos ao longo do trabalho, outras estruturas verbais podem conter esse traço e ser usadas para produzir sentenças de identificação.

3.3 IDENTIFICAÇÃO E GRAMÁTICA

No sistema da Gramática, configura-se na língua uma estrutura especializada em explicitar formalmente a identificação; destacam-se dessa configuração (i) os tipos de estruturas gramaticais usados para representar os elementos identificados e identificadores, (ii) as funções sintáticas que esses elementos desempenham na sentença e (iii) a colocação dos elementos na sentença.

3.3.1 Estrutura gramatical dos elementos identificador e identificado

Na literatura sobre as sentenças copulativas, costumam ser destacados três principais tipos de estruturas que figuram como elemento pré e pós-copular: os sintagmas nominais definidos (*o dono da loja*), os sintagmas nominais indefinidos (*um professor*) e os adjetivais (*feliz, contente* etc.). Admite-se, em geral, que sintagmas adjetivais e sintagmas nominais indefinidos na posição pós-copular tornam a sentença uma sentença predicativa e que sintagmas nominais definidos nessa posição dão lugar a sentenças não predicativas (*identificacionais, especificacionais, equativas* etc.). Essas visões se fundamentam em um critério de referencialidade, que não é muito claro e que será retomado quando tratarmos do sistema da Semântica.

Sobre nossa posição, por ora, apenas diremos que sentenças de identificação podem ter, como elemento identificador e como elemento identificado, itens gramaticais de qualquer natureza (incluindo-se sentenças), com exceção de, na segunda posição, sintagmas adjetivais ou sintagmas preposicionais, que constituem, um pouco mais claramente, sentenças predicativas. Vejamos:

¹² Aqui, empresta-se de Halliday (1967, p. 66) a proposta de significado lexical para uma das classes do verbo *be* – “is identifiable as”.

(2) Porém, isso há-se acabar! Deus é *grande e poderoso*! (PT pg. 12, s. XX, MG, PHPB)

(3) Visitei a Igreja de Nazaré, é muito rica e bela, por dentro quase a sua totalidade é *de ouro* e o restante *de mármore*. (CP, 1965, pg. 3, s. XX, RN, PHPB)

Nos exemplos (2) e (3), os sintagmas *grandel/poderoso* e *de ouro/de mármore* não parecem constituir sentenças identificacionais, pois não se percebe neles a função comunicativa de identificação. Não se trata de um modo assertivo de enunciar a correspondência entre duas entidades (*Deus e poderoso*), mas um modo de enunciar a atribuição de uma propriedade. Em outras palavras, o ato do falante na enunciação dessas sentenças não é um ato de identificação, mas um ato de atribuição. Note-se, no entanto, que se trata, como nas sentenças de identificação, de enunciados assertivos, mas assertivos atributivos, e não identificacionais. É por essa razão que preferimos denominar as sentenças que recebem, nas diversas tipologias, nomes como *predicativas*, *classificadoras* etc. de *sentenças atributivas*, destacando, assim, o processo de atribuição.

Esclarecida essa classificação, voltemos a tratar dos aspectos gramaticais das sentenças de identificação, destacando as estruturas que podem atuar como elemento identificado e identificador.

Ao buscarmos sentenças do português que expressam identificação, podemos encontrar exemplos de estruturas como as que se seguem:

(4) Item pré-copular e pós-copular como sintagmas nominais definidos:

(a) Eu recebi a tua carta a do dia 24 no dia 28 fiquei muito contente de ter notícias tuas e *a única alegria que eu tenho* são as tuas cartas (CP 14, pg. 24, s. XX, RJ, PHPB)

(b) *O propagandista de que hoje me ocupo* é o dr. Bones de Souza, que ha vinte annos consagra todas as sobras de seu tempo a campanha da lavoura. (ED pg. 3, s. XX, PE, PHPB)

(5) Item pós-copular como sintagma nominal indefinido:

(a) A justiça é *um dever sagrado para todos os governos*, e dóe realmente vel-a violada, só porque se trata do senhor conde d'Eu. (CR 91 p. 5, s. XIX, BA, PHPB)

(b) A razão porque consente-se na infracção do contracto, outra não pode ser sinão porque o feliz arrematante é *um dos chefes da commandita liberal*, candidato ao eleitorado e promete empregar toda sua influencia para ganho da causa do partido liberal. (CR 192 p.6, s. XIX, MG, PHPB)

(6) Item pré-copular ou pós-copular correspondente a sintagmas coordenados:

(a) Acompanho-os nesses sentimentos de philantropia ; e bem que não deseje ir de encontro ás idéas recebidas, por absurdas e deshumanas que sejam, saltaria por cima desse inconveniente afim de assegurar a felicidade de Ayres e a minha.... pois são *uma e a mesma cousa*. (PT, pg. 49, s. XIX, SP, PHPB)

(b) As outras dividas a Senhora sabe que são, *a hypotheca do Lara, as letras de Tia Julia e Zé*. (CP 81 pg. 110 , s. XX, SP, PHPB)

(c) *pontes cahidas, pantanos, caldeirões*, é o que n'ella se observa. (CL 226 pg. 7, s. XIX, SP, PHPB)

(d) *Saúde, paz e prosperidade* é o que eu mais cordialmente desejo á Vossa Excelência, a quem por meio d'esta respeitosamente visito e cumprimento. (CP 216 pg. 17, s. XX, BA, PHPB)

(e) Uma paralysação quasi completa de negocios alliada a serias difficuldades nos recebimentos foram de modo tal enfraquecendo o commercio de fórma que *um grande desanimo justo e um receio prudente* são os seus caracteristicos actuaes. (CP 19 p. 32, s. XX, RJ, PHPB)

(7) Item pré-copular como pronome relativo:

(a) Queira aceitar com Sophia muitas saudades nossas *que* é o que de melhor temos para mandar (CP 126 pg. 172, s. XX, SP, PHPB)

(b) e tudo leva a crer que elle permanecerá, ? a vista dos novos negocios a resolver e da situação de Matto Grosso, que parece se ter aggravado o

Telegram?ma do “Correio da Manhã” de hoje dá como revolucio-nado o ministro de Santa Anna do Paranahyba, tendo o João Dantas Coelho, *que alli é juiz, soffrido agressão a tiro* (CP 262 pg. 167, s. XX, BA, PHPB)

(8) Item pré-copular e pós-copular como sentença infinitiva:

(a) para mim *receber suas cartas* é a melhor coisa que já aconteceu comigo. (CP pg. 9, s. XX, RN, PHPB)

(b) As Minhas Culpas são *o querer fazer a minha obrigação attendendo para o Serviço de Deos, e de Sua Magestade* (CAP 19 pg. 34, s. XVIII, SP, PHPB)

(9) Item pós-copular como sentença subordinada substantiva:

(a) A politica por aqui acha-se em ferias; a Prussia vai tratando de consolidar o que poudé apanhar na ultima guerra, e prepara-se| para ir estendendo o seo dominio sobre toda a Allemanha. O caso é *que a ultima guerra engrandeceo a Prussia, mas não deu solução ás graves questo?es| pendentes*. (CP 86 pg. 149, s. XIX, BA, PHPB)

(b) O que lhe mandei dizer e repito é *que o negocio é por tal forma vantajoso, que em qualquer tempo se poderá realizar* (CP 254 pg. 136 , s. XX, BA, PHPB)

(10) Item pré-copular e pós-copular como relativa livre/pronome-Q:

(a) *O que há muito nesta terra* são pais de filhos incognitos, se-meadores que não colhem (PT pg.12, s. XIX, SP, PHPB)

(b) Os pastores durante os cultos pregam o evangelho e explicam *o que* é o dízimo e as ofertas (CL pg7 , s. XX, RN, PHPB)

(c) ← (6c), (6d), (7a)

(11) Item pré-copular como categoria nula (Ø) anafórica sem retomada (apenas remissão):

(a) Lucinha fiz uma ótima viagem apesar de eu ter partido com o coração bastante sufocado de tantas saldades que air ficou, gostei muito de ter

ficado air com você, pois para mim Ø foi as férias mais maravilhosas que eu já passei em toda minha vida (CP pg. 5, s. XX, RN, PHPB)

(b) é preciso construir a tantos metros da rua, não podem ser construídos dois prédios no mesmo lote <etc. etc> o que não importa para o seu caso, pois o predio já está construído e forçosamente obedeceu a estas regras as habitações não se podem destinar a fins commerciaes imagens, habitações colletivas etc etc. Os proprietarios por sua vez gozam da servidão dos parques que a City tem nos fundos de certo numero de predios etc. Enfim, Ø são regras e vantagens que todos teem e gozam. (CP 170 pg. 226, s. XX, SP, PHPP)

Os exemplos acima mostram que, quando se buscam as sentenças que expressam identificação em dados reais, são múltiplas as combinações de estruturas gramaticais. Um dos fatos a destacar nesses exemplos é que as sentenças de identificação podem corresponder a sentença complexas, como ocorre nos exemplos em (9), ou a sentenças subordinadas, que integram uma sentença complexa, como ocorre em (7). O estudo das sentenças de identificação complexas tem estado, no entanto, restrito às pseudoclivadas, que são estruturas em que a reversibilidade entre os elementos pré e pós-copular é possível (*O que eu quero é isso / Isso é o que eu quero*). Não se destacam, entretanto, os casos em que um dos elementos da pseudoclivada é uma subordinada encaixada, como ocorre em (9b).

Casos como esses são provavelmente ignorados porque as sentenças encaixadas não se enquadram na suposta referencialidade que alguns autores dizem que deve existir no elemento pós-copular para que a sentença seja considerada identificacional (equativa). Em uma sentença como *O caso é que a ultima guerra engrandeceo a Prussia, mas não deu solução ás graves questo?es pendentes*, em (9a), seria difícil sustentar, pelos critérios desses autores, que toda a sentença introduzida pelo complementizador *que* fosse um elemento referencial tal como *o João, este livro* etc. Parece, no entanto, difícil admitir que, em (9a), a sentença encaixada seja uma propriedade atribuída a *O caso*, para que se caracterize a sentença como predicativa/atributiva; todo o evento descrito pela sentença é apresentado, na verdade, como a entidade conceptual que identifica *o caso* (o problema, a questão introduzida pelo falante).

Em situações como essa, a entidade Y da proposição-fonte equacional é representada por um evento, e a improvável reversibilidade entre X e Y (dado o tamanho da sentença encaixada) não deve ser considerada obstáculo para que se trate as sentenças como identificacionais, pois a sentença continua funcionando como uma asserção de correspondência.

Quando afirmamos que o que define uma sentença identificacional não é um aspecto semântico, como a referencialidade, mas um aspecto funcional, associado a um tipo específico de asserção, abrimos caminho para a identificação de sentenças como essas.

3.3.2 Reversibilidade entre X e Y na sentença de identificação

Os exemplos de sentenças de identificação como sentenças subordinadas oportunamente nos remetem à questão da reversibilidade entre os elementos pré e pós-copular (e, portanto, ao aspecto gramatical da colocação dos constituintes na sentença de identificação). Como vimos anteriormente, os estudiosos desse tipo de sentença têm usado como critério para sua identificação a possibilidade de inversão ($X \text{ é } Y = Y \text{ é } X$). Ora, pela proposta apresentada aqui, em sentenças consideradas identificacionais subordinadas, muitas vezes não se pode supor uma inversão entre os itens pré e pós-copular. Em (7a) – *Queira aceitar com Sophia muitas saudades nossas que é o que de melhor temos para mandar* –, não se pode supor a inversão entre o pronome relativo e o elemento pós-copular, o que resultaria em agramaticalidade.

No sistema da Gramática, portanto, a colocação dos elementos na sentença de identificação assumirá a ordenação que for gramaticalmente possível, não sendo necessário que se cumpra um critério de reversibilidade para sua caracterização enquanto identificacional. Quando discutirmos o comportamento da sentença identificacional no Discurso, veremos que, quando há possibilidade de inversão entre X e Y, a colocação se associa ao modo como se quer distribuir a informação na sentença.

3.3.3 As funções sintáticas do elemento identificador e identificado

Resta, agora, tratarmos das funções que os elementos identificado e identificador desempenham na sentença, e, aqui, nos valeremos de descrições existentes para o funcionamento gramatical do verbo *ser*.

Tem-se admitido que o verbo *ser* (enquanto elemento copulativo) não atua na sentença como um verbo predicador, sendo, portanto, um verbo que não dispõe de estrutura argumental. Os verbos predicadores, por outro lado, selecionam seus argumentos, atribuindo-lhes Caso, sendo este o que leva o argumento a desempenhar determinada função na sentença

(sujeito ou complemento)¹³. O verbo *ser*, apesar de não ser considerado, por muitos, um verbo argumental (predicador), tem um comportamento muito semelhante ao dos verbos argumentais no nível sintagmático. Observemos, por exemplo, a estrutura sintagmática da sentença identificacional *A fita é a base do inquérito* – exemplo de Castilho (2010, p. 332).

A fita é a base do inquérito.			
Estrutura geral dos sintagmas	Margem esquerda: Especificadores	Núcleo	Margem direita: Complementadores
SN 1	A	<i>fita</i>	--
SV 1	--	<i>é</i>	SN →
SN 2 (encaixado no SV 1)	a	<i>base</i>	SP →
SP 1 (encaixado no SN 2)	--	<i>de</i>	SN →
SN 3 (encaixado no SP 1)	o	<i>inquérito</i>	--

Obs.: SV (sintagma verbal); SN (sintagma nominal); SP (sintagma preposicional)

A estrutura sintagmática de *A fita é a base do inquérito* – [A fita][é [a base [de[o inquérito]]]] – é compatível com a estrutura sintagmática de uma sentença com verbo predicador, como *O João escondeu a fita* – [O João][escondeu [a fita]]. Note-se que [a base do inquérito] e [a fita] estão igualmente encaixados na margem direita de sintagmas verbais: [é [a base do inquérito]] e [escondeu [a fita]]. O fato de a constituição do sintagma estar associada a um princípio de dependência, segundo o qual os elementos não nucleares são dependentes do núcleo sintagmático, nos faz compreender que, em ambos os casos, os sintagmas nominais que constituem o sintagma verbal são elementos dependentes do núcleo, inclusive no caso em que esse núcleo é o verbo *ser*. Tal constatação entra em choque com a questão da valência do verbo *ser*, pois, considerando-se o fato de sua estrutura sintagmática ser compatível com a de um

¹³ A noção de Caso é usada aqui entendendo-se que o verbo predicador de algum modo influencia as funções que os elementos a ele associados exercem na sentença. Essa influência é determinada pelo uso frequente desses verbos em sentenças com certa estrutura argumental, admitindo-se que a sistematicidade desses usos leva o verbo a incorporar, de maneira mutável e adaptável, essa estrutura.

verbo predicator, aparentemente o verbo *ser* requer certos elementos para se relacionarem com ele, sendo que essa relação envolve, inclusive, encaixamento sintagmático, no caso do elemento que preenche a margem direita.

Deve ser essa a razão por que alguns autores, como Ilari e Basso (2014, p. 94), classificam o verbo *ser* indicador de identidade como um verbo biargumental ao tratarem da valência verbal, colocando-o na mesma categoria que a dos biargumentais predadores (*derrubar, fazer, construir*).

Castilho (2010, p. 333), por outro lado, classifica sentenças que contêm verbos desse tipo como monoargumentais, baseando-se no critério da proporcionalidade entre as funções sintáticas e os pronomes. Segundo ele, na relação *X é Y*, um indício de que o elemento *Y* não é argumental é o fato de não ser proporcional a um pronome:

- a) *X é Y*
- b) *A fita é a base do inquérito*
- c) *Ela* *é a base do inquérito*
- d) *A fita é-a vs. Pedro usou-a.*

Como se vê em (c) e em (d), o elemento *X* é proporcional a um pronome pessoal, mas o *Y* não é proporcional ao clítico que, em algumas variedades do português, é usado como complemento verbal de verbos predadores (como *usar*). Essa observação faz Castilho considerar *X* o sujeito da sentença (que, como os demais sujeitos, é proporcional ao pronome nominativo *Ele*); o elemento *Y*, por outro lado, é tratado como não argumental e chamado de *equativo*.

Como se pode ver, o verbo *ser* das sentenças de identificação é um elemento que desafia, em certa medida, as noções de valência e de estrutura argumental, o que traz como consequência uma dificuldade em determinar as funções que os elementos pré e pós-copular assumem na sentença. Nossa posição neste trabalho é a de que o verbo da sentença identificacional é, de fato, um verbo em que estão previstas certas lacunas a serem preenchidas (a estrutura sintagmática da sentença demonstra isso). No entanto, deve-se considerar o fato de a presença do verbo nas sentenças de identificação ou atributivas ser um fenômeno que não ocorre em todas as línguas, como mencionamos anteriormente, e o de que esse fenômeno não impede as línguas sem cópula de manifestarem a proposição-fonte equacional e de atenderem às demandas comunicativas da identificação e da atribuição.

Isso nos leva à hipótese de que o verbo das sentenças de identificação no português, apesar de ter se gramaticalizado como um elemento que participa da concretização da proposição-fonte equacional, não atua na sentença como um típico *operador/selecionador* gramatical. Mais especificamente, a relação necessária entre os termos gramaticais X e Y não depende de que o verbo os projete/selecione atribuindo-lhes Caso. Uma evidência disso é a facilidade que os falantes de português têm em, num verbete de dicionário, onde a palavra-entrada e o sintagma que a define costumam não ser intermediados por um verbo, compreender que há ali uma relação de correspondência/identificação entre esses elementos (ex.: *Casa edifício destinado à habitação*).

No caso dos verbos predicadores, o verbo seleciona as estruturas gramaticais que preencherão suas lacunas e que se associarão às entidades apresentadas em um estado de coisas – por exemplo: em *João comeu a torta*, o verbo seleciona uma estrutura para expressar gramaticalmente a entidade *João* e uma para expressar *a torta* (trata-se, neste caso, de dois sintagmas nominais). Simultaneamente, o verbo atribui Caso nominativo e acusativo a esses elementos.

No caso do verbo *ser* identificacional, por outro lado, há uma seleção que envolve apenas a estrutura sintagmática da sentença; o verbo faz a seleção categorial entre uma variedade de sintagmas que podem preencher suas lacunas (__ é __), estabelecendo, em geral, uma restrição aos sintagmas adjetivais e preposicionais (que são usados em sentenças atributivas). Essa seleção categorial permite que, na estrutura sintagmática da sentença, o verbo tenha o mesmo funcionamento que o dos verbos predicadores biargumentais (um dos elementos selecionados é interno ao sintagma verbal, encaixando-se na margem direita desse sintagma; o outro é externo ao sintagma verbal); não ocorre, entretanto, a atribuição de Caso. Exemplos como esse mostram que a atuação dos sistemas linguísticos no uso das expressões linguísticas não envolve necessariamente simetria, inclusive dentro de um mesmo sistema (neste caso, a Gramática).

Em termos de estrutura funcional da sentença identificacional (funções sintáticas), dado que os elementos X e Y da relação *X é Y* não são propriamente argumentos (uma vez que não são selecionados pelo verbo e dele não recebem Caso), não se pode dizer que esses elementos sejam sujeito ou complemento desse verbo. Diante disso, surge a questão de por que o elemento que geralmente está à esquerda do verbo é proporcional a um pronome nominativo (característica da função de sujeito). Essa questão, para nós, só pode ser respondida em termos de similitude.

O uso do verbo *ser identificacional* nas línguas de cópula, como o português, só se torna possível pela similitude que ele exibe em relação aos verbos predicadores. Esse verbo compartilha alguns traços com os verbos predicadores, por exemplo, atuar como o núcleo de um sintagma e exibir flexões de modo, aspecto, tempo etc. Esses traços levam o verbo a inevitavelmente constituir uma sentença, unidade que, em geral, tem um elemento proporcional a um pronome nominativo. A diferença é que esse elemento, na sentença identificacional, não depende do verbo *ser* da mesma maneira como um elemento do tipo *João* depende do verbo *comer*. Em outras palavras, a construção da sentença com o verbo *ser* se dá por analogia, e como se trata de analogia, e não de uma mesma estrutura, há certos limites para as similitudes, o que se verifica, por exemplo, na não proporcionalidade do elemento pós-copular a um pronome clítico (que existe no caso do argumento interno de um verbo predador biargumental).

Se tomarmos como critério para a definição do sujeito a proporcionalidade a um pronome nominativo, é possível dizer que a sentença identificacional tem um sujeito. O elemento pós-copular, por outro lado, tem uma função sintática bastante incerta.

Para dizer que o verbo *ser* da estrutura identificacional é um verbo monoargumental ou biargumental, deve-se, portanto, levar em conta todas as relações assimétricas que discutimos anteriormente. Sendo monoargumental, pelo critério da proporcionalidade ao pronome, ou biargumental, pelo critério da seleção gramatical típica, esse verbo não é, de qualquer forma, um verbo argumental prototípico.

3.3.4 Identificacionais com “é quando”: o elemento Y

As estruturas identificacionais com “é quando”, que formam, inclusive, definições (ex.: “Alergia é quando o corpo reage a uma substância estranha”), apresentam características distintas das que prototipicamente relacionam os elementos X e Y pelo uso do verbo *ser*. Nas com “é quando”, observamos que uma *situação* (evento, episódio, circunstância) é descrita pelo elemento Y, que corresponde a uma sentença temporal introduzida por “quando”. Vejamos alguns exemplos:

- (12) A questão que se coloca não é o desvio em si, mas o fato de o desvio se tornar público. Há aquela fase em que o desvio é comentado pelos mais próximos, através da fofoca ou de comentários maldosos. *O problema é quando uma das partes interessadas no assunto denuncia o*

caso de modo sério, obrigando o grupo a tomar uma posição.
(19Ac:Br:Lac:Thes, Corpus do Português)

(13) O médico indicará uma dieta com restrição de alimentos com peles e fibras grossas, e bem balanceada. A úlcera péptica pode acarretar a perfuração da parede do estômago ou do duodeno, que muitas vezes ocorre repentinamente. Neste caso é, quase sempre, necessário uma cirurgia. *Outro caso grave é quando rompe um vaso sanguíneo grande na parede do estômago ou do duodeno, acarretando hemorragia interna, causando vômitos de sangue e evacuação de fezes com sangue.*
(9Ac:Br:Enc, Corpus do Português)

(14) Sempre existiram situações destas no PSD: não são de agora, nem a nível nacional, nem a nível local. A história do partido aí está para o confirmar. *O que é incorrecto é quando anda muita gente preocupada com os seus interesses pessoais, com as suas mordomias ou com as que poderá vir a conseguir, procurando o melhor posicionamento para se encontrar na linha da frente, quando chegar a altura certa.*

Como em qualquer sentença de identificação, as sentenças constituídas por “é quando” são sentenças assertivas por meio das quais os falantes declaram a correspondência entre dois elementos cognitivamente representados. Neste caso, se considerarmos o modo como se dá a mesclagem conceptual para a compreensão do enunciado, podemos dizer que um dos espaços mentais (associados a Y) leva à memória de curto prazo uma situação imaginada conforme a sentença introduzida por “quando” se desenvolve, e essa situação é associada ao elemento X, configurado como entidade a ser identificada.

Em (12), por exemplo, *o problema* cria em um dos espaços mentais, no processar do discurso, a representação da entidade “algo problemático que precisa ser identificado”. O item lexical *problema* aciona o conhecimento estruturado do falante, que lhe permite acessar os frames, ou esquemas de cenas associados ao conceito em questão. No segundo espaço mental, no entanto, por ser Y uma sentença que descreve uma situação, deve ser imaginada e compreendida uma cena específica (e não apenas um esquema abstrato de cenas) para que a mesclagem ocorra.

O processar de uma cena específica no espaço mental associado ao elemento Y não é, entretanto, uma particularidade desse tipo de sentença: ocorre o mesmo quando o elemento Y é uma sentença subordinada substantiva introduzida por *que*:

(15) A politica por aqui acha-se em ferias; a Prussia vai tratando de consolidar o que poudé apanhar na ultima guerra, e prepara-se para ir estendendo o seo dominio sobre toda a Allemanha. O caso é *que a ultima guerra engrandeceo a Prussia, mas não deu solução ás graves questo?es pendentes*. (CP 86 pg. 149, s. XIX, BA, PHPB)

Em (15), também é necessário que o falante processe em sua mente uma cena ou situação específica (a última guerra engrandecer a Prússia), para que ocorra a mesclagem e *o caso* seja identificado.

Apesar das semelhanças, a particularidade da sentença introduzida por *quando* está em que, nela, a entidade Y cognitivamente representada se gramaticaliza em uma sentença que se junta ao verbo *ser* de uma maneira não descrita geralmente pelos estudos linguísticos das sentenças complexas.

Propomos a seguir uma discussão desse aspecto gramatical das sentenças identificacionais com “é quando”, de modo a compreendê-las como uma manifestação adaptativa do sistema linguístico.

3.3.5 “é quando” e as sentenças subordinadas

As classificações existentes para as sentenças introduzidas pela conjunção *quando* incluem-nas entre as subordinadas adverbiais, que, entre outros aspectos, se caracterizam pelo *não encaixamento* (NEVES, BRAGA & HATTNHER, 2008, v.2, p.938) na sentença principal. Tal encaixamento é necessário em uma relação identificacional constituída por verbo *ser*, em que há uma articulação forte entre item identificado e item identificador.

Esses fatos colocam em questão o modo como a sentença introduzida por *quando* se relaciona com o verbo *ser* na estrutura das sentenças “é quando”, já que, neste caso, estão em relação duas estruturas aparentemente incompatíveis (uma sentença que tipicamente se comporta como subordinada não encaixada e um verbo que exige um Complementador, que naquele se encaixa). As relações que esse tipo de sentença estabelece com a sentença principal, e como diferem das relações presentes em outras sentenças subordinadas, serão discutidas a seguir.

Castilho (2010, p. 337-390), chama de *sentenças complexas* os enunciados com mais de um verbo. As relações existentes entre as estruturas classificadas como sentenças complexas se organizam segundo estes quesitos: (i) as formas de ligação; (ii) os graus de coesão; e (iii) a tipologia.

Quanto às formas de ligação, as sentenças podem estar em uma relação de *justaposição*, quando não há conjunções. É o que ocorre com as coordenadas assindéticas da Gramática Tradicional (ex.: Escreveu, não leu, o pau comeu). Por outro lado, quando ligadas por conjunções, existe um vínculo entre elas chamado de *relação conjuncional*. Esta pode ocorrer por coordenação, quando as sentenças são sintaticamente independentes (ex.: O cachorro late e o gato mia), ou subordinação.

Neste último caso, as sentenças podem (i) apresentar-se encaixadas umas nas outras (ex.: O professor disse *que não haverá aula amanhã* / A sopa *que eu tomei* estava salgada) ou (ii) uma sentença pode estar adjunta à outra (ex.: Eu desliguei o computador *quando começou a chover*). A subordinação pode também envolver verbos em forma nominal, em uma *relação de subordinação não conjuncional* (ex.: A criança disse ter pedido ajuda).

O último modo de ligação é a *correlação*, que ocorre quando a conjunção se desdobra em duas expressões, cada uma em uma sentença (ex.: Ele *não só* saiu de casa *como também* levou todos os eletrodomésticos).

Quanto aos graus de coesão, Castilho (2010, p. 338) descreve três relações intersentenciais, associadas às relações de ligação apresentadas. Primeiramente, há as sentenças que constituem *estruturas independentes*, ou *coordenadas*. Depois, os casos em que uma das sentenças é dependente da outra (as *estruturas dependentes*, ou *subordinadas*). O terceiro grau de coesão é o das estruturas *interdependentes*, também chamadas *correlatas* (ex.: “Correu tanto que chegou adiantado”, em que cada sentença depende sintaticamente da outra).

Em relação à tipologia das sentenças complexas, Castilho categoriza os grupos descritos anteriormente do seguinte modo:

(1) Coordenação ou Independência:

a) Sentenças complexas justapostas: sem relação conjuncional; sentenças em aposição (Escreveu, não leu, o pau comeu);

b) Sentenças complexas coordenadas: com relação conjuncional entre as sentenças, mas sem relação de dependência (O cachorro late e o gato mia);

(2) Subordinação ou Dependência:

c) Sentenças complexas encaixadas: quando o encaixamento ocorre no sintagma verbal (como em “O professor disse *que não haverá aula amanhã*”), de modo que haja uma relação argumental entre a sentença e o sintagma verbal (SV), constitui-se uma sentença *substantiva*, ou *integrante*; quando o encaixamento ocorre no sintagma nominal (A sopa *que eu tomei* estava salgada), constitui-se uma sentença *adjetiva*, ou *relativa*.

d) Sentenças complexas em adjunção: uma sentença está em relação de dependência com a outra, mas não ocorre encaixamento (ex.: “Eu desliguei o computador *quando começou a chover*”).

(3) Correlação / Interdependência:

(e) Sentenças complexas correlatas: Se houver na primeira sentença uma expressão correlacionada a uma presente na segunda, elas serão interdependentes, como ocorre em “Ele *não só* saiu de casa *como também* levou todos os eletrodomésticos”.

O que mais nos interessa nessa classificação é a descrição das sentenças subordinadas (2), especialmente a das sentenças complexas em adjunção (subordinadas adverbiais), uma vez que desejamos comparar as características da sentença identificacional “é quando” com as propriedades dessas sentenças.

As sentenças subordinadas adverbiais (também chamadas hipotáticas), segundo Neves, Braga e Hattnher (2008, v.2, p.938), distinguem-se das completivas (substantivas/integrantes) e adjetivas pelos traços [+/-encaixamento] e [+/-dependência], o que nos remete à classificação de Castilho. Enquanto as completivas e adjetivas contêm os traços [+encaixamento] e [+dependência], as adverbiais contêm [-encaixamento] e [+dependência].

A conjunção “quando” é normalmente considerada a principal introdutora de sentenças subordinadas adverbiais temporais; para Neves, Braga e Hattnher, no discurso oral do português, ela introduz quase que de maneira exclusiva essas sentenças.

Na estrutura identificacional com “é quando”, a conjunção “quando” opera de maneira distinta. Em “X é quando...”, a subordinada introduzida pela conjunção também apresenta o traço /+dependência/; ela depende da sentença principal “X é” para que esteja bem construída. No entanto, diferentemente da sentença adverbial típica, o traço /+encaixamento/ parece constituir a relação entre [X é] e [quando...], o que a aproxima das sentenças substantivas

(completivas) e adjetivas (levando em conta a forma de ligação e o grau de integração entre as sentenças). Vejamos:

Adjetiva	Este é o tênis	→←	que eu uso.
Substantiva	O professor disse	→←	que a aula acaba mais cedo hoje.
“X é quando...”	O problema é	→←	quando uma das partes...
Adverbial	A televisão apagou	,	quando os raios começaram.

O símbolo →← indica que existe encaixamento entre as sentenças, e a vírgula (,) indica que não há.

Para compreendermos o encaixamento nas sentenças complexas, podemos observar sua estruturação sintagmática, que envolve, como nas sentenças simples, a composição entre uma margem esquerda (Especificadores), um Núcleo e uma margem direita (Complementadores). Vejamos:

- a) Este é o tênis **que eu uso** (sentença adjetiva encaixada)

Em (a), a sentença adjetiva em negrito atua como Complementador do SN “o tênis que eu uso”, estando, portanto, encaixada no Núcleo desse SN (tênis):

Margem esquerda: Especificadores	Núcleo	Margem direita: Complementadores
O	<i>tênis</i>	que eu uso

- b) O professor disse **que a aula acaba mais cedo hoje**.

Em (b) a sentença substantiva em negrito tem uma relação argumental com o verbo *disse*. A relação entre o verbo e seus argumentos é uma forte relação de coesão, portanto existe encaixamento da sentença no Núcleo do SV.

Margem esquerda: Especificadores	Núcleo	Margem direita: Complementadores
--	<i>disse</i>	que a aula acaba mais cedo hoje

c) A televisão apagou **quando os raios começaram**.

Em (c), a sentença adverbial *quando os raios começaram* não corresponde a um argumento interno do verbo *apagou*. Está adjunta ao verbo da sentença principal, e não encaixada. A falta de uma coesão forte entre o verbo e a sentença adverbial não gera encaixamento entre eles, e a flutuação da sentença introduzida por “quando” na estrutura complexa é favorecida:

(c') A televisão apagou **quando os raios começaram**.

(c'') A televisão, **quando os raios começaram**, apagou.

(c''') **Quando os raios começaram**, a televisão apagou.

Por outro lado, nas sentenças identificacionais com “é quando”, há encaixamento entre *é* e a sentença temporal, considerando-se aquilo que discutimos na seção “As funções sintáticas do elemento identificador e identificado”: o verbo *ser* das sentenças de identificação, apesar de não atribuir Caso, seleciona categorias para preencher suas lacunas. Entendemos que, nas sentenças identificacionais com “é quando”, a sentença introduzida pela conjunção é uma dessas categorias gramaticais, que se encaixa na margem direita do sintagma verbal que tem como Núcleo o verbo *ser*:

<i>O problema é quando uma das partes interessadas no assunto denuncia o caso de modo sério</i>			
Estrutura geral dos sintagmas	Margem esquerda: Especificadores	Núcleo	Margem direita: Complementadores
SN1	O	<i>problema</i>	--

SV1	--	é	[quando uma das partes...]
-----	----	---	----------------------------

No esquema acima, vemos que o SV 1 (*é...*) tem como Complementador uma sentença introduzida por “quando”. Há entre o verbo e esse elemento um encaixamento; o verbo *ser* demanda um elemento à sua direita, pois “algo *é* algo”, o que produz uma forte coesão entre eles. No caso de “X *é* quando...”, a necessidade de um elemento que se apresente como o que X *é* gera o mesmo tipo de atração que ocorre na relação “SN *é* SN” ou “SN *é* [sentença subordinada introduzida por *que*]”. Desse modo, diferentemente das sentenças subordinadas adverbiais (hipotáticas), as introduzidas por “quando” das identificações se caracterizam pelo traço /+encaixamento/. Um fato importante a destacar é que elas não estão em adjunção ao verbo: atuam como Complementador de um sintagma verbal.

Assumir essa proposta significa admitir que há uma gramaticalização da proposição-fonte equacional “X *é* (como) Y” na qual o elemento Y se materializa diretamente como uma sentença introduzida por “quando”.

O fenômeno descrito aqui, no qual um elemento prototípico de uma categoria (sentença adverbial, introduzida por “quando”) é usado de modo não prototípico em outra categoria (sentença completiva) é mais uma evidência do caráter adaptativo e criativo dos sistemas linguísticos e de como os falantes produzem estruturas gramaticais criando e operando com similitudes. Tal análise contraria as afirmações de alguns estudos, como o de Benelli et al (2006), que desconsideram as sentenças de identificação constituídas por “quando” como sentenças bem formadas, especialmente em definições.

3.4 IDENTIFICAÇÃO E SEMÂNTICA

3.4.1 A natureza das entidades na identificação; o papel da referência

Em nossa conceituação da sentença identificacional, defendemos que ela não se define por uma relação semântica de identidade intrínseca estabelecida entre os termos X e Y, seja em termos de sentido, seja em termos de referência. Define-se, no entanto, por um critério funcional, que envolve a resolução de uma demanda por identificação. Isso significa que a sentença identificacional não se caracteriza necessariamente por um alto grau de

referencialidade dos termos que a constituem, como argumentam alguns estudos mencionados neste trabalho.

A sentença identificacional expressa uma relação entre entidades mentalmente representadas. A percepção dos falantes de que essas entidades, materializadas em estruturas gramaticais, correspondem ou não a um mesmo objeto no mundo, envolve, para nós, um procedimento pragmático, que está associado à suposição de intenções e a conhecimentos compartilhados.

Para discutirmos melhor o caráter não determinante da referencialidade na produção e compreensão de sentenças identificacionais, retomemos o exemplo (4a), que contém a sentença *a única alegria que eu tenho são as tuas cartas*. Se tomarmos cada um dos sintagmas nominais dessa sentença separadamente (imaginando-os fora dessa construção) e tentarmos identificar seus referentes, veremos que se trata de referentes distintos. Para *a única alegria que eu tenho*, devemos supor como referente um estado de prazer que se localiza em um indivíduo específico (o locutor do enunciado); para *as tuas cartas*, por outro lado, devemos supor um conjunto de correspondências recebidas pelo locutor (de seu interlocutor). Pensando referencialmente, o estado de prazer e as cartas são necessariamente entidades distintas. Não se pode descartar, no entanto, que, apesar de não haver correspondência referencial, enuncia-se uma correspondência entre duas entidades conceptuais (considere-se aqui o fato de tratarmos dessas entidades, do ponto de vista cognitivo, como entidades mentalmente representadas).

Pragmaticamente, o interlocutor do remetente de tal carta saberá que não deve, em termos de referência, identificar o estado de prazer do locutor em si, e um conhecimento compartilhado desse tipo de expressão permitirá que ele compreenda a relação de correspondência declarada.

O que permite ao falante compreender e construir a sentença identificacional é o mecanismo de mesclagem conceptual, que o faz colocar em relação elementos de dois espaços mentais: um que evoca o domínio da correspondência, do envio e recebimento de cartas, e outro, que envolve a percepção do estado de alegria. Tanto o produtor quanto o receptor do enunciado dispõem de estruturas de conhecimento evocadas pelas expressões *cartas* e *alegria* e são capazes de compreender o sentido construído na asserção identificacional da qual elas fazem parte.

O sentido de uma expressão não pode, em termos de processamento linguístico, estar desassociado da experiência dos falantes, e isso não implica que a subjetividade da experiência os leve a não se compreenderem ou a não terem um entendimento compartilhado

dos elementos do mundo, pois a experiência cognitiva, apesar de individual em alguma medida, é sempre socioculturalmente construída e compartilhada.

Consideramos os referentes perceptíveis no mundo como parte da experiência dos falantes. Eles são pragmaticamente importantes para determinadas situações nas quais a identificação entre os elementos conceptualmente representados X e Y traz informações sobre esse objeto no mundo que permitem ao interlocutor agir ou pensar de determinado modo em relação a ele.

O exemplo de sentença identificacional apresentado por Castilho (2010, p. 332) pode ser também usado aqui para discutir esses aspectos pragmáticos que envolvem a referência. Ao tomarmos a sentença *a fita é a base do inquérito* e imaginarmos uma situação em que se instaurou um inquérito policial cujo principal item investigado é uma fita cassete, vemos que *a fita* e *a base do inquérito* têm, individualmente, referentes distintos. O procedimento de imaginar os sintagmas fora da construção ajuda a compreender melhor isso: *a fita* denota inequivocamente um objeto específico (identificável por alguém); *a base do inquérito*, a menos que já se saiba que ela corresponde à fita (ou ao seu conteúdo), remete a um elemento abstrato/potencial que constitui qualquer inquérito. Na sentença identificacional, cria-se uma correspondência entre *a fita* e *a base do inquérito* (que passam a ser tratadas como a mesma coisa).

Note-se que, nos dois últimos exemplos apresentados, há uma correspondência gramatical entre o elemento pré-copular e o elemento pós-copular (ambos são sintagmas nominais definidos), embora não haja correspondência de referentes. Isso mostra, novamente, que existe uma independência entre os sistemas, que, numa mesma sentença, não operam necessariamente em simetria: há identidade na Gramática, mas não há identidade em relação aos referentes denotados pela sentença, um aspecto da Semântica.

Em qualquer caso, entende-se aqui que a correspondência afirmada na sentença identificacional se dá por uma relação conceptualmente processada; por isso, as diferentes relações entre entidades conceptuais devem ser consideradas, inclusive aquelas em que as entidades conceptuais são representadas por sentenças.

3.4.2 Atribuição vs. Identificação: uma questão de prototipicidade

Outro fato a destacar das sentenças de identificação do ponto de vista semântico são as possíveis diferenças produzidas pelo uso de, como elementos pré e pós-copular, sintagmas nominais sem especificadores (incluindo-se sintagmas nus), sintagmas nominais indefinidos e

sintagmas nominais com artigo (definido). Aqui, vamos nos concentrar no elemento pós-copular, que a literatura sobre as sentenças copulativas tem tomado como base para a distinção entre sentenças atributivas (ou predicativas) e não atributivas.

Como regra geral, entende-se que um adjetivo como elemento pós-copular constitui uma sentença predicativa (*O João é feliz*). O mesmo se diz dos sintagmas nominais nus (*O João é professor*) e dos sintagmas nominais indefinidos (*O João é um professor*). Nos últimos dois casos, uma das razões para que os sintagmas nominais não sejam tratados como constituidores de sentenças de identificação é o fato de serem considerados não referenciais. Neste trabalho, descartando a questão da referencialidade, pelo motivo que já foi apresentado anteriormente, observamos que sentenças copulativas formadas por sintagmas com essas características exibem certa dificuldade de classificação, embora seja temerário concluir que, em todos os casos em que eles aparecem, constituem-se sentenças predicativas/atributivas.

Vejamos algumas sentenças copulativas em que o item pós-copular é um sintagma sem especificador (nu ou não nu) ou um sintagma constituído por quantificador indefinido (com ou sem sua margem direita preenchida):

(16) Quanto sinto ser já velho; pois talvez não tenha o gôsto de ver os novos Doctores, que hão de aqui formar-se! Vossa mercê que é *menino e estudante* é que hade aproveitar-se d'esta tão grande felicidade (CL 217 pg. 1, s. XIX, SP, PHPB)

(17) Sofro duas vezes quando me deparo com uma notícia no jornal, que massacra ainda mais o ensino publico. Sofro duas vezes, pois meu marido é *professor universitário*, portanto tem aquele salário que todos já sabem e meus filhos estudam na rede pública. (CL pg. 47, s. XX, RJ, PHPB)

(18) Com relação à falsa mendicância, que é, aliás, *assunto batido e debatido quasi que diariamente em nosas imprensa falada e escrita*, citarei apenas um exemplo (CR, pg. 2 s. XX, RN, PHPB)

(19) E depois, minha irmã, dizem/por aí que ele é *um boêmio... Um pilantra*,/ou melhor, *um pau-dágua inveterado*! (PT pg. 1, s. XX, MG, PHPB)

(20) A política salarial do Governo Figueiredo é *um desastre* (ED pg. 3, s. XX, RJ, PHPB)

(21) Lembre-se de que fazer a barba, diàriamente, é *um imperativo de higiene e um dever de bom-tom* (NA, s. XX, RJ, PHPB)

Ao observar os exemplos (16-21), é possível identificar, em alguns dos casos, certa ambiguidade entre atribuição e identificação, e, aparentemente, a maior ou a menor tendência à ambiguidade está associada à extensão do sintagma, determinada pela quantidade de itens que compõem sua margem direita. As sentenças copulativas dos exemplos (16), (19) e (20), em que um ou mais sintagmas pós-copulares não apresentam conteúdo depois do núcleo nominal, podem, em alguma medida, ser interpretadas como atribuições. Quando se diz, em (16) que *vossa mercê é meninoestudante*, é possível depreender uma asserção que apresenta esses sintagmas como propriedades que o locutor atribui à entidade designada pelo primeiro sintagma. O mesmo se pode dizer dos sintagmas nominais indefinidos dos exemplos (19) e (20), em que os elementos apresentados como propriedades são *um boêmio* (*ele é um boêmio*), *um pilantra* (*ele é um pilantra*) e *um desastre* (*A política salarial do Governo Figueiredo é um desastre*). Em outras palavras, os itens lexicais que nucleiam o sintagma são evocados para que, das entidades que eles designam, se destaquem características – menino (jovem); boêmio (desregrado, vadio, desocupado etc.); pilantra (desonesto, incorreto, inescrupuloso); desastre (ruim, danoso, nocivo). Para o sintagma *estudante*, no entanto, do exemplo (16), é difícil depreender uma característica que esteja sendo atribuída com a evocação da palavra. O que se destaca, de fato, na sentença, é o fato de, por ser *estudante*, o interlocutor ter a chance de viver a felicidade de se tornar doutor.

Comparemos, agora, o sintagma destacado em (17), *professor universitário* (em *meu marido é professor universitário*), a um sintagma que, destacado em (19), tem sua margem esquerda preenchida – *um pau-dágua inveterado*, em (*ele é um pau-dágua inveterado*). Aparentemente, a sentença com sintagma sem especificador tem caráter mais atributivo que a que contém o sintagma indefinido.

Nos exemplos (18) e (21), tanto o sintagma sem especificador (*assunto batido e debatido quasi que diariamente em nossas imprensa falada e escrita*) quanto o sintagma com quantificador indefinido (*um imperativo de higiene e um dever de bom-tom*) constituem sentenças copulativas de caráter menos atributivo, e mais identificativo, o que deve estar

relacionado à maior extensão do sintagma, que deve dar lugar a uma maior delimitação da entidade conceptual.

O que se deve notar em todos esses casos é que, apesar da possível leitura atributiva, todos eles envolvem a identificação entre duas entidades conceptuais: não se trata da relação que ocorre entre um substantivo e um adjetivo, em que, ainda que haja também uma relação entre conceitos, o adjetivo não se refere a uma *entidade* da mesma natureza que *menino*, *professor universitário*, *um desastre* etc.). Ao compararmos, por exemplo, as sentenças *A política salarial é um desastre* e *A política salarial é desastrosa*, vemos que, apesar de aparentemente compatíveis em significado, a segunda envolve a atribuição direta de uma característica, enquanto a primeira faz remissão a uma entidade (um desastre) cujas características podem ser evocadas.

Essas observações nos levam a crer que a atribuição/identificação envolve uma categorização baseada em prototipicidade. As figuras a seguir exibem essa categorização, indicando, na região central da categoria, as estruturas pós-copulares que mais prototipicamente constroem sentidos de identificação ou atribuição e, nas regiões menos centrais, as estruturas que menos prototipicamente constroem um sentido ou outro, aproximando-se, inclusive, do sentido oposto.

Figura 3. Atribuição em termos de prototipicidade (consideradas as propriedades do sintagma pós-copular)

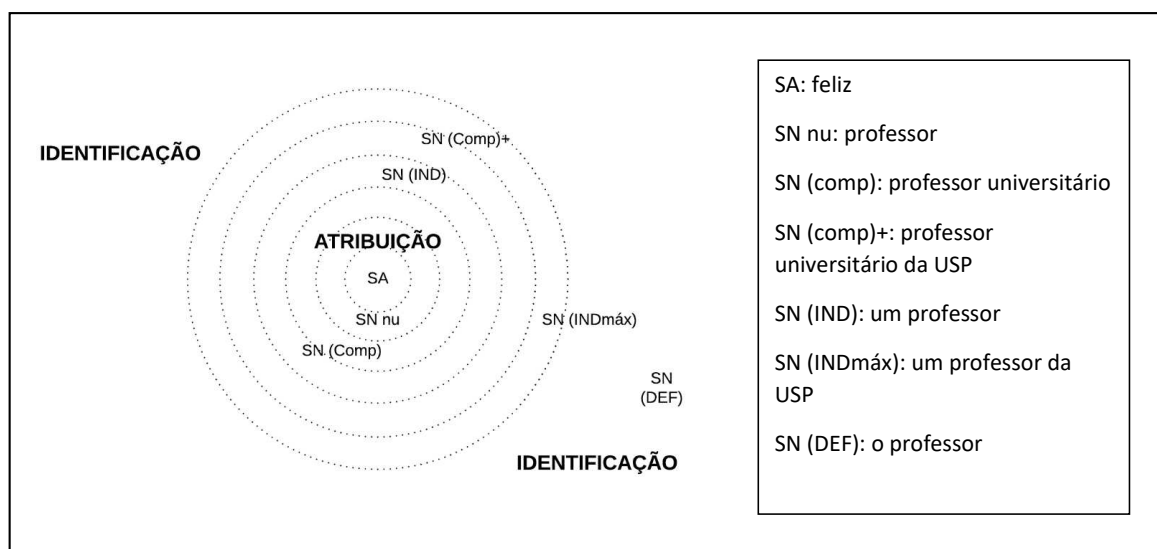
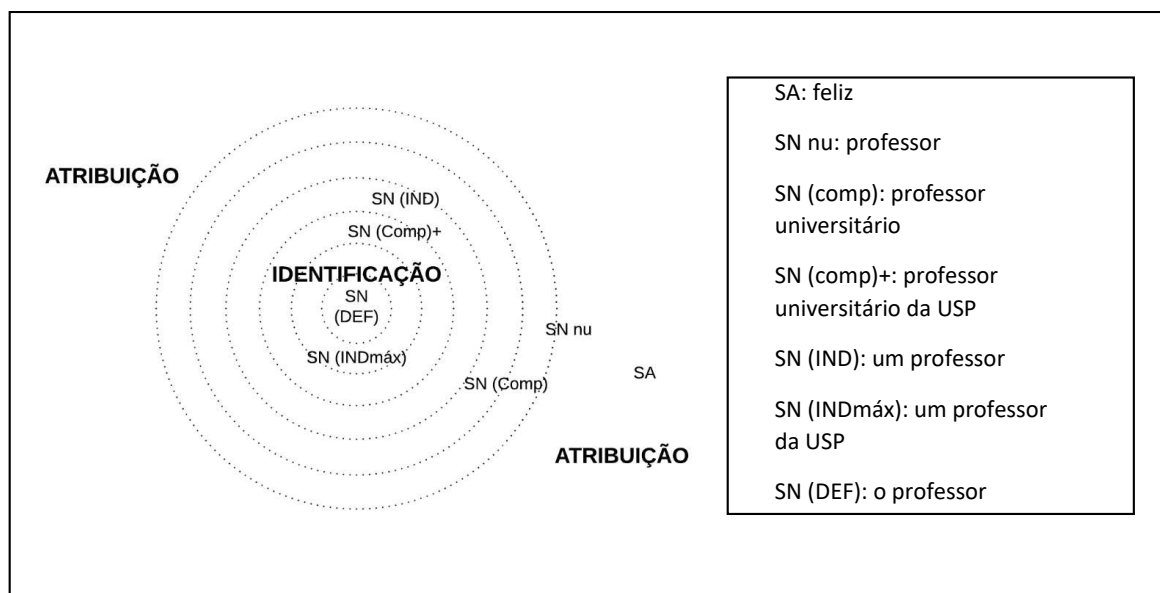


Figura 4. Identificação em termos de prototipicidade (consideradas as propriedades do sintagma pós-copular)



As Figuras 3 e 4 mostram que, numa categorização radial (por prototipicidade), as sentenças copulativas cujo elemento pós-copular é um sintagma adjetival são as atributivas prototípicas, enquanto aquelas cujo elemento pós-copular é um sintagma nominal definido são identificacionais prototípicas (que prototipicamente identificam). Quando se trata de sintagmas nominais, os nominais nus são aqueles que mais se aproximam da relação atributiva prototípica e que, conseqüentemente, menos se aproximam da relação prototípica de identificação; os que mais se aproximam da relação prototípica de identificação são os sintagmas que, tendo como especificador um quantificador indefinido, têm todas as posições preenchidas (sintagma máximo). Quanto aos elementos intermediários (que estão entre os mais centrais e o menos central), indica-se como fatores para a aproximação do centro categorial de identificação a presença de quantificador indefinido (em oposição ao especificador vazio) e o acúmulo de itens na margem direita (comp/comp+). A tendência inversa ocorre em relação à categoria de atribuição.

A categorização radial (sem limites precisos) desses elementos fica ainda mais clara quando observamos sentenças como as seguintes:

(22) (a) O Pedro é brasileiro.

(b) A mulher era gestante.

Levando em conta o fato de que, em uma sentença como *Maria é engenheira*, inegavelmente *engenheira* pode atuar como substantivo, não podemos afirmar categoricamente que, em (22a) e (22b), *brasileiro* ou *gestante* sejam adjetivos, tampouco que sejam substantivos. Trata-se, na verdade, de uma manifestação analógica das duas categorias radiais apresentadas anteriormente.

Com essa proposta, pretendemos demonstrar, mais uma vez, que os usos linguísticos e as formas linguísticas emergem por meio de relações de similitude identificadas e produzidas pelos falantes, que devem ser consideradas na análise linguística das sentenças de identificação.

3.5 IDENTIFICAÇÃO E DISCURSO

Do ponto de vista discursivo, o funcionamento das sentenças de identificação envolve basicamente dois aspectos: (a) o modo de distribuição da informação na sentença e (b) a foricidade. Para discutirmos essas questões, retomaremos a ideia, apresentada por alguns autores, segundo a qual as sentenças de identificação responderiam a certos tipos de perguntas. Nosso intuito será demonstrar que essas perguntas subjacentes, enquanto elementos motivadores da identificação, se manifestam no Discurso por meio de suas categorias sistemáticas, representadas pelos aspectos (a) e (b).

3.5.1 *Quem, qual, o que* e a distribuição da informação sentencial

Para Halliday (1967a), as sentenças de identificação (em sua terminologia, equativas) respondem a questões como “*Quem é o João?*” ou “*Qual é a minha mesa?*” (com *quem* ou *qual*), enquanto as atributivas responderiam a uma questão do tipo “*O que é X?*” (com *o que*) – ex.: “*O que é o João? O João é professor*”.

Os autores que defendem essa ideia geralmente apresentam exemplos de sentenças identificacionais que parecem ser usadas em situações nas quais essas perguntas são realmente feitas, ou quando são facilmente recuperáveis, enquanto perguntas implícitas. Ocorre que, quando analisamos as sentenças de identificação nos diversos textos reais, essas questões estão, muitas vezes, pouco evidentes. Vejamos um exemplo:

(23) Nós estamos bem dispostos e tudo está a correr bem. *O problema é o frio*, muito diferente de Portugal. (19N:Br:SP, s. XX, PE, Corpus do português)

Em (23), o locutor realiza a identificação de *o problema* na sentença *O problema é o frio*. *O problema* é o *tema* da sentença – aquilo de que o autor está falando, o ponto de partida da mensagem¹⁴. Neste caso, o tema é apresentado como uma informação *nova*¹⁵, pois, até então, não se falava em *problema*. Aqui, a questão “*Qual é o problema?*” só poderia ser considerada enquanto questão subjacente, derivada de motivações do próprio locutor: (i) a de informar que, apesar das circunstâncias favoráveis, há um problema e (ii) a de indicar *qual* é esse problema.

Há casos, no entanto, em que o tema atua como elemento anafórico. Para dar conta desses processos, o conceito de *anáfora* a que se remete aqui é aquele que vem sendo, há longa data, utilizado por Koch e Marcuschi e que pode ser representado pelo seguinte esquema (MARCUSCHI; KOCH, 2015, p. 360):

$$F(\text{onte})^1 \leftarrow A(\text{nafórico})^1$$

O elemento F^1 , fonte ou âncora, pode ser um SN, um SV, uma sentença ou qualquer item que possa ser inferido por associação. Já A^1 , o anafórico, é um elemento que remete a F^1 , com ou sem retomada. Vejamos um exemplo:

(24) Cadão Volpato (F^1), que apresentava o programa Metrópolis, de a TV Cultura, pediu demissão de a emissora em a última segunda-feira. *Ele* (A^1) é o novo editor-chefe de a revista *Set de cinema e vídeo* (19Or:Br:Intrv:ISP, s. XX, BR, Corpus do português)

Em (24), *Ele* é o tema da sentença identificacional *Ele é o novo editor-chefe de a revista Set de cinema e vídeo* e, neste caso, representa uma informação *dada*, pois atua como

¹⁴ Usaremos aqui a noção de *tema* (da articulação *tema-rema*) tal como apresentada em Halliday (1967a) – o tema é o elemento que aparece na primeira posição da sentença, representando o ponto de partida da mensagem, aquilo de que o locutor está falando especificamente *naquela sentença*.

¹⁵ Aqui, trataremos a relação *dado-novo* como independente da relação *tema-rema*. Enquanto *tema-rema* diz respeito a *algo de que se está falando/aquilo que se fala desse algo* na sentença, *dado-novo* envolve a relação entre essas informações e porções anteriores do discurso. *Novo* se refere a um elemento que está sendo ativado no discurso naquele momento e *dado* se refere a um elemento anafórico.

anafórico que se remete a F¹ (Cadão Volpato). Note-se que, neste caso, é difícil admitir que, na sentença identificacional, *ele* seja alguém que precisa ser identificado pelo fato de não se conhecer de quem se trata (na sentença complexa anterior, já tinha sido dito que Cadão Volpato era o apresentador do programa Metrôpolis). A identificação na sentença identificacional deve ter ocorrido por alguma outra motivação (provavelmente a de identificar *quem* é Cadão Volpato *agora*, depois de ter saído da emissora). Qualquer suposição de questão subjacente nesse caso (do tipo *Quem é Cadão Volpato?*) deve levar em conta esse fato. A partir dessa observação, devemos estabelecer uma nova distinção em termos de como a informação é apresentada na sentença: uma distinção entre *identificado* - *não identificado*.

Em (23), *o problema* é apresentado como item *não identificado*. Procede-se então, na sentença identificacional, a uma identificação primária desse item. Em (24), *ele* é apresentado como item já *identificado*; neste caso, a sentença produz uma *identificação secundária*. Destaque-se que não existe correlação necessária entre *identificado* e *dado* e entre *não identificado* e *novo* (e que, portanto, não se pode concluir que, quando há anáfora, a sentença identificacional opera sempre uma identificação secundária). Vejamos um exemplo disso:

(25) O que estamos enfrentando no Brasil como questão política muito complexa é que a agricultura que vai bem mata a agricultura que vai mal. (...) Isso passa a ser um processo cruel, que causa muito do conflito social que está por trás de todo o movimento dos sem-terra. Tem também um componente externo *que é o mercado* (19Or:Br:Intrv:ISP,s. XX, BR, Corpus do português)

Em (25), na sentença de identificação *que é o mercado*, o pronome relativo retoma *um componente externo*, atuando, portanto, como informação *dada*. Esse elemento ocorre, no entanto, como item *não identificado* (não se sabe ainda *qual* é o componente externo – questão subjacente: *qual é o componente externo em questão?*). A sentença identificacional *que é o mercado* opera, portanto, uma identificação primária a partir de uma informação *dada*.

É ainda necessário tratar de uma distinção associada aos casos de identificação primária (em sua relação com a questão subjacente a que serve de resposta). Para fazermos essa distinção, analisaremos o seguinte trecho, em que se destacam duas sentenças de identificação:

(26) Alguns métodos anticoncepcionais são definitivos e dependem de intervenção cirúrgica. *A vasectomia é o corte e fechamento de um ponto em cada um dos canais deferentes, o que impede a chegada dos espermatozóides nas vesículas seminais.* É uma microcirurgia que só pode ser realizada por médicos especializados. *O correspondente da vasectomia na mulher é a laqueadura* (19Ac:Br:Enc, Corpus do Português)

No trecho (26), as duas sentenças de identificação destacadas correspondem a uma identificação primária (coincidem também em que os temas *a vasectomia* e *o correspondente da vasectomia* são informações novas, e não dadas – nos parágrafos anteriores, falava-se dos métodos anticoncepcionais não definitivos). Há, no entanto, uma diferença entre essas sentenças. Se tivermos que supor uma questão subjacente para cada uma delas, essas questões serão distintas quanto ao elemento interrogativo que as introduz. Para a primeira sentença, a questão subjacente é *O que é a vasectomia?* (e não *qual* ou *quem*); para a segunda, a questão subjacente pode ser *Qual é o correspondente da vasectomia na mulher?* (introduzida por um dos elementos interrogativos considerados como aqueles que se associam às sentenças de identificação). No primeiro caso, a questão introduzida por *o que* tem como resposta uma sentença identificacional que constitui uma *definição*, enquanto no segundo há apenas uma identificação.

3.5.2 Uma conceituação linguística da definição

A distinção entre identificação primária e secundária e entre tipos de questões subjacentes são os principais aspectos a considerar quando se quer separar as sentenças identificacionais definitórias das não definitórias. Para conceituarmos a definição enquanto fenômeno linguístico, também levaremos em conta as seguintes informações:

Em primeiro lugar, deve-se compreender a definição como sentença ou enunciado identificacional, e, portanto, também como um ato ou processo de identificação que se realiza por meio de uma declaração.

Em segundo lugar, a definição é uma *atividade linguística*, como qualquer outra, que se torna uma *atividade metalinguística* apenas quando construída por meio de uma metalinguagem, como a lexicográfica.

Em terceiro lugar, a definição é sempre uma identificação primária, no sentido de que o item X da identificação é apresentado como “ainda não identificado” (o Discurso faz assumir que o interlocutor não tem ainda qualquer noção do que seja X). A identificação de primeiro nível, em que um dos elementos da identificação é apresentado como não identificável previamente, está presente em todas as definições, sejam elas não formais ou formais, lexicográficas, terminológicas ou de qualquer tipo. Nas asserções correspondentes, o primeiro elemento corresponde ao *definiendum*, e o segundo, ao *definiens*.

Em quarto lugar, a definição é sempre uma identificação cuja questão subjacente se inicia com “o que” (“o que é X?”).

Resumindo tais propriedades em uma definição, diremos que a definição é um enunciado assertivo identificacional que relaciona duas expressões, operando a identificação primária de uma delas, estando essa identificação associada a uma questão do tipo “O que é X?”. Considere-se *asserção* simultaneamente como um ato enunciativo e como o enunciado que o representa.

Com essa conceituação do fenômeno, divorciamo-nos de uma noção de definição que prioriza o conteúdo informativo do *definiendum* e do *definiens* em sua caracterização e abrimos caminho para uma análise da definição que busque pelas diferentes estruturas que operam esse tipo particular de asserção. Seguem alguns exemplos dessas estruturas:

(27) RETÓRICA *A retórica é o meio pelo qual um texto é organizado para satisfazer o objetivo comunicativo que o escritor do texto pretendia atingir ao escrevê-lo.* (19Ac:Br:Lac:Misc, Corpus do Português)

(28) JUSTIFICATIVA *Do ponto de vista linguístico, o léxico é o conjunto de unidades de uma determinada língua natural que, aparentemente, é caótico, mas que, quando examinado em maior profundidade, revela uma estrutura própria e uma intrincada rede de relações entre seus constituintes.* (19Ac:Br:Lac:Misc, Corpus do Português)

(29) Alguns métodos anticoncepcionais são definitivos e dependem de intervenção cirúrgica. *A vasectomia é o corte e fechamento de um ponto em cada um dos canais deferentes, o que impede a chegada dos espermatozóides nas vesículas seminais. É uma microcirurgia que só pode ser realizada por médicos especializados. O correspondente da vasectomia na mulher é a laqueadura, que consiste na retirada de pequena parte das trompas, impedindo a saída dos óvulos do ovário e a entrada dos espermatozóides.* (19Ac:Br:Enc, Corpus do Português)

(30) Quando alguém quer cometer um delito ou assume o risco de cometê-lo, ele estará agindo dolosamente. Mas se ele cometeu o crime apenas por negligência, imprudência ou imperícia, ele estará agindo culposamente. (...) *Imperícia é quando alguém que deveria dominar uma técnica não a domina*. É o caso do médico que erra na hora de suturar um paciente. Depois de seis anos estudando medicina, ele deveria saber suturar. Se não sabe, é imperito.¹⁶

(31) Resumo: *A esporotricose trata-se de uma micose subcutânea provocada pelo fungo Sporothrix shenkii*, acomete uma variedade de animais onde os felinos são os mais frequentes, pode ser transmitida para o homem através do contato direto com o animal doente.¹⁷

Os exemplos (30) e (31), além de exibirem definições, apresentam-nos duas estruturas de identificação que não são prototípicas na relação identificacional “X é Y”. Em (30), temos um exemplo de uso de “é quando” semelhante àquele que Benelli et al (2006), Litowitz (1977) e Lopes (1992) identificaram no português e no inglês, o que nos mostra que, em usos inclusive formais (como quando se trata de termos do Direito), abre-se mão da definição aristotélica (o elemento Y, nesse caso, é uma sentença introduzida por “quando”, e não um sintagma nominal que indica a classe à qual uma entidade pertence, seguida de suas especificações). A singularidade da sentença (31), por outro lado, não está na estrutura do elemento Y, mas na própria estrutura verbal: em vez do típico verbo “ser”, usa-se a estrutura verbal “trata-se de”. Em uma seção posterior, analisaremos o funcionamento dessa construção.

3.5.3 Aspectos discursivos da ordenação de constituintes

Ainda sobre a distribuição da informação na sentença, devemos destacar como a ordenação dos constituintes nas sentenças identificacionais se relaciona com esse fenômeno. Para isso, precisamos nos lembrar de que o elemento pré-copular será sempre o tema da sentença (o ponto de partida da mensagem), podendo ser ou não o elemento a ser identificado. Vejamos isso pela reformulação de algumas sentenças identificacionais dos exemplos apresentados anteriormente:

¹⁶ DOLO e Culpa. **Para entender Direito**. Folha de São Paulo, 10 de março de 2010. Disponível em: <http://direito.folha.uol.com.br/1/post/2010/03/dolo-e-culpa.html>. Acesso em 01/03/18.

¹⁷ RODRIGUES, Anne Juliê; PINTO, Andrea; GAMBÁ, Conrado. **Esporotricose em felino: Relato de caso**. 2018. Resumo do trabalho. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/siepe/article/download/18793/9791/>. Acesso em: 04 abr. 2019.

(23a) Nós estamos bem dispostos e tudo está a correr bem. *O frio é o problema*, muito diferente de Portugal. (19N:Br:SP, s. XX, PE, Corpus do português)

(26a) Alguns métodos anticoncepcionais são definitivos e dependem de intervenção cirúrgica. A vasectomia é o corte e fechamento de um ponto em cada um dos canais deferentes, o que impede a chegada dos espermatozóides nas vesículas seminais. É uma microcirurgia que só pode ser realizada por médicos especializados. *A laqueadura é o correspondente da vasectomia na mulher*.

Em (23a) e (26a), as sentenças de identificação destacadas aparecem invertidas em relação aos exemplos (23) e (26). Agora, *o frio* e *a laqueadura* são o tema da sentença. Tanto *o frio* quanto *a laqueadura* são também informações novas. Note-se que é possível a interpretação pela qual as questões subjacentes das identificacionais invertidas continuem sendo *Qual é o problema?* e *Qual é o correspondente da vasectomia na mulher?* e que isso faz com que, agora, as sentenças operem uma identificação secundária, sendo o elemento pós-copular (*o problema* e *o correspondente da vasectomia na mulher*) o item a ser identificado (apresentado como não identificado), enquanto o elemento pré-copular (*o frio* e *a laqueadura*) é o elemento identificador (apresentado como identificado).

Note-se que, nos contextos em questão, não são plausíveis perguntas subjacentes como *Qual é o frio?* e *Qual é a laqueadura?*. Talvez seja possível, entretanto, supor uma questão com *o que* para o exemplo (26a); nesse caso, *a laqueadura* seria interpretado como elemento a ser identificado (apresentado como não identificado), e a sentença identificacional corresponderia a uma definição.

Vemos, assim, que a ordenação dos elementos na sentença identificacional envolve diferentes estratégias de distribuição da informação sentencial – as relações *tema-rema*, *dado-novo*, *identificado/não identificado* – e que essa ordenação depende do contexto da produção linguística. É por isso que, levando em conta as sentenças em uso, a reversibilidade entre os constituintes X e Y não deve ser considerada um critério essencial para a identificação desse tipo de sentença.

As análises apresentadas aqui mostram, em suma, que, no sistema do Discurso, os processos de destaque no funcionamento das sentenças de identificação são a distribuição da

informação no interior da sentença e o modo como essa informação se associa a outras porções do discurso (fazendo ou não remissão a elas).

Com a discussão desses aspectos, finalizamos a descrição multissistêmica das sentenças de identificação, que, nesta seção, teve como foco explorar o funcionamento sincrônico desse tipo de construção no português.

3.6 A constituição diacrônica de uma sentença de identificação: o caso de ‘trata-se de’

Recentemente, em português, tem-se usado uma construção identificacional formada pelo verbo *tratar* na qual, associado ao clítico *se*, ele atua à maneira do verbo *ser* indicador de identidade. Vejamos alguns exemplos dessa construção, que pode ser representada por [X trata-se de Y]:

(32) O CCEB [Critério de Classificação Econômica Brasil] *trata-se de* um indicador sócio-econômico que visa a estimar o potencial de compra das famílias dos consumidores em áreas urbanas e segmentar o mercado em classes sociais e, apesar de desconsiderar variáveis importantes como a aptidão para o consumo, é considerado um critério objetivo e que evita o constrangimento causado no questionamento da renda pessoal ou familiar¹⁸.

(33) Em entrevista à revista alemã Kicker, Alex Ferguson deu declarações curiosas a respeito do Campeonato Inglês. Para o lendário treinador do Manchester United, onde esteve por 27 anos (1986 a 2013), o favorito ao título *trata-se do* Manchester City, muito devido à experiência de Pep Guardiola¹⁹.

(34) A segunda publicação científica *trata-se do* trabalho de Alberts et al do Arizona Cancer Center, com o título Lack of effect of high-fiber cereal supplement on the recurrence of colorectal adenomas (2000)²⁰.

Importante destacar que esses usos não integram a norma-padrão do português, considerando-se como norma-padrão o conjunto de regras codificadas em gramáticas

¹⁸ MARIN, Maria José Sanches et al. Diagnósticos de enfermagem de idosas carentes de um programa de saúde da família (PSF)a. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p.278-284, jun. 2008, p. 280. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ean/v12n2/v12n2a12>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

¹⁹ UOL. **Ferguson vê City como favorito ao Inglês e enaltece postura de Klopp**. 2016. Seção Esporte. Disponível em: <<https://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/lancepress/2016/10/28/ferguson-ve-city-como-favorito-ao-ingles-e-enaltece-postura-de-klopp.htm>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

²⁰ Luiz, Olinda do Carmo. **Ciência e risco à saúde nos jornais diários**. São Paulo: Annablume; São Bernardo do Campo: Cescio, 2006. p. 123.

tradicionais de natureza prescritiva. Nestas, prescreve-se que tal construção (*trata-se de*) seja empregada de maneira invariável (no singular) e não esteja associada a um sintagma nominal com aparente função de sujeito. Um uso padrão dessa estrutura, comparativamente ao item (34), por exemplo, seria um enunciado do tipo “Há, no entanto, uma segunda publicação científica. *Trata-se do* trabalho de Alberts et al, do Arizona Cancer Center”, em que o verbo *tratar*, impessoal, encabeça a sentença e, nela, está associado a um único sintagma (*do trabalho de Alberts et al...*).

Deve-se destacar, por outro lado, que a estrutura [X *trata-se de* Y] tem se realizado em usos cultos da língua escrita, integrando o conjunto de formas linguísticas efetivamente realizadas em situações de formalidade. Os usos destacados em (32) a (34) são exemplos disso, pois ocorrem, respectivamente, em um artigo científico, em uma notícia de jornal e em um livro de temática científica.

Interessados em compreender as razões por que essas construções têm ocorrido, desenvolvemos, durante esta pesquisa de doutorado, um estudo diacrônico da estrutura *trata-se de*, que nos deu a oportunidade de traçar a constituição de uma estrutura identificacional ao longo do tempo. Os resultados desse estudo, apresentados em Caldeira (2017), serão reapresentados e discutidos a seguir.

3.6.1 O verbo *tratar*

Existem diversas acepções para o verbo *tratar* em português e, em muitas delas, ele funciona como um típico verbo predicador, que pode projetar um argumento externo e um argumento interno, sendo este, por vezes, preposicionado – [X *trata (de) y*].

As manifestações desse verbo como predicador se originam no verbo latino *tractare*, que tem sido descrito como um frequentativo de *trahere* (NASCENTES, 1932; SARAIVA, 1993). Em seu sentido primitivo, designava ações concretas como *arrastar*, *tocar*, *manusear* e *manejar*, mas, posteriormente, no próprio latim, passou a ser usado com sentidos mais abstratos, como *administrar*, *discorrer sobre*, *agir de certo modo em relação a alguém* etc. Destaque-se que todas as acepções de *tractare* no latim correspondem a formas transitivas do verbo (SARAIVA, 1993).

O português preservou a maioria dessas acepções abstratas e de uso transitivo no verbo *tratar*, incorporando a ele novos significados, que se realizam em sentenças biargumentais. Alguns desses usos têm como sinônimos *cuidar*, *gerir*, *manter*, *conservar*,

tentar curar (submetendo a tratamento) etc. Segundo estudos etimológicos, como o de Machado (1967) e do Instituto Antônio Houaiss (2009), a primeira ocorrência do verbo *tratar* em português data do século XIII, e seu radical tem como variantes *traut-*, *trauct-*, *tract-* e *trait-* (MACHADO, 1967; CUNHA, 2010).

Em português, diferentemente do latim, o verbo *tratar* não costuma projetar traços lexicais inerentes de concretude, mas esse tipo de relação pode ocorrer na sentença a depender da natureza dos itens lexicais que o verbo projeta. Por exemplo: em um enunciado como *Aquele jardineiro sabe tratar (d)a terra como ninguém*, é plausível admitir uma interpretação que estabeleça uma relação de manuseio (e, portanto, concreta, material) entre *Aquele jardineiro* e *a terra*.

Os usos biargumentais do verbo *tratar* nos quais os argumentos se realizam como sintagmas nominais (ex.: *Aquele jardineiro e a terra*) são os que mais o aproximam do latim e preservam sua natureza predicadora. Há, entretanto, um uso sintático no qual o verbo tende a comportar-se como um verbo funcional²¹, no sentido de que não exerce as funções plenas de um núcleo sentencial, especializando-se, segundo Castilho (2010), na formação de sentenças apresentacionais, atributivas e identificacionais (em sua terminologia, “equativas”). Trata-se do uso em que o verbo, especialmente no presente do indicativo, se manifesta, concomitantemente, com o clítico *se* e a preposição *de*.

Esse uso ocorre em dois contextos gramaticais. Em um deles, o verbo, impessoal, tende a iniciar a sentença, e ocorre próclise ou ênclise do clítico – [*SE TRATA DE Y*] ou [*TRATA-SE DE Y*]. No outro contexto, manifesta-se um argumento externo²² na sentença – [*X TRATA-SE DE Y*] ou [*X SE TRATA DE Y*]. A segunda manifestação gramatical é a mais recente, encontrada no *corpus* analisado a partir dos anos 1900.

Em nossa pesquisa, identificamos os processos que certamente produziram as seguintes mudanças nos usos do verbo *tratar*: (i) de verbo predicador a verbo funcional; (2) enquanto verbo funcional, de constituinte de um operador apresentacional impessoal a constituinte de uma sentença de identificação com argumento externo. Destaque-se que, atualmente, esses usos convivem uns com os outros no português.

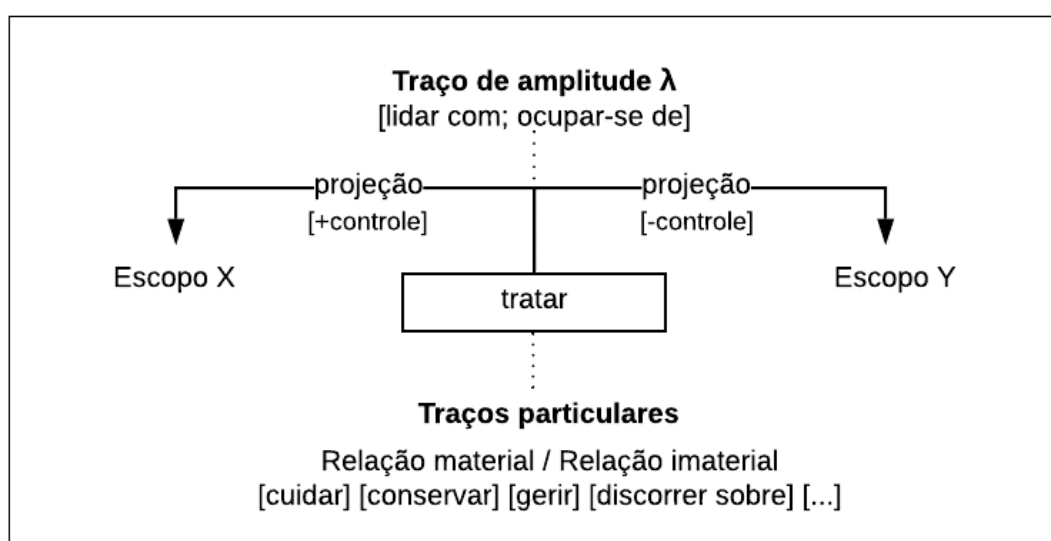
²¹ Não se deve entender aqui *funcional* como o oposto de *lexical*, como fazem alguns autores. Os verbos e estruturas funcionais são aqueles que não predicam, mas, ainda assim, dispõem de propriedades lexicais. Ocorre que essas propriedades não são projetadas para os elementos que com eles se relacionam gramaticalmente.

²² Usaremos aqui o termo *argumento externo* para nos referirmos ao sintagma que ocorre na mesma sentença em que está a estrutura *trata-se de* sem se encaixar na margem direita dessa estrutura. Leve-se em conta, no entanto, o fato de que verbos e estruturas funcionais constituidoras de sentenças de identificação não selecionam propriamente argumentos (como discutido anteriormente). Não usamos aqui o termo *sujeito* pelo fato de alguns autores considerarem a partícula *se* como sujeito de algumas sentenças que indeterminam o agente (inclusive aquelas formadas por *trata-se de*).

Tais processos de mudança foram traçados por meio de uma descrição sistemática das propriedades lexicais, gramaticais, semânticas e discursivas de diferentes usos do verbo *tratar*, de modo a identificar quais dessas propriedades se preservam ou se modificam entre as três manifestações do verbo – como predicador, como apresentacional e como identificacional. Começaremos por tratar dos processos semânticos e lexicais da mudança, partindo dos usos biargumentais do verbo predicador.

Na predicação entre o operador *tratar* e seus escopos – correspondentes, na estrutura gramatical, aos argumentos requeridos pelo verbo –, podemos, para fins de análise, desconsiderar o compartilhamento de propriedades lexicais mais específicas e identificar uma propriedade comum projetada pelo verbo *tratar* em suas várias acepções como predicador biargumental. O resultado desse raciocínio pode ser esquematizado como se segue:

Figura 5 – Esquema de projeção semântica de traços lexicais do verbo *tratar* predicador biargumental



Pretende-se, com esse esquema, demonstrar a existência de um traço lexical geral do verbo *tratar* predicador, que cria entre o escopo X e o escopo Y uma relação presente nas várias acepções do verbo. De maneira aproximada, podemos descrever essa relação como [*x lida com y*] ou [*x ocupa-se de y*], reconhecendo-a como uma relação de agentividade, na qual X contém o traço [+controle] e Y, [-controle].

Tal relação está prevista em qualquer acepção do verbo *tratar* predicador e pode se manifestar no enunciado, a depender da natureza semântica de X e Y, como uma relação concreta ou abstrata – embora a relação abstrata seja a mais comum em português. A propriedade geral [lidar com; ocupar-se de] denomina-se *traço de amplitude*, cuja conceituação

apresentamos na Seção 3.2, e é, para o verbo *tratar* predicador, identificada por λ . O traço de amplitude λ atua na manutenção das estruturas biargumentais do verbo predicador.

Das propriedades lexicais primitivas do verbo *tratar* latino, os usos do verbo predicador em português preservam justamente o traço de amplitude λ , que dispõe da propriedade [$\pm$ controle]. Note-se que, nas acepções concretas primitivas (correspondentes a *arrastar*, *manejar*, *manusear* etc.), o item lexical contém o mesmo traço de amplitude presente nos usos em que o verbo designa ações abstratas (como *gerir*, *conservar*, *discorrer sobre* etc.). Em outras palavras, as ações concretas e abstratas designadas pelo verbo *tratar*, no latim e no português, são maneiras de *lidar com algo ou com alguém*, de *ocupar-se de algo*.

Destaque-se que, ao realizar essas ações concretas ou abstratas, o indivíduo x despende algum tempo com y , ocupa-se de y . Esse fato está associado às estruturas verbais escolhidas para indicar o traço λ na Figura 5: são verbos que, considerando-se a propriedade da acionalidade, constituem, de maneira geral, predicados que dispõem de uma duração interna: [lidar com]; [ocupar-se de].

Pela escolha de tais verbos, pretende-se demonstrar que as acepções de *tratar* como predicador normalmente geram sentenças com acionalidade durativa. Os traços particulares das acepções do *tratar* predicador, apresentados na Figura 5, também demonstram essa característica: [cuidar]; [conservar]; [gerir]; [discorrer sobre].

Ao falarmos de acionalidade, remetemo-nos aqui à categorização de classes acionais apresentada por Ilari e Basso (2014). Segundo ela, para distinguirmos os predicados durativos dos não durativos, devemos usar o critério da compatibilidade com adjuntos que medem duração, como *por x tempo*. As acepções do verbo *tratar* predicador são compatíveis com esse critério e constituem, portanto, predicados durativos, como mostram estes exemplos:

(35) dom Antonio de noronha fez prestes municois e petrechos, e cousas que lhe parecerão neçessarias para sua defenção e tambem *tratou* da alma como fizerão todos que se confeçarão com os padres de são francisco que entre elles andauão exercitando aquele ofício com muita charidade. (15:Couto:Decada8, s. XVI, PE, Corpus do Português) [*tratou da alma por determinado tempo*]

(36) Vinha à capital dois dias em cada semana, quinta e sexta-feira, para *tratar* dos seus negócios de cortiça. (19:Fic:Pt:Cabral:Margem s. XX, PE, Corpus do Português) [... *para tratar, por algumas horas, dos seus negócios de cortiça*]

É preciso desconsiderar desse teste as sentenças nas quais o verbo *tratar*, seguido da preposição *de* e de um verbo no infinitivo, forma uma locução. Nela, o verbo na forma nominal tem um papel muito mais determinante na constituição da acionalidade do predicado. Vejamos alguns exemplos:

(37) Sofia parecendo uma águia, vigiando séria os dois -, Libório cheirou encrenca. *Tratou de* mudar o assunto: - Bem, preciso de pouso. (19:Fic:Br:Abreu:Santa, s. XIX, BR, Corpus do Português)

(38) Vinte e Cinco deixou a porta aberta, de propósito. Alcides *tratou de* fechá-la, humildemente. (18:Alencar:Gaúcho, s. XIX, BR, Corpus do Português)

Em (37) e (38), as locuções *tratou de mudar o assunto* e *tratou de fechá-la* não podem ser usadas com um adjunto do tipo *por x tempo* sem que o sentido do enunciado se altere. O uso de *tratou de mudar o assunto* e *tratou de fechar a porta* associado a *por x tempo* daria lugar a uma interpretação iterativa, na qual o adjunto não mediria a duração interna de um evento único, mas a duração do período em que tal evento se repetiu. O fato de o adjunto alterar a interpretação dos enunciados é uma evidência de que, nesses casos, os predicados com *tratar* não são durativos. Note-se, contudo, que a interpretação iterativa envolve a locução como um todo e está associada principalmente ao uso dos verbos no infinitivo, que geram as interpretações *mudou de assunto / fechou a porta várias vezes* (e *por x tempo*). Desconsiderado esse contexto sintático, observa-se uma consistência de acionalidade durativa no verbo *tratar* predador biargumental, exemplificada em (35) e (36).

Também levando em conta a questão da acionalidade, observamos que o verbo predador *tratar* durativo constitui predicados resultativos e não resultativos. Os do primeiro tipo, pertencentes à classe dos predicados *télicos*, estão associados à ideia de um complemento natural e são compatíveis com adjuntos do tipo *em x tempo*; os do segundo, pertencentes à classe dos predicados *atélicos*, são incompatíveis com esse tipo de adjunto e não produzem uma ideia de complemento. Vejamos:

(39) Por outro lado, o prefeito Everson aproveitou sua viagem a Brasília para tratar do programa de recuperação da capacidade de pescagem da baía de Guaratuba, junto ao Ministério do Meio Ambiente. Ontem ele *tratou* do assunto com o deputado federal Luciano Pizzatto, que aposta neste projeto. (19N:Br:Cur, s. XX, BR, Corpus do Português)

(40) O que compõe fábulas seja verisímil, e não terei eu razão de o reprovar. O que *trata* de ciência, alegue razões. O que fala de artes, experiência. E o que quer ensinar princípios, mostre autoridade. (16:Lobo:Aldeia, s. XVI, PE, Corpus do Português)

Em (39), o ato de tratar do assunto com o deputado tem um complemento natural, enquanto o que é expresso em (40) por *O que trata de ciência*, não. O teste de compatibilidade com adjuntos do tipo *em x tempo* demonstra isso, pois estes são compatíveis com (39), mas não com (40):

(39a) ele tratou do assunto com o deputado em duas horas

(40a) *o que trata de ciência em duas semanas, alegue razões.

Em (40a), há uma incompatibilidade entre o adjunto *em duas semanas* e a ideia de tratar de ciência, pois esta não tem um final esperado. Se aceitarmos o uso do adjunto em (40a), necessariamente alteraremos a natureza da ação, que se torna, efetivamente, *tratar de ciência em duas semanas*, e não apenas *tratar de ciência*. Note-se que essa alteração não ocorre em (39a), com o adjunto *em duas horas*.

É preciso destacar que tais propriedades acionais não dependem, necessariamente, da morfologia temporal do verbo *tratar*. Se transpusermos, por exemplo, o enunciado (39) para o presente, verificaremos que a acionalidade resultativa, compatível com adjuntos do tipo *em x tempo*, se mantém:

(39b) O prefeito Everson aproveita suas viagens a Brasília para tratar do programa de recuperação da capacidade de pescagem da baía de Guaratuba, junto ao Ministério do Meio Ambiente. Toda semana ele *trata* [*em algumas horas*] do assunto com o deputado federal Luciano Pizzatto, que aposta neste projeto.

Há ainda duas subcategorias de predicados durativos relevantes para a acionalidade do verbo *tratar*: os predicados *continuativos* e os *estativos* (ambos durativos não resultativos). Segundo Basso; Ilari (2004), um dos modos de classificar um predicado como continuativo ou estativo é verificar se ele é compatível com o imperativo. Em geral, os predicados continuativos apresentam essa compatibilidade, enquanto a maioria dos estativos, não. Também se distinguem os estativos como predicados que não indicam ações.

Basso e Ilari (2004) chamam de *predicados tipicamente estativos* aqueles que contêm o traço [-controle]. Há, no entanto, alguns estativos que admitem o uso do imperativo e contêm o traço [+controle] – estes são classificados pelos autores como *predicados não tipicamente estativos*. Isso ocorre quando a entidade referida pelo sujeito nulo da sentença imperativa está apta a, deliberadamente, enquadrar-se ou não naquilo que o predicado descreve (ex.: *Seja um ótimo aluno!*).

De maneira geral, o verbo *tratar* predicador constitui predicados que indicam ações. Ele projeta para um de seus escopos (geralmente o correspondente ao argumento externo) o traço [+controle], associado à compatibilidade com o imperativo. É o que ocorre em (40), reanalisado em (40b):

(40b) trate de ciência e alegue razões!

Isso é uma evidência de que os predicados durativos não resultativos constituídos pelo verbo *tratar* predicador pertencem à classe dos continuativos. Veremos que isso se alterará nos usos de *tratar* como verbo funcional. Nesses usos, o verbo constituirá predicados estativos.

3.6.2 *Tratar* em “trata-se de”

Para compreendermos o surgimento da estrutura identificacional *trata-se de*, verificamos se o traço de amplitude λ se manteve nos casos em que o verbo *tratar* passou a ser usado, concomitantemente, com o clítico *se* e a preposição *de*, no presente do indicativo.

Consideremos, primeiramente, os casos em que podemos supor uma estratégia de indeterminação do agente pelo uso do clítico *se*:

(41) Nesta terceira cena *se trata de* como sendo Cismena de idade de quinze anos, criada em Creta, perfilhada de hũa nobre dona, ficou dela órfã, porém herdeira de toda sua fazenda. (15:Vicente:Obra2, s. XVI, PE, Corpus do Português)

(42) Por tão oje se lee ho euangelho no qual *se tra(u)ta do* amor que deos nos jnfundyo pello spirito santo (14:SantaMaria:Evangelhos, s. XV, PE, Corpus do Português)

Em (41) e (42), na estrutura *se tra(u)ta de*, é possível interpretar o verbo *tratar* como predicador. O clítico cria um agente indeterminado, o que significa que esse papel ainda

faz parte da predicação verbal – a sentença deixa pressuposto que alguém *trata* do assunto, embora esse alguém não seja explicitado por ela. O verbo *tratar* desses exemplos mantém o traço de amplitude λ e uma acionalidade durativa não estativa no predicado.

Em sentenças com *trata-se de*, a presença de adjuntos locativos, como *nesta terceira cena*, em (41), e *no qual*, em (42), motiva a interpretação predicatora do verbo *tratar*, fazendo pressupor um agente indeterminado. Tais adjuntos criam uma ancoragem num tempo-espaço específico, ao qual se associa o estado de coisas descrito pela sentença com *se trata de*. Em termos de expectativa conversacional, esse estado de coisas faz os falantes presumirem, naquele tempo-espaço identificado, a presença de um agente para a ação descrita pelo verbo.

Quando locativos desse tipo não estão presentes na sentença, torna-se mais difícil concluir que o clítico *se* funcione como um indeterminador do agente, o que mostram os exemplos a seguir, produzidos ao longo dos séculos no português:

(43) Quando *se trata de* trabalhos, quanto maiores e mais graves são tanto melhor é a sorte do que os padece. (16:Bernardes:Floresta16, s. XVII, PE, Corpus do Português)

(44) Não costume eu dormir, quando *se trata de* executar as ordens de meu amo. (17:Bluteau:VPLA2, s. XVIII, PE, Corpus do Português)

(45) A estas se podiam ajuntar outras muitas palavras estrangeiras, que explicam melhor o que se quer dizer, principalmente quando *se trata de* Artes e Ciências, cujos termos é necessário usar, mas com cautela. (17:Vernei:Estudar, s. XVIII, PE, Corpus do Português)

(46) A consciência do comércio e muito elástica quando *se trata de* negócios, porque faz parte dos principais requisitos do seu ofício enganar o comprador. (18:Azevedo:Touro, s. XIX, BR, Corpus do Português)

(47) E portanto, quando *se trata de* uma escolha dessa natureza, toda a prudência se faz necessária. (18:Macedo:Amores, s. XIX, BR, Corpus do Português)

Em (43-47), o verbo *tratar* não cria necessariamente a relação de agentividade descrita por λ . Há certa ambiguidade em alguns casos: em (45), por exemplo, pode-se interpretar o enunciado com *quando se trata de Artes e Ciências* como *Quando alguém lida com Artes ou Ciências, é necessário que use termos estrangeiros*. Para essa interpretação, é plausível admitir que o clítico *se* indetermine o agente da predicação, que estabeleceria com o outro escopo do verbo – *Artes e Ciências* – a relação prevista no traço de amplitude λ .

Outra interpretação possível é a de que, ao usar o verbo *tratar* na construção *quando se trata de*, os enunciadores de (43-47) estivessem apenas destacando um assunto no discurso,

a fim de indicar ao interlocutor a que concerne o comentário apresentado logo depois. Nesse sentido, *quando se trata de Artes e Ciências* seria, por exemplo, interpretado como *quando o que está em questão são as Artes e as Ciências*. Tal interpretação faz com que o verbo *tratar* deixe de operar como um típico predicador, sendo usado na construção *quando se trata de* exclusivamente para dar destaque a um tema (como *Artes e Ciências*).

Consideraremos a estrutura *quando se trata de* nos enunciados apresentados como um *marcador de tema* (LAURA, 2012), definido como a construção usada para explicitar o tema a ser considerado na interpretação do conteúdo da sentença principal. Nesse sentido, distanciamos-nos da análise que Mourão (2010) faz das sentenças constituídas por *quando se trata de*, nas quais assume haver indeterminação do sujeito.

Note-se que, por mais que não possamos determinar para essas sentenças qual das duas interpretações foi processada pelo falante, há indícios de que a segunda (com marcador de tema) seja a mais provável. Vejamos:

(48) Quando *se trata da* terra, usam-se luvas.

(49) Quando *se trata da* água, usam-se produtos químicos.

Nos exemplos (48) e (49), criados aqui com uma finalidade argumentativa, há uma relação direta entre o evento da sentença principal e o evento da sentença hipotática: (i) as luvas são usadas (por alguém) no momento em que a terra é tratada (por esse alguém); (ii) os produtos químicos são usados (por alguém) no momento em que a água é tratada (por esse alguém). Nas duas situações, o verbo *tratar* atua como predicador, pois é possível identificar a relação de agentividade – *x trata de y* –, na qual o clítico *se* indica a indeterminação do agente.

Ocorre que nos exemplos (43-47), essa relação de agentividade não aparece com clareza, além de ser muito improvável no exemplo (44): *Não costumo eu dormir, quando se trata de executar as ordens de meu amo*. Se assumíssemos que, nesta construção, o verbo *tratar* da sentença hipotática estivesse operando como um predicador e que o clítico *se* funcionasse como indeterminador de um agente, haveria entre *se trata de* e o sujeito da sentença principal, *eu*, um problema de correlação morfológica de pessoa. É muito provável, portanto, que, nessa e nas outras sentenças de (43) a (47), *quando se trata de* funcione como um marcador de tema, e isso é um indício de que o do verbo *tratar* talvez já não mais atue como predicador nesse tipo de construção.

Defendemos aqui a hipótese de que esse tipo de alteração nas propriedades de *tratar* (em *se trata de*) resulta de uma *detematização* operada pelo clítico *se*. Isso significa que o clítico

não atuou apenas na indeterminação do agente, mas atingiu a própria diátese verbal, afetando a manifestação do traço [$\pm$ controle].

3.6.3 “Trata-se de” e o “se” detematizador

Ao discutir as funções do pronome *se*, Ilari (2010) afirma que seus diferentes usos apresentam como característica comum o escamoteamento de uma função temática, fenômeno a que se dá o nome de *detematização*.

Segundo o autor, independentemente da controvérsia sobre se o clítico *se* atua como um índice de indeterminação do sujeito, como um apassivador ou com qualquer outra função, seu uso geralmente faz com que uma posição temática deixe de ser preenchida de modo típico, e isso faz dele uma *marca de detematização*²³. Destaque-se que essa característica acompanha o uso do clítico ao longo da história do português.

Baseando-nos nesse estudo, observamos que, nas sentenças com *trata-se de*, sobretudo as que não contêm adjuntos (principalmente locativos), o *se* detematizador tornou mais difícil o reconhecimento da função de agente. O exemplo (44) demonstra isso pela falta de correlação morfológica de pessoa entre *eu* e *se trata de*.

Nas sentenças hipotáticas formadas por *quando se trata de*, em (43-47), consideradas marcadores de tema, o *se* detematizador não indica apenas o escamoteamento da função de agente, que seria atribuída por *tratar* a um de seus escopos. Ele dissolve a relação de agentividade expressa pelo traço [+controle], distanciando o verbo *tratar* do traço de amplitude λ , descrito na Figura 5. A expressão que vem à direita da *trata-se de* não representa mais o que é *tratado por alguém*, mas simplesmente o que está em questão no discurso.

Como dito anteriormente, alguns usos de *quando se trata de* podem ser ambíguos, permitindo sugerir, em alguma medida, a presença de um agente indeterminado. Nesses usos, a detematização ainda se manifesta em um grau relativamente moderado, apesar de atuar mais fortemente nos casos em que há locativos adjuntos. Essas situações de ambiguidade podem ter favorecido a emergência de usos de *trata-se de* nos quais um grau cada vez maior de

²³ Para evitar associações indevidas, fica esclarecido aqui que o termo *marca de detematização* em nada se relaciona com o termo *marcador de tema*, mencionado anteriormente. O *tema* em *detematização* se refere às propriedades temáticas da predicação, enquanto o *tema* em *marcador de tema* é apenas compatível com questões relativas à estrutura informacional da sentença ou ao tópico discursivo.

escamoteamento transformou o verbo *tratar*, nessa estrutura, em um verbo funcional, como mostram os seguintes exemplos:

(50) Que misteriosa afinidade tem esse bicho [o rato] com o homem.
Trata-se de uma atração que não exalta nenhum dos dois.
 (19:Fic:Br:Resende:Braco, s. XX, BR, Corpus do Português)

(51) A localidade que possui as mais elevadas altitudes na África *trata-se da* região do Monte Kilimanjaro, na Tanzânia, que atinge em seu pico vulcânica altitude de cerca de cinco mil, oitocentos e noventa e cinco metros acima do nível do mar. (CDP:19Ac:Br:Enc, s.XX, BR, Corpus do Português)

Em (50) e (51), o verbo *tratar* não atua mais como verbo predicador e não integra o conjunto de acepções com traço de amplitude λ – [lidar com]; [ocupar-se de]. Há um alto grau de detematização operado pelo clítico *se*.

É importante destacar também uma mudança na acionalidade dos predicados constituídos por *tratar*. Nas acepções em que ele atuava como verbo predicador, criavam-se predicados durativos resultativos ou não resultativos, e os não resultativos eram sempre continuativos. Nos usos apresentados em (50) e (51), os dois predicados são estativos, e isso pode ser demonstrado pela não compatibilidade com o imperativo:

(50a) *Trate-se de uma atração que não exalta nenhum dos dois!

(51a) *Trate-se da região do Monte Kilimanjaro, na Tanzânia, que atinge em seu pico vulcânica altitude de cerca de cinco mil, oitocentos e noventa e cinco metros acima do nível do mar!

A detematização produzida pelo clítico *se* explica essa mudança de acionalidade, pois o escamoteamento da agentividade está relacionado à supressão do traço [+controle]. Sem esse traço, torna-se inviável o uso do imperativo. Tal fato faz essas construções com *trata-se de* integrarem a categoria dos predicados tipicamente estativos, que, para além do critério geral de *não designar uma ação*, contêm necessariamente o traço [-controle].

Também a respeito da acionalidade, deve-se destacar que essas construções com *trata-se de* funcional constituem predicados que podem ou não ser usados com adjuntos do tipo *por x tempo*, aqueles que medem duração. Os predicados presentes em (50) e (51), e reanalisados em (50b) e (51b), parecem compatíveis com esse tipo de adjunto, mas os que formam (52) e (53), não.

(50b) Que misteriosa afinidade tem esse bicho [o rato] com o homem. *Por/há muito tempo trata-se de* uma atração que não exalta nenhum dos dois.

(51b) A localidade que possui as mais elevadas altitudes na África, *por/há muito tempo, trata-se da* região do Monte Kilimanjaro, na Tanzânia, que atinge em seu pico vulcânico a altitude de cerca de cinco mil, oitocentos e noventa e cinco metros acima do nível do mar.

(52) O professor Clarimundo ouve batidas em sua porta. Trata-se da viúva Mendonça, que vem reclamar a falta de pagamento do aluguel (19:Fic:Br:Verissimo:Caminhos, s. XX, BR, Corpus do Português)

(52a) ? O professor Clarimundo ouve batidas em sua porta. *Por/há muito tempo trata-se da* viúva Mendonça, que vem reclamar a falta de pagamento do aluguel.

(53) A cárie *trata-se da* erosão dentária provocada pela ação bacteriana na boca (19Ac:Br:Enc, s. XX, BR, Corpus do Português)

(53a) * A cárie *trata-se, por/há muito tempo, da* erosão dentária provocada pela ação bacteriana na boca.

Essa variação entre compatibilidade e não compatibilidade com adjuntos que medem duração mostra uma inovação do verbo *tratar* em *trata-se de* relativamente ao verbo *tratar* predador biargumental, pois este só constitui predicados que podem ser usados com adjuntos do tipo *por x tempo*.

Destaque-se que entre os usos exemplificados em (50)/(52) e (51)/(53), há outra diferença importante: em (51)/(53), *trata-se de* aparece associado a um argumento externo – *A localidade que possui as mais elevadas altitudes na África* e *A cárie*. Em (50) e (52), por outro lado, o verbo é impessoal. Isso indica outro processo de mudança no uso de *trata-se de*, um processo que altera seu funcionamento enquanto estrutura já funcional, e não predadora.

Nos exemplos (50) e (52), *trata-se de* produz uma *sentença apresentacional*, que mantém uma das características dos marcadores de tema: a de indicar *aquilo que está em questão* no discurso. Por outro lado, em (51) e (53), *trata-se de* constitui uma *sentença identificacional*. Veremos que esses dois tipos de sentença compartilham entre si algumas propriedades durante a operação dos quatro sistemas linguísticos e sustentaremos a hipótese de que as semelhanças decorrem da emergência da estrutura (51)/(53) a partir da estrutura (50)/(52).

3.6.4 “Trata-se de” e a função de apresentação

A apresentação é o processo linguístico por meio do qual o falante dá destaque a uma entidade, (re)introduzindo-a no universo do discurso pela produção de um enunciado.

Uma das primeiras menções à função apresentacional da língua foi feita por Bolinger (1971), quando discutiu, para o inglês, a inversão adverbial em sentenças ergativas com sujeito posposto²⁴. O autor propôs a denominação de *sentenças apresentacionais* para elas, destacando seu papel de introduzir na cena discursiva o referente do sujeito.

Geralmente, entende-se que a conceituação e a definição das sentenças apresentacionais deve levar em conta seu aspecto funcional, como reconheceu Suñer (1982), em seu um livro sobre o funcionamento dessas construções no espanhol. Há, entretanto, alguns aspectos estruturais comuns nas apresentacionais, como a tendência de o verbo ocorrer antes do SN-argumento, o que pode ajudar a identificá-las.

Sobre as manifestações da função apresentacional no português, destaca-se o trabalho de Franchi; Negrão; Viotti (1998). Os autores chamam de *foco apresentativo* o processo sintático que coloca em proeminência um dos constituintes da sentença, demonstrando que isso ocorre tanto nas construções impessoais com *ter* e *haver* quanto nas ergativas de sujeito posposto, ambas consideradas apresentacionais. Nas construções destacadas pelos autores, o foco apresentativo recai sobre um argumento que tem a forma de um sintagma nominal (SN).

A estrutura sintagmática das sentenças apresentacionais é um aspecto importante para verificar se as construções com *trata-se de* constituiriam sentenças desse tipo. Vejamos: geralmente, quando há um sintagma preposicional (SP) nas construções apresentacionais, ele corresponde a um locativo, que descreve a cena na qual a entidade representada por um SN emerge. É, portanto, um SN-argumento que se encaixa na margem direita do sintagma verbal – ex.: *Tem um cliente na recepção*, em que o SN *um cliente* recebe foco apresentativo e o SP *na recepção* é o locativo (a cena).

Diferentemente, nas construções formadas por *trata-se de*, o elemento encaixado no SV é um SP – ex.: *Trata-se de uma cilada*. Não faz sentido, entretanto, afirmar que, nessa construção, o foco apresentativo recaia sobre um SP-argumento, pois a entidade colocada em evidência é representada por um SN (*uma cilada*), encaixado no SP (*de uma cilada*).

Para compreender o funcionamento da preposição nessa estrutura é preciso levar em conta que, com o uso não predador de *trata-se de*, a ocorrência simultânea do verbo, do

²⁴ Ex.: Round the bend came the train (BOLINGER, 1971, p. 584) – Pela curva veio o trem.

clítico e da preposição originou uma estrutura funcional integrada, na qual o *se* detematizador e a preposição formam com o verbo um *operador apresentacional* (CASTILHO 2010). A preposição *de*, nesse caso, necessariamente desempenha um papel gramatical no elemento apresentador (*trata-se de*), e, por isso, não integra a porção da sentença que recebe foco apresentativo. Essa conclusão não resolve, no entanto, uma questão: em casos como este, qual é a função sintática desempenhada pelo elemento sobre o qual recai o foco apresentativo?

Na descrição das apresentacionais feita por Franchi; Negrão; Viotti (1998), o SN-argumento que recebe foco apresentativo atua, em sentenças de verbo ergativo, como sujeito – estando este posposto ao verbo apresentacional. Por outro lado, para as sentenças impessoais formadas com *ter* e *haver*, os autores entendem que o SN-argumento opera como um complemento verbal do tipo *objeto direto*, ao receber do verbo existencial o Caso acusativo – para outros estudiosos, a função desse último SN é a de sujeito posposto. Franchi; Negrão; Viotti reconhecem que a definição do papel sintático desse argumento é controversa, e afirmam que a polêmica se deve à fraqueza de distinção morfológica para Caso em português.

Para Castilho (2010), o elemento que recebe o foco apresentativo tem uma função por ele denominada *absolutivo*. Trata-se de uma função sentencial reservada ao constituinte focalizado nas sentenças apresentacionais impessoais. O autor entende que o absolutivo está associado a um Caso abstrato projetado exclusivamente pelos verbos que constituem sentenças desse tipo.

Assumir a existência do absolutivo resolve a dificuldade de incluir sentenças com *trata-se de* entre as construções apresentacionais: não é mais necessário identificar uma função sintática de complemento ou de sujeito, pois a nova categoria incorpora diferentes construções, por meio de similitudes como o foco apresentativo, a impessoalidade do verbo e a tendência à posposição do argumento único.

Embora as sentenças com *trata-se de* possam ser consideradas construções apresentacionais, pela explicação ora apresentada, é preciso destacar que seu funcionamento discursivo difere um pouco do das apresentacionais tradicionalmente discutidas na literatura. Nestas últimas, o verbo apresentacional costuma introduzir uma entidade que se ativa discursivamente nessa apresentação, para que depois sejam feitas remissões a ela. Vejamos:

(54) Meu cabelo é assim. O dia que você me vir saindo do banho vai ver que ele é assim. Eu passo gel para dar a ideia de que tá molhadinho. Tem *um cara que cuida desse corte* há mais de dez anos. Tudo que *ele* sempre teve vontade de fazer nas cabeças das pessoas, *ele* faz na minha. (19Or:Br:Intrv:Web, s. XX, BR, Corpus do Português)

(55) Conheço suas boas qualidades, estou que fará minha filha feliz. Mas há *uma coisa que me aflige*, ainda, dando eu de livre vontade o meu consentimento [...] *Se a minha pobre filha for com o senhor para S. Paulo, não ouvirá mais óperas italianas*. (18:Pena:Diletante, s. XIX, BR, Corpus do Português)

Em (54), a entidade representada pelo SN *um cara que cuida desse corte* é apresentada pelo verbo *ter*; posteriormente, o pronome *ele* retoma esse SN. Em (55), o verbo *há* introduz a entidade representada pelo SN *uma coisa que me aflige*, e posteriormente a sentença complexa destacada especifica essa entidade.

Nesses exemplos, a relação discursiva da porção textual precedente com a sentença apresentacional ocorre apenas pela *concernência* entre os elementos do texto, que asseguram a manutenção do tópico discursivo: em (54), *o cabelo do indivíduo*; em (55), *o casamento da filha*. A *concernência* é um dos traços constitutivos do tópico discursivo, associado à propriedade de *centração* (JUBRAN, 2015). É a relação de interdependência entre os objetos do discurso (referentes) explícitos ou implícitos em um texto, que o tornam centrado e coerente. Em (54), a *concernência* envolve entidades como *gel*, *corte* e *cabeças das pessoas*; em (55), *consentimento* e outras entidades que, inferidas em sentenças como *fará minha filha feliz*, remetem à ideia de casamento.

As relações discursivas entre a sentença apresentacional com *trata-se de* e a porção textual que a precede são um pouco distintas, como mostram os exemplos a seguir:

(56) Aí tem pelo que já falou, e ganhará outro tanto se me der as informações de que ainda preciso. - Vamos lá, mas espero que o senhor não nos comprometa. Bem sabe que estas casas.. - Descanse, as informações de que preciso só aproveitam a mim próprio; *trata-se de* interesses particulares. (18:Azevedo:Mattos, s. XIX, BR, Corpus do Português)

(57) As autoridades alemãs disseram, de outra parte, que a reação europeia não representa rompimento do chamado " diálogo crítico " com o Ira. " *Trata-se apenas de* uma interrupção temporária", garantiu Martin Erdeman, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores alemão. (19N:Br:SP, s. XX, BR, Corpus do Português)

(58) Qual é a situação actual do teatro nesta ilha? R. - As coisas estão crescendo, com os grupos a multiplicarem-se. *Trata-se de* um movimento crescente e o Mindelact surge para evitar aquilo que tem sido a história recente do teatro em Cabo Verde, que são aos ciclos de dois ou três anos de alguma euforia teatral sucederam-se dois ou três períodos de marasmo, onde não acontece nada. (19Or:Pt:Intrv:Pub, s. XX, PE, Corpus do Português)

(59) A próxima eleição será a primeira, em nível presidencial, cuja votação e apuração estarão informatizadas em boa parte do país. *Trata-se de* um avanço em direção ao aperfeiçoamento da maneira de votar e apurar. (19N:Br:Cur, s. XX, BR, Corpus do Português)

Nos exemplos (56-59), a entidade que *trata-se de* apresenta foi anteriormente ativada por um sintagma nominal ou começou a se constituir textualmente nas porções precedentes. Esse fato nos mostra que as sentenças apresentacionais com *trata-se de* atuam na progressão referencial do texto por meio da anáfora. Mourão (2010) já relatou isso.

Para explicarmos os processos de progressão referencial que envolvem as sentenças com *trata-se de*, recorreremos ao conceito de *anáfora*, representado pelo seguinte esquema de Marcuschi; Koch, 2015, p. 360):

$$F(\text{onte})^1 \leftarrow A(\text{anáforico})^1$$

Aplicando tal modelo aos exemplos (56-59), obtemos a seguinte análise:

(56a) F¹: o interesse pelas informações inferido ao longo do diálogo;

A¹: o SN *interesses particulares* (introduzido por *trata-se de*).

(57a) F¹: o SN *a reação europeia*;

A¹: o SN *uma interrupção temporária* (introduzido por *trata-se de*).

(58a) F¹: o crescimento dos grupos de teatro, expresso por estruturas verbais (*crescendo*; *multiplicarem-se*);

A¹: o SN *um movimento crescente* (introduzido por *trata-se de*).

(59a) F¹: toda a descrição do processo eleitoral em questão;

A¹: o SN *um avanço em direção ao aperfeiçoamento da maneira de votar e apurar* (introduzido por *trata-se de*).

Os esquemas (56a – 59a) demonstram que, no uso das construções apresentacionais com *trata-se de*, é comum que elementos textuais precedentes sirvam de fonte para a introdução do absolutivo. Isso mostra que o elemento apresentado não é tão novo assim no universo do discurso, como costuma ocorrer com as sentenças apresentacionais típicas. É algo de que já se vinha falando e que é reintroduzido pelo falante no discurso de um modo diferente. Não se pode

negar, entretanto, que o foco apresentativo para o elemento introduzido por *trata-se de* continua existindo, pois continua havendo um tipo de revelação/apresentação, operada por *trata-se de*.

O que mais importa destacar no processo de progressão referencial ora descrito é que ele dá lugar a relações anafóricas em que A^1 *identifica* F^1 , como mostram os exemplos analisados a seguir:

(60) Na Federação Russa, foi descoberto o documento mais antigo da existência humana no hemisfério norte. *Trata-se da* presa de uma fêmea de mamute, de sete ou oito anos, com 1,3 metros de comprimento, e que apresenta marcas feitas pelo homem. (19Ac:Pt:Enc, s. XX, PE, Corpus do Português)

- F^1 : o documento mais antigo da existência humana (*elemento a ser identificado*)
- A^1 : a presa de uma fêmea de mamute, de sete ou oito anos, com 1,3 metros de comprimento, e que apresenta marcas feitas pelo homem (*elemento identificador*)

(61) Em suas expedições, Carter encontrou a tumba do importante faraó Thutmose IV e da rainha Hatshepsut, mas a sua maior descoberta foi considerada um dos maiores achados arqueológicos do século. *Trata-se da* tumba até então intocada do faraó Tutancamon, o conhecido soberano do antigo Egito. (19Ac:Br:Enc, s. XX, BR, Corpus do Português)

- F^1 : a sua maior descoberta (*elemento a ser identificado*)
- A^1 : a tumba até então intocada do faraó Tutancamon (*elemento identificador*)

Em (60) e (61), quando F^1 é mencionado na porção textual que precede a sentença com *trata-se de*, ele cria no Discurso uma necessidade de identificação, associada a questões subjacentes como (a) qual é o documento mais antigo da existência humana descoberto? e (b) qual é a maior descoberta de Carter?. Tais questões são respondidas por A^1 .

Essa constatação permite sugerir a existência de outra função linguística para as sentenças constituídas por *trata-se de*: a função de identificação. Operando simultaneamente com a de apresentação, ela cria uma instabilidade categorial favorável à mudança, o que pode ter originado a construção com argumento externo – [X *trata-se de* Y].

3.6.5 “Trata-se de” e a função de identificação

Do ponto de vista multissistêmico, com *trata-se de*, a função identificacional se manifesta nos diferentes sistemas linguísticos do seguinte modo:

- I. No Discurso, a identificação consiste em fazer recorrer uma entidade que emergiu por inferência ou pelo uso de quaisquer elementos referenciais e que é necessário identificar de forma clara, seja porque houve uma demanda explícita, em um diálogo, por exemplo, quando se pergunta *o que é x?*, seja porque o próprio falante julga necessário fazê-lo para que seus propósitos comunicacionais sejam alcançados. Os exemplos (60) e (61) demonstraram essa necessidade.
- II. Do ponto de vista semântico, tende-se a estabelecer uma relação de identidade entre as entidades de cada um dos dois elementos linguísticos da relação; essa propriedade se verifica também quando a recorrência se dá no Discurso, mas não na estrutura (quando a entidade é inferida e formalmente realizada apenas no elemento identificador). No exemplo (60), *o documento mais antigo da existência humana e a presa de uma fêmea de mamute (...)* são apresentados como uma mesma entidade. O mesmo ocorre em (61), com *a sua maior descoberta* em relação a *a tumba até então intocada do faraó Tutancamon*.
- III. Gramaticalmente, configura-se na língua uma estrutura especializada em *explicitar* a identificação; essa configuração, em uma língua como o português, geralmente estabelece que o item que explicita a identificação – o verbo *ser*, por exemplo – se realize em posição anterior ao elemento identificador – ex.: *O João é o meu pai*, em que o verbo *ser*, que explicita a identificação, aparece antes de *o meu pai*, o elemento identificador. Nos exemplos (60) e (61), *trata-se de* cumpre essa função, e sua colocação é sempre anterior ao elemento identificador.
- IV. No sistema do Léxico, o falante seleciona um item linguístico ou um conjunto de itens para atuar como elemento identificador. Esse(s) item(s) deve(m) conter propriedades lexicais que sejam compatíveis com a entidade tal como se manifestou na primeira menção/inferência. A seleção se harmoniza com o modo como a entidade é tratada na estrutura discursiva específica. Por exemplo: em (60), o item lexical que nucleia o SN identificador é *presa* (a presa de uma fêmea de mamute) e o item lexical que nucleia o SN identificado é *documento*. De um ponto de vista lexicográfico, não se costuma estabelecer uma relação direta entre um documento e uma presa; no entanto, o conhecimento de mundo dos interlocutores identifica

uma relação de hiperonímia-hiponímia entre esses dois termos. Os traços que viabilizam essa relação estão no sistema do Léxico, constituído pelo uso.

Ainda do ponto de vista lexical, destaca-se que o elemento que explicita a identificação deve conter um traço lexical de amplitude que possibilite a noção de identidade. Sugere-se aqui o traço de amplitude β , que pode ser aproximadamente descrito por x [é identificável como] y , o mesmo traço de amplitude do verbo *ser* das sentenças de identificação. Na estrutura que tem estado em questão, o *trata-se de* parece ser compatível com esse traço. Em (61), por exemplo, é possível substituir *trata-se de* por um verbo *ser*: *a sua maior descoberta é a tumba (...)*.

As propriedades multissistêmicas I-IV são todas compatíveis com os usos de *trata-se de* nas sentenças apresentacionais mencionadas. Com a descrição dessas propriedades, identificamos nesses usos de *trata-se de* as motivações para a mudança em sua estrutura “argumental”, que, como defendemos aqui, deu origem aos seguintes usos:

(62) Para Carlos Martins a privatização *trata-se de* uma medida estruturante com vista à redução das despesas públicas que não irá melhorar o funcionamento dos hospitais. (19N:Pt:Beira, s. XX, PE, Corpus do Português)

(63) O Partenon *trata-se de* um templo cercado por uma fileira única de colunas dóricas, possuindo as medidas de 30,88 metros de frente por 69,50 metros de fundo. (19Ac:Br:Enc, s. XX, BR, Corpus do Português)

(64) Nos humanos, o pigmento responsável pela coloração da pele, cabelos e olhos *trata-se de* melanina. (CDP:19Ac:Br:Enc, s. XX, BR, Corpus do Português)

Nos exemplos (62-64), *trata-se de* aparece associado a um argumento externo em sentenças motivadas por uma demanda de identificação – note-se que, em todas elas, o verbo *ser* pode substituir *trata-se de*, mantendo as sentenças bem formadas. Nessas construções, não ocorre foco apresentativo, pois a entidade identificada é introduzida quando se ativa o primeiro sintagma nominal. Além disso, o verbo não mais introduz a sentença.

A estrutura [X *trata-se de* Y] é, portanto, uma sentença identificacional, uma forma sintaticamente especializada da função de identificação, em que o item identificado e o identificador constituem a mesma sentença. Tal estrutura resulta de uma especialização da

função identificacional, que já convivia (e ainda convive) com a função apresentativa nas sentenças apresentacionais com *trata-se de*.

Embora haja semelhanças funcionais e semânticas entre as sentenças apresentacionais e identificacionais formadas por essa estrutura, há uma diferença gramatical importante: as apresentacionais são impessoais, enquanto as identificacionais dispõem de um argumento externo – nas do primeiro tipo, o elemento a ser identificado fica fora da sentença identificadora; nas do segundo, dentro dessa sentença.

Nesse processo de especialização, a fonte F¹ se deslocou para dentro da sentença que continha o anafórico A¹. Esse deslocamento provocou, entre as manifestações multissistêmicas da identificação (descritas de I-IV), uma alteração no sistema gramatical, instituindo um argumento externo para *trata-se de* e produzindo, assim, uma sentença identificacional.

É importante destacar que existem ocorrências de sentenças identificacionais com *trata-se de* nas quais o verbo *tratar* se manifesta no plural:

(65) As fotos da guerra *tratam-se de* paisagens de destruição e de morte. (19Ac:Br:Enc, s. XX, BR, Corpus do Português)

(66) As obras *Ilíada* e *Odisséia* *tratam-se de* epopeias. (19Ac:Br:Enc, s. XX, BR, Corpus do Português)

Sentenças com *trata-se de* sem argumento externo, localizadas no século XX, também exibem a flexão de plural:

(67) As primeiras manifestações da arte egeana são vasos de mármore e principalmente figuras esculpidas desse mesmo material, que são os produtos mais típicos da arte cicládense. *Tratam-se de* figuras simples, extremamente expressivas. (19Ac:Br:Enc, s. XX, BR, Corpus do Português)

Exemplos como (67) podem sugerir duas coisas. A primeira é que a marca de plural em *tratam* representa um compartilhamento de traços com o sintagma nominal à direita, *figuras simples*. Para alguns autores que sugerem essa hipótese, como Bagno (2011), o uso do plural resulta de uma hipercorreção.

Ao considerarmos, no entanto, os processos de mudança em sentenças com *trata-se de* expostos neste trabalho, entendemos que o morfema plural está acompanhando a constituição do argumento externo a partir de um elemento-fonte plural F¹, com o qual o morfema compartilha o traço de número. A marca de plural indicia a implementação da nova

estrutura argumental, reproduzindo a regra de concordância entre o sujeito e o verbo, ou, no caso de (67), entre o verbo e o elemento retomado por um sujeito nulo.

3.6.6 Ocorrências de “trata-se de” no *corpus*

Identificamos no Corpus do Português a primeira ocorrência de cada manifestação gramatical da estrutura *trata-se de* (em dados a partir dos anos 1300, conforme a divisão original do Corpus). Durante o levantamento dos dados, construímos as buscas no site considerando as estruturas com próclise e ênclise, sem considerar que tivessem papéis distintos na formação da construção *trata-se de*. Com esse procedimento, pretendíamos identificar a primeira ocorrência de *trata-se de* independentemente da colocação do clítico. A Tabela 1 apresenta os resultados dessa pesquisa.

Tabela 1– Indicação de ocorrência de *trata-se de* com próclise e ênclise, sem e com argumento externo, considerados em conjunto os dados do Português Europeu e do Português Brasileiro provenientes do Corpus do Português – anos 1300 a 1900 (CALDEIRA, 2017)

Estrutura	Período representado no Corpus						
	1300- 1399	1400- 1499	1500- 1599	1600- 1699	1700- 1799	1800- 1899	1900- 1999
<i>trata-se de y</i>	-	-	X	X	X	X	X
<i>se trata de y</i>	-	X	X	X	X	X	X
<i>x trata-se de y</i>	-	-	-	-	-	-	X
<i>x se trata de y</i>	-	-	-	-	-	-	X
<i>tratam-se de y</i>	-	-	-	-	-	-	X
<i>se tratam de y</i>	-	-	-	-	-	-	X
<i>x tratam-se de y</i>	-	-	-	-	-	-	X
<i>x se tratam de y</i>	-	-	-	-	-	-	X

Nota: sinais convencionais:

X Ocorrência da estrutura no período em questão sem indicação de dado numérico;

– Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento (não ocorrência da estrutura).

A Tabela 1 mostra que os usos de *trata-se de* sem argumento externo, comuns tanto no PE quanto no PB, ocorrem pelo menos desde os anos 1400 (tendo em vista os dados deste

corpus). Por outro lado, a estrutura com argumento externo é mais recente, com ocorrências a partir dos anos 1900. As ocorrências em que o verbo *tratar* aparece no plural, em sentenças com e sem argumento externo, também foram identificadas nesse último período do *corpus*.

Note-se que esses resultados podem abarcar os diferentes graus de detematização produzidos pelo clítico *se* nas formas do verbo *tratar* sem argumento externo, com propriedades híbridas entre verbo predicador e funcional. Como se trata de interpretações que dependem da intuição dos falantes, uma definição inequívoca do status de verbo predicador/funcional para esses casos seria arbitrária. Por isso, tal tipo de definição para a identificação temporal não foi feita neste trabalho. Deve ficar claro, entretanto, que o clítico *se* detematizante atua, em qualquer caso, como um escamoteador de função temática e que esse aspecto está sendo reconhecido como motivação para a mudança na estrutura argumental das sentenças com *trata-se de*, como demonstramos nas análises qualitativas apresentadas anteriormente.

Destaque-se, por outro lado, que, no caso das estruturas com argumento externo, identificadas em dados dos anos 1900, não há ambiguidade no uso de *trata-se de*, que atua com as características de um verbo *ser* identificacional.

A existência das duas estruturas, com e sem argumento externo, nos anos 1900 torna oportuna a comparação quantitativa entre as ocorrências do português europeu (PE) e do português brasileiro (PB). A Tabela 2 apresenta os resultados dessa comparação, destacando a estrutura argumental, a colocação do clítico e a flexão de número no verbo *tratar*.

Tabela 2 – Ocorrências de *trata-se de* no Português Europeu (PE) e no Português Brasileiro (PB) com próclise e ênclise, sem e com argumento externo expresso, identificadas no Corpus do Português – anos 1900 – em aprox. 20 milhões de palavras que, segundo os organizadores do *corpus*, estão igualmente divididas entre PE e PB (CALDEIRA, 2017).

Estrutura	Variedade do português		
	PE	PB	Totais
Sem argumento externo			
Trata-se de Y (ênclise)	557	397	954
Se trata de Y (próclise)	310	303	613
Tratam-se de Y (ênclise)	5	8	13
Se tratam de Y (próclise)	8	4	12
Total	880	712	1592
Com argumento externo			
X trata-se de Y (ênclise)	4	33	37
X se trata de Y (próclise)	1	6	7
X tratam-se de Y (ênclise)	-	3	3
X se tratam de Y (próclise)	1	-	1
Total	6	42	48
Total Geral	886	754	1640

Nota: Sinal convencional utilizado:

– Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento

Segundo a Tabela 2, nos anos 1900 houve menos ocorrências de *trata-se de* com argumento externo do que sem argumento externo, 48 (3%) contra 1592 (97%) ocorrências; a estrutura com argumento externo ocorreu mais vezes no PB do que no PE (42 contra apenas 6 dados). Houve também mais ocorrências de ênclise: na comparação total dos dados, 40 ênclises contra 8 próclises. Ocorrências do verbo no plural (*tratam*) foram identificadas no PE e no PB, a maioria delas em construções sem argumento externo – 25 dados contra 4 dados com argumento externo. Leve-se em conta o fato de a estrutura sem argumento externo ter ocorrido mais vezes nos dados gerais do Corpus.

CONCLUSÕES

Este trabalho apresentou uma proposta de descrição multissistêmica das sentenças identificacionais, que foram conceituadas como aquelas que atendem a uma demanda comunicativa de identificação, por meio da asserção da correspondência entre duas entidades cognitivamente representadas, e não entre dois referentes (se concebidos como objetos no mundo inequivocamente denotados por uma expressão linguística).

Considerando as análises apresentadas ao longo do trabalho, podemos responder às questões apresentadas na introdução do seguinte modo:

O que é o fenômeno da identificação linguística?

A identificação linguística é o procedimento linguístico-cognitivo por meio do qual um falante relaciona duas entidades mentalmente representadas, e linguisticamente expressas por uma estrutura do tipo [X (é) Y], criando uma mesclagem conceptual entre estes elementos.

Diferentemente de como as sentenças identificacionais (equativas, identificadoras, especificacionais etc.) têm sido descritas na literatura, entendemos ser necessário levar em conta que os elementos X e Y representam, primordialmente, entidades distintas. Mesmo que, pragmaticamente, a sentença permita a identificação de um mesmo referente no mundo, os elementos X e Y constituem unidades cognitivas diferentes, que se articulam em uma mesclagem conceptual. Cada um desses itens evoca memórias e estruturas de conhecimento, que, na situação comunicativa, permitem aos falantes compreender e construir a relação de correspondência durante o discurso.

Esse procedimento resulta de uma demanda comunicativa, implícita ou explícita, pela identificação de algo: decorre de uma necessidade ou vontade de fazer conhecer a correspondência / equivalência entre entidades ou de um questionamento do tipo “O que / quem / qual é X?”.

As sentenças identificacionais, que operam a identificação linguística, são o resultado da materialização de uma proposição-fonte equacional do tipo “X é (como) Y”, uma estrutura cognitiva constituída em decorrência de atos comunicativos que ocorrem desde o período pré-linguístico da aquisição da linguagem; mais especificamente, desde o momento em que, restrita à comunicação gestual do apontar, a criança consegue incluir na relação “X é (como) Y” uma entidade representada apenas mentalmente, sem um referente perceptível no

ambiente (por exemplo, ao associar a entidade abstrata *algo que o adulto está procurando* a um objeto visível, como um relógio).

A sentença de identificação é um processo ou um produto?

A sentença de identificação não pode ser compreendida e descrita em suas distintas manifestações se, enquanto produto, não for considerada como indissociável de uma atividade linguística (processo). Uma sentença de identificação só é produzida e interpretada quando um ato associado a ela é realizado e reconhecido (ainda que inconscientemente) pelos falantes. Esse ato não corresponde ao simples proferir de uma sentença, que encerra determinada estrutura e determinadas relações de significação entre seus elementos e entre eles e o mundo. Ele é um ato intencional ligado a uma necessidade comunicativa: uma necessidade de identificação.

Tal ato nos obriga a delimitar no produto linguístico sua realidade enunciativa, em sua relação com a cognição. A identificação é, portanto, um ato linguístico do falante, manifestado no enunciado, e não necessariamente uma relação semântica ou gramatical de equivalência.

O que diferencia uma sentença identificacional definitória de uma não definitória? (O que é uma definição, do ponto de vista linguístico?)

Um aspecto ligado à apresentação de uma entidade como já ou não identificada/identificável no discurso e o tipo de questão subjacente à identificação são o que diferencia as identificacionais definitórias das não definitórias.

A definição é sempre uma sentença identificacional que opera a *identificação primária* de uma das expressões que relaciona, no sentido de que uma delas é apresentada discursivamente como *item não identificado* ou *identificável*, mesmo que já tenha sido mencionado no discurso.

Outra característica distintiva da definição é que ela está necessariamente associada a uma questão subjacente do tipo “O que é X?”, e não “Quem/Qual é X?”.

A identificação linguística é um fenômeno gramatical, semântico, discursivo ou lexical?

A identificação linguística é um fenômeno multissistêmico, cuja constituição sincrônica e diacrônica envolve uma harmonização entre os quatro sistemas linguísticos: a Gramática, o Léxico, a Semântica e o Discurso. As manifestações dos sistemas linguísticos no uso de uma sentença como essa são independentes umas das outras e podem ou não se correlacionar.

Demonstrou-se que, nos usos linguísticos, há a convivência de similitudes e de assimetrias nos sistemas e entre os sistemas e que ela está associada à natureza da categorização linguística, que se desenvolve por prototipicidade, dando lugar a categorias radiais, de limites imprecisos. As similitudes e assimetrias em questão foram demonstradas também na diacronia, pela pesquisa que investigou os processos de mudança do verbo *tratar* (em *trata-se de*) que deram origem a sentenças de identificação.

A pesquisa em questão concluiu que a estrutura *trata-se de*, enclítica ou proclítica, usada pelo menos desde os anos 1400, segundo o *corpus* analisado, está associada a usos de *tratar* como verbo predicador e como verbo funcional. A emergência do verbo *tratar* funcional parece decorrer do recurso histórico ao clítico *se* detematizante, que operou o escamoteamento do traço [+controle] na relação predicativa entre o verbo e um de seus escopos, dissolvendo a relação de agentividade. Esse escamoteamento deu lugar a uma estrutura impessoal, e a perda do traço [+controle] alterou a acionalidade dos predicados por ela constituídos, que se tornaram predicados estativos.

Essas alterações fizeram emergir sentenças apresentacionais nas quais o elemento que recebe foco apresentativo (A^1) remete a uma fonte/âncora (F^1) estabelecida em porções discursivas precedentes. Nessas estruturas, observou-se uma estratégia de identificação entre (F^1) e (A^1).

Numa especialização da identificação no sistema gramatical, como um modo de explicitar formalmente essa relação, os falantes transportaram (F^1) para o interior da sentença com *trata-se de*, implementando um argumento externo (verificado em dados a partir dos anos 1900 no PE e no PB). A tendência à constituição de argumento externo pode ter feito os falantes adotarem uma regra de concordância do verbo *tratar* com o elemento F^1 – verificada inclusive quando não há argumento externo explícito.

As mudanças não acarretaram a substituição de usos, mas o acúmulo de usos, pois, no português contemporâneo, usa-se o verbo *tratar* em *trata-se de* como verbo predicador (sobretudo nos casos em que há locativos adjuntos – ex.: *Nesta sala se trata dos dentes dos pacientes*), também como verbo funcional sem argumento externo e como verbo funcional com argumento externo, que constitui sentenças de identificação.

Quais elementos gramaticais podem figurar como X e Y das sentenças de identificação?

Diversos tipos de sintagmas (inclusive indefinidos) e de sentenças podem constituir os itens X e Y das construções de identificação, que se organizam em uma mesma categoria por relações de prototipicidade. A partir da Abordagem Multissistêmica da Língua (CASTILHO, 2010), tratamos das construções de identificação como estruturas decorrentes da percepção e da criação de similitudes pelos falantes, em diferentes usos da língua. Essas similitudes dão lugar a sentenças com diversas estruturas, que atendem a uma demanda comunicativa de identificação. Verificamos que é possível a combinação entre diferentes formas que atuam como elemento identificado ou elemento identificador (a combinação envolve sintagmas nominais nus, sintagmas nominais indefinidos, definidos, sentenças subordinadas, entre outras unidades linguísticas).

Em seu conjunto, as reflexões apresentadas nesse trabalho servem como argumento para a conclusão de que a língua é um sistema dinâmico e complexo, cujo funcionamento sincrônico e diacrônico envolve uma variedade de manifestações difusas e correlativas, que operam harmoniosamente, tendo como alvo a comunicação linguística eficaz.

BIBLIOGRAFIA / REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- BATES, E., CAMAIONI, L.; VOLTERRA, V. . **The acquisition of performatives prior to speech**. *Merrill-Palmer Quarterly*, 21, 205– 224, 1975.
- BASSO, Renato Miguel; ILARI, Rodolfo. Estativos e suas características. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 15-26, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbla/v4n1/02.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2016.
- BENELLI, Beatrice et al. To define means to say what you know about things: The development of definitional skills as metalinguistic acquisition. **Journal Of Child Language**, v. 33, n. 1, p.71-97, 2006.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral**. Campinas: Pontes, 1988. 387 p.
- BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: **Problemas de Linguística Geral II**. São Paulo: Pontes, 1989. cap. 5. p. 81-92.
- BEYSSADE, Claire; DOBROVIE-SORIN, Carmen. A Syntax-based Analysis of Predication. In: GEORGALA, E.; HOWELL, J. (Ed.). **Proceedings from SALT 15**. Ithaca: CLC Publications, 2005. p. 44-61. Disponível em: <<http://journals.linguisticsociety.org/proceedings/index.php/SALT/article/download/2936/2676>>. Acesso em: 08 ago. 2017.
- BIDERMAN, M. T. C. **O dicionário padrão da língua**. São Paulo: alfa, 1984. v.28 (supl.), p.27-43.
- BIRNER, Betty J; KAPLAN, Jeffrey P.; WARD, Gregory. Functional compositionality and the inter-action of discourse constraints. **Language**, Washington, v. 8, n. 2, p.323-349, jun. 2007. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/218133/pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2017.
- BOLINGER, Dwight. A further note on the nominal in the progressive. **Linguistic Inquiry**, Cambridge, v. 2, n. 4, p. 584-586, Autumn 1971. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4177671>>. Acesso em: 5 out. 2016.
- BORBA, F. S. **Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- CALDEIRA, Marcel. Aspectos diacrônicos da estrutura argumental de sentenças com 'trata-se de'. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 14, n. 4, p.1-4, dez. 2017. No prelo.
- CAMAIONI, L.. The development of intentional communication: A re-analysis. In, **New Perspectives in Early Communicative Development**, ed. J. Nadel and L. Camaioni (pp. 82–96). New York: Routledg, 1993.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2a. edição, 2019 (em processo de edição).

CHOMSKY, N. **Syntactic Structures**. The Hague: Mouton, 1957.

COPI, Irving M., COHEN, Carl., MCMAHON, Kenneth. **Introduction to Logic**. 14 ed. Harlow: Pearson, 2014.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DAVIES, Mark; FERREIRA, Michael. **Corpus do português**: 45 million words, 1300s-1900s. 2006-. Disponível em: <<http://www.corpusdoportugues.org>>. Acesso em: 5 out. 2016.

DIKKEN, Marcel Den. **Relators and Linkers.**: The Syntax of Predication, Predicate Inversion, and Copulas.. Cambridge, Ma: The Mit Press, 2006.

DUCROT, Oswald. **Esboço de uma teoria polifônica da enunciação**. In: _____. O dizer e o dito. Campinas, SP: Pontes, 1987. p. 161-218.

EDITORA MELHORAMENTOS. **Definição**. Michaelis, 2015. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=K37N>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

FAUCONNIER, Gilles. **Mental Spaces**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. **The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities**. New York: Basic Books, 2002.

FERRARI, L. **Introdução à Linguística Cognitiva**. São Paulo: Contexto, 2011.

FILLMORE, Charles J. An alternative to checklist theories of meaning. **Berkeley Linguistics Society: Proceedings of the First Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society**, p. 123-131, 1975.

_____. A private history of the concept "frame". In: DIRVEN, René; RADDEN, Günter (Eds.). **Concepts of Case**. Tübingen: Narr, 1987, p. 28-36.

FRANCHI, Carlos. Criatividade e gramática. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 5-45, 1987. Disponível em: <<https://goo.gl/DLOd5Z>>. Acesso em: 9 maio 2017.

FRANCHI, Carlos; NEGRÃO, Esmeralda Vailati; VIOTTI, Evani. Sobre a gramática das orações impessoais com ter/haver. **Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 14, n. espec., não paginado, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501998000300009>. Acesso em: 5 out. 2016.

FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência. In: FREGE, Gottlob. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. 2. ed. São Paulo: Ed. USP, 2009. p. 129-158.

GEERAERTS, Dirk; CUYCKENS, Hubert. Introducing cognitive linguistics. In: GEERAERTS, Dirk; CUYCKENS, Hubert (Ed.). **The oxford handbook of cognitive linguistics**. Oxford: University Press, 2007.

GOMES, Andréia de Fátima Rutiquewski. Small clauses nominais e estruturas equativas. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 1, n. 49, p.39-47, 2007. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/1502/1065>>. Acesso em: 06 ago. 2017.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. Notes on Transitivity and Theme in English: Part 1. **Journal Of Linguistics**, Cambridge University Press, v. 3, n. 1, p.37-81, jun. 1967. Disponível em: <www.jstor.org/stable/4174950>. Acesso em: 08 ago. 2017.

_____. Notes on Transitivity and Theme in English: Part 2. **Journal Of Linguistics**, Cambridge University Press, v. 3, n. 2, p.199-244, out. 1967. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/4174965>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

_____. Notes on Transitivity and Theme in English: Part 3. **Journal Of Linguistics**, Cambridge University Press, v. 4, n. 2, p.179-215, out. 1968. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/4175000>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

HEYCOCK, Caroline. Specification, equation, and agreement in copular sentences. **Canadian Journal Of Linguistics**, University Of Edinburgh, v. 2, n. 57, p.209-240, 2012.

_____; KROCH, Anthony. Pseudocleft Connectedness: Implications for the LF Interface Level. **Linguistic Inquiry**. The MIT Press, p. 365-397. jul. 1997. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/4179069>>. Acesso em: 09 ago. 2017.

HEINE, Bernd, CLAUDI, Ulrike ; HÜNNEMEYER, Friederike. **Grammaticalization: A conceptual framework**. Chicago: University of Chicago Press. 328 pg, 1991.

HIGGINS, Roger Francis. **The Pseudo-cleft Construction in English**. New York: Garland, 1979.

HIGGINS, Francis Roger. **The pseudo-cleft construction in English**. 1973. Tese (Doutorado). Massachusetts Institute Of Technology (MIT), Massachusetts, 1973.

HUMBOLDT, W. V.. **Sobre la diversidad de la estructura del lenguaje humano y su influencia sobre el desarrollo espiritual de la humanidad**. Barcelona: Anthropos, 1936/1990

ILARI, Rodolfo. Os pronomes do português brasileiro: algumas comparações. **Estudos linguísticos**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 314-330, abr./maio 2010. Disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/39/v2/EL_V39N1_24.pdf>. Acesso em: 5 out. 2016.

_____; BASSO, Renato Miguel. O verbo. In: ILARI, Rodolfo (Org.). **Gramática do português culto falado no Brasil: palavras de classe aberta**. São Paulo: Contexto, 2014. v. 3, p. 65-242.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa.** Versão 3.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1 CD-ROM.

JUBRAN, Clélia Spinardi. Tópico discursivo. In: JUBRAN, Clélia Spinardi (Org.). **Gramática do português culto falado no Brasil: a construção do texto falado.** São Paulo: Contexto, 2015. v. 1, p. 85-126.

KATO, Mary Aizawa. Mudança de ordem e gramaticalização na evolução das estruturas de foco no Português Brasileiro: (Word order change and grammaticalization in the evolution of focus structures in Brazilian Portuguese. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 38, n. 1, p.375-385, abr. 2009. Disponível em: <http://gel.locaweb.com.br/estudoslinguisticos/volumes/38/EL_V38N1_30.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2017.

KENEDY, Eduardo. Sintaxe Gerativa. In: OTHERO, Gabriel de Ávila; KENEDY, Eduardo. **Sintaxe, Sintaxes - Uma Introdução.** São Paulo: Contexto, 2015. Cap. 1. p. 11-26.

KLEIBER, Georges. **La Sémantique du Prototype. Catégories et sens lexical**, Paris, Presses Universitaires de France, 1990

LAKOFF, George. **Women, fire and dangerous things: What categories reveal about the mind.** Chicago: University Of Chicago Press, 1987.

LAURA, Fábio Izaltino. Classificação dos marcadores de tema no português paulista: uma proposta sob o prisma da Abordagem Multissistêmica. **Domínios de Linguagem**, Uberlândia, v. 6, n. 1, p. 461-476, 1. sem. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/download/14797/9614>>. Acesso em: 5 out. 2016.

LEXICON. **Definição.** Aulete Digital. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/definição>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

LITOWITZ, B. Learning to make definitions. **Journal of Child Language**, vol. 4, 1977, p. 289-304.

LISZKOWSKI, U., et al. 12-month-olds point to share attention and interest. **Developmental Science**, 7, 297–307, 2004.

LISZKOWSKI, U., CARPENTER, M., STRIANO, T., and TOMASELLO, M.. 12- and 18-month-olds point to provide information for others. **Journal of Cognition and Development**, 7, 173–187, 2006.

LISZKOWSKI, U., CARPENTER, M., and TOMASELLO, M. . Reference and attitude in infant pointing. **Journal of Child Language**, 34, 1– 20, 2007(a)

LISZKOWSKI, U., CARPENTER, M., and TOMASELLO, M.. Pointing out new news, old news, and absent referents at 12 months of age. **Developmental Science**, 10, F1–F7, 2007(b).

LOPES, T. M. **A construção de definições por crianças em idade escolar.** 1992.

Dissertação (Mestrado em linguística) – Instituto de estudos da linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

LYONS, J. **Semântica**. Lisboa: Presença; Martins Fontes, 1977. v. 1.

MACHADO, José Pedro. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 2. ed. Lisboa: Editorial Confluência, 1967.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; KOCH, Ingedore Villaça. Referenciação. In: JUBRAN, Clélia Spinardi (Org.). **Gramática do português culto falado no Brasil: a construção do texto falado**. São Paulo: Contexto, 2015. v. 1, p. 351-367.

MARTIN, R. La définition ‘naturelle’. In: CHAURAND, J; MAZIÈRE, F. **La définition**. Paris: Larousse, 1990. p. 86-95.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **O português arcaico: uma aproximação**. Lisboa: IN-CM, 2008.

MIKKELSEN, Line. Copular clauses. In: VON HEUSINGER, Klaus; MAIENBORN, Claudia; PORTNER, Paul (Ed.). **Semantics (HSK 33.2)**. de Gruyter Mouton, 2011. p. 1805-1829.

MIKKELSEN, Line. **Copular Clauses.:** Specification, Predication and Equation. Amsterdam: Benjamins, 2005. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=fa06AAAQBAJ&hl=pt-BR>>. Acesso em: 09 ago. 2017.

MORO, Andrea. **The Raising of Predicates: Predicative noun phrases and the theory of clause structure**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MOURÃO, Eliane. A hipercorreção na escrita formal: dilemas do revisor de textos. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 14, n. 26, p. 163-178, 1. sem. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4358>>. Acesso em: 5 out. 2016.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1932.

NEISSER, U.. A sense of where you are: Functions of the spatial module. In Ellen, P., & Thinus-Blanc, C. (Eds.), **Spatial orientation in animals and man**. Dordrecht, The Netherlands: Martinus Nijhoff, 1987

NEVES, Maria Helena de Moura; BRAGA, Maria Luiza; DALL’AGLIOHATTNER, Marize Mattos. As construções hipotáticas. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de Moura. (Orgs.) **Gramática do Português Culto Falado no Brasil: classes de palavras e processos de construção**. vol. II, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

PORTO EDITORA. **Definição**. Dicionário Infopédia On-line, 2003. Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/definição>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

QUAREZEMIN, S. . Assimetria sujeito-objeto focalizados nas sentenças clivadas e pseudoclivadas. Veredas (UFJF. Online) , v. 18, p. 60-78, 2014.

REY, Alain. **Essays on terminology**. Amsterdam/Philadelphila: John Benjamins Publishing Company, 1995.

RIEGEL, M. La définition, acte du langage ordinaire: De la forme aux interprétations. In: CHAURAND, J; MAZIÈRE, F. **La définition**. Paris: Larousse, 1990. p. 97-110.

ROBINSON, R. **Definition**. 2 ed. Oxford: Clarendon Press, 1968.

ROSCH, Eleanor. **Principles of categorization**. in E. Rosch & B. Lloyd (eds.), pp. 27-48. 1978

ROSCH, Eleanor & MERVIS, Carolyn B. Family resemblances: studies in the internal structure of categories, **Cognitive Psychology** 7, pp. 573-605. 1975.

SARAIVA, F. R. dos Santos. **Novíssimo dicionário latino-português**: etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mitológico, biográfico, etc. 10. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1993.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Cours de linguistique générale**. Paris: Payot, 1967.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1975.

SILVA, Augusto Soares da. A linguística cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em linguística. **Revista Portuguesa de Humanidades**, Braga: Facultad de Filosofia da Universidade Católica de Braga, v.1, n.1-2, p.59-101, 1997.

SILVA, Augusto Soares da. Os estudos de Linguística Cognitiva do Português*. **Revista Portuguesa de Humanidades**: Estudos Linguísticos, Braga: Facultad de Filosofia da Universidade Católica de Braga v. 12, n. 1, p.189-221, 2008.

SMITH, E. E., & MEDIN, D. L. . **Categories and concepts**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1981.

STASSEN, Leon. Zero Copula for Predicate Nominals. In: S.DRYER, Matthew; HASPELMATH, Martin (Ed.). **The World Atlas of Language Structures Online**. Leipzig: Max Planck Institute For Evolutionary Anthropology., 2013. Disponível em: <<http://wals.info/chapter/120>>. Acesso em: 09 ago. 2017.

SUÑER, Margarita. **Syntax and semantics of Spanish presentational sentence-types**. Washington:: Georgetown University Press, 1982.

SWART, Henriëtte de; WINTER, Yoad; ZWARTS, Joost. Bare predicate nominals in Dutch. **Proceedings Of Sinn Und Bedeutung**, Utrecht University Repository, v. 9, p.446-460, 2005. Disponível em: <<https://dspace.library.uu.nl/handle/1874/2472>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

TAYLOR, John R. Linguistic Categorization. **Prototypes in Linguistic Theory**, 2nd ed. (aumentada) Oxford, Clarendon Press (1st ed., 1989), 1995.

TOMASELLO, Michael. Usage-based linguistics: First steps toward a usage-based theory of language acquisition. In: GEERAERTS, Dirk (Ed.). **Cognitive linguistics: basic readings**. Berlim: Walter de Gruyter GmbH & Co, 2006.

TOMASELLO, Michael. **Constructing a Language: A Usage-Based Theory of Language Acquisition**. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

TOMASELLO, Michael. **Origins of human communication**. A Bradford Book: The MIT Press. Cambridge, London, 2008

THOMPSON, Sandra A.; HOPPER, Paul J.. Transitivity, clause structure, and argument structure: Evidence from conversation*. In: BYBEE, Joan; HOPPER, Paul (Ed.). **Frequency and the emergence of linguistic structure**. Amsterdam/philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001. p. 27-60.

WIGGINS, David. Identity statements. In: BUTLER, R.j.. **Analytic philosophy, second series**. Oxford: Blackwell, 1965. p. 40-71.